

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ENFOQUES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM REVISTA

- Um estudo da revista *Avaliação* (1996 – 2002).

Campinas
2003

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ENFOQUES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM REVISTA

- Um estudo da revista Avaliação (1996 -2002).

Autor: Francisco Gonçalves Filho

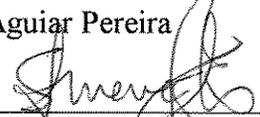
Orientador: Prof. Dr. José Dias Sobrinho

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Francisco Gonçalves Filho e aprovada pela Comissão Julgadora.

Assinatura:


Orientador: Prof. Dr. José Dias Sobrinho


Membro Titular:
Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira


Membro Titular:
Profa. Dra. Stela Maria Meneghel


Membro Titular:
Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen

Campinas/SP
Ano: 2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP	G586 e
V	EX
TOMBO BC	54318
PROC.	124/03
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	14/06/03
Nº CPD	

CM00185602-0

BIB 15 294485

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

G586 e	Gonçalves Filho, Francisco.
	Enfoques de avaliação institucional em revista : um estudo da revista <i>Avaliação</i> (1996-2002) / Francisco Gonçalves Filho. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003.
	Orientador : José Dias Sobrinho.
	Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
	1. Periódicos – Avaliação. 2. Avaliação institucional. 3. Editorial – Análise. 4. Autoria. I. Dias Sobrinho, José. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	03-021-BFE

Dedicatória

À minha mãe Maria de Jesus Andrade Gonçalves
Ao meu pai Francisco Gonçalves (In memorian)
À Manuel Pinto Ferraz - meu padrinho - (In memorian).
Aos meus irmãos (as), cunhadas (os) e sobrinhos.

Dedico também aos professores responsáveis pelas minhas primeiras letras, números, histórias (...) da Escola Municipal de 1º grau Vicente de Paula Dale Coutinho, no Bairro Parada de Taipas em São Paulo - SP. Ensinaram-me o fundamental em educação,

Prof. Cinira (Dona Cinira) - Alfabetização
Prof. Luzia (Dona Luzia) - Pós - alfabetização
Prof. Fidelcino de Oliveira (Fidel) - História / Ginásio
Prof. José Fernandes - Língua Portuguesa / Ginásio
Prof. Aginaldo - Matemática / Ginásio
Prof. Petito - Matemática / Ginásio
Prof. Antônio Carlos - Educação Artística / Ginásio

À esposa e companheira Maria José de Pinho. Por nossas trocas com dedicação, amor e companheirismo.

*“Nada se edifica sobre a pedra,
tudo sobre a areia,
mas nosso dever é edificar
como se fosse pedra e areia”.*

(Borges)

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Dias Sobrinho. Orientador dedicado, competente, alegre e amigo. Da acolhida à defesa foi compreensivo e exigente. Acreditou e abriu espaços possíveis e necessários para que ocorresse essa produção. Com suas qualidades e os diferentes encontros que criamos, vencemos juntos esse trecho da caminhada.

À professora Dra. Márcia Regina F. de Brito (esposa do professor José Dias), pelo carinho, diálogo e sugestões.

Aos professores das disciplinas e atividades que cursei na Faculdade de Educação da UNICAMP, pela competência, profundidade teórica e compromisso com a docência e a pesquisa,

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, Pedro L. Goergen, Sílvio S. Gamboa, Eloisa de Mattos Höfling, José Roberto Rus Perez, Rosely P. Brenelli, Lídia Maria Rodrigo, Luiz Carlos de Freitas, Helena C. L. de Freitas e Mara Regina L. de Sordi.

Aos funcionários e bibliotecários da FE - UNICAMP; pelo profissionalismo e orientação dedicada,

Gildenir Carolino Santos e Rosemary Passos (bibliotecários)

Maria Lavinia Turazzi, Yoko Toma Celestino, Cleonice Pardim (funcionários da biblioteca).

Aos novos amigos e colegas da FE-UNICAMP. Encontrarmos o tempo necessário para as trocas foi a nossa maior conquista. O significado de nossa amizade irá além deste momento com:

André Pietsch Lima, Débora Jeffrey, Márcia Vieira, Cristina Briani, Jaqueline De Blasi, Vicente de Paula A. Jr., Stela Meneghel, Margarita Sgro (Argentina), Renata Von Zuben, Maria José de C. Silva, Júlia, Susana Vinhas, Paula Arcoverde, Carmem Bastos, Marly Escudeiro, Rose Moreira, Wanda Pereira, Graziela Pachane e Kimi.

À Nilton Aparecido dos Santos da PRG-UNICAMP e Secretaria da Revista *Avaliação*. Pela amizade e colaboração na pesquisa.

Aos colegas funcionários e trabalhadores das diferentes repartições na FE-UNICAMP. Foram e são importantíssimos na nossa vida e na vida cotidiana da faculdade; pelo respeito, amizade, profissionalismo e alegria que tanto nos envolveram:

Wanda Fátima dos Santos Silva, Gislene Perpétuo Gonçalves, Nadir A. G. Camacho, Rita Cristina Ferreira Preza, Aparecida Menezes (Cidinha), Alexandria, Marina, Górgias (Maike), Josué, Antônio Carlos de Oliveira (Toninho), Francisco Assis Faccioni, Paulo Rogério Gomes da Rosa, Arlindo de Almeida Filho e Valnei Vieira França (o Nei da Cantina da economia). Também os funcionários da livraria e da Cantina da FE.

Aos dois velhos amigos de tantas lutas passadas: Elizeu Muniz dos Santos e João Raimundo Alves dos Santos.

Aos colegas de muitas jornadas:

Heloisa (Lolô), Ana Regina Pinheiro, Luís Padilha e Bete, Mara, Geralda Dias Padula, Jonny Nelson Teixeira, Luiz e Sandra, Marcelo Debonis, Lúcio Calvano, Dimas Trindade, Patrícia Ferraz de Camargo, Luiz Gustavo Alexandre, Marcos Bassi, Cláudia de Oliveira Lima, Maurício Ferreira, Sílvia e Chico, Kátia e Laerte Fedrigo,.

Aos amigos e companheiros da Sociedade Amigos Ação Unida do Parque de Taipas e Adjacências (SAUPARTA):

Maria Auxiliadora, Cláudio Palmieri, Osvaldo, Antônio Honorato, Benedito, José Rocha, Maria Ropinasse, Dulce, Paulo e Rita, José Carlos, Helena e Fidel, Ricardo Gonçalves, João José, Maria Isabel e Marcelo Gonçalves.

Aos amigos e companheiros do Sindicato dos Professores (APEOESP) e do antigo Centro de Educação Popular (CEIP).

Aos professores, alunos (as) e amigos da UNITINS - Universidade do Tocantins:

Nataniel de Vera-Cruz, Francisca R. Lopes (France), Regina Célia Padovan, Elzimar e Edmar, Alice Akemi Yamasaki, Zaira, Damião Rocha e Jadir, Raimunda Araújo de Sá (pedagoga e ex-monitora de minha disciplina na UNITINS), Fabíola Andrade Pereira, Rosinha (da secretaria), Noélia, Ceará, Dulcinéia, Luci - Vaine e sua filha maravilhosa Priscilla Santos Lopes.

À toda Família "Pinho", em especial a Raimundo Liberato de Pinho (que acompanhou essa produção), Dulce Maria de Pinho e Dom Aloísio Hilário de Pinho.

Aos professores e amigos que muito contribuíram para minha formação: Vera Lúcia Vieira (PUC-SP), Antônio Rago (PUC-SP) e Dilvo Ristoff (UFSC).

Aos colegas e professores do Curso de História da FAI (antiga Faculdades Associadas do Ipiranga), período 1987- 89. Aos colegas e professores do Departamento de História da PUC-SP (período 1990-94). Juntos estudamos e fizemos história.

RESUMO

A pesquisa “*Enfoques de avaliação institucional em revista: um estudo da Revista Avaliação (1996 – 2002)*” tem como objeto de investigação o periódico *Revista Avaliação* da RAIES (Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior) e os enfoques em avaliação institucional tratados em sua produção. A pesquisa tem como referência alguns estudos de Ernest House, Almerindo Janela Afonso, José Dias Sobrinho, Dilvo Ristoff e Denise Leite. O pesquisador discorre sobre distintos enfoques em avaliação institucional (por exemplo, o regulatório, o democrático) e a posição da *Revista Avaliação* em relação a esses enfoques. O enfoque da *Revista Avaliação*, no período, esteve voltado para a defesa da universidade pública, a reflexão sobre a centralidade da avaliação nas atuais reformas educacionais, as experiências das instituições de ensino superior em avaliação institucional e uma concepção democrática e formativa de avaliação.

Palavras-chave:

Periódico *Avaliação*, Avaliação Institucional, Avaliação Democrática, Avaliação Regulatória, Análise Editorial, Autoria.

Abstract

The research "*Institutional evaluation approaches in periodic: a study of the periodic Avaliação (1996 - 2002)*" has as an object of inquiry the periodic *Avaliação* of RAIES (Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior) and the institutional evaluation approaches treated in its production. The research has as main references some studies of Ernest House, Almerindo Janela Afonso, José Dias Sobrinho, Dilvo Ristoff and Denise Leite. I argue about distinct ideas of institutional evaluation (e.g. *the control, the democratic*) and the positions of periodic *Avaliação* on them. The main approach of periodic *Avaliação*, in the period concerned, was the defense of public university by means of reflections on the importance of evaluation in the current educational reforms, studies on superior education institutions experiences in institutional evaluation and democratic / formative perspectives of evaluation.

Keywords:

Periodic Evaluation, Institutional Evaluation, Democratic Evaluation, Control Evaluation, Publishing Analysis, Authorship.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Formatos avaliativos da educação superior	13
TABELA 2 – Modelos de avaliação da qualidade da educação superior	37
TABELA 3 – Modelos de avaliação da qualidade.....	40
TABELA 4 – Composição da estrutura geral da revista <i>Avaliação</i>	43
TABELA 5 – Quadro comparativo entre o número de autores e o de artigos publicados na revista <i>Avaliação</i>	47
TABELA 6 – Projeção da linha editorial da revista <i>Avaliação</i>	52
TABELA 7 – Projeção condensada da linha editorial da Revista.....	57
TABELA 8 – Livros articulados à revista <i>Avaliação</i>	66
TABELA 9 – Títulos dos artigos publicados nos livros.....	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABT – Associação Brasileira de Tecnologia Educacional
- ANDES / SN – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Sindicato Nacional).
- ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior
- CIPEDES – Centro Interdisciplinar de Pesquisa para o Desenvolvimento da Educação Superior.
- CIPP – Contexto, input, processo e produto
- CINAEM – Comissão Interinstitucional Nacional do Ensino Médico.
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONED – Congresso Nacional de Educação
- EDURURAL – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro
- ENECOS – Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social
- ENC – Exame Nacional de Cursos
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- FUNBEC – Fundação Brasileira para o Ensino de Ciências
- GERES – Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
- IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado
- PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
- PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária
- PPBS – Sistema de Planos, Programa e Pressupostos
- PUCCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
- RAIES – Rede de Avaliação Institucional do Ensino Superior
- SESu – Secretaria do Ensino Superior/MEC
- UCAM – Universidade Cândido Mendes
- UEL – Universidade Estadual de Londrina.
- UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIEMP – Instituto UNIEMP : Fórum permanente das relações Universidade-Empresa

SUMÁRIO

Dedicatória.....	V
Epígrafe.....	Vi
Agradecimentos.....	Vii
Resumo.....	X
Abstract.....	Xi
Lista de tabelas.....	Xii
Lista de siglas e abreviaturas.....	Xiii
INTRODUÇÃO.....	1

CAPÍTULO I- CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA DA AVALIAÇÃO E DA REVISTA

1. Avaliação.....	5
1.1 Alguns enfoques ou modelos em avaliação.....	10
1.2 Formatos avaliativos da educação superior brasileira.....	11
1.3 Liberalismo e avaliação.....	15
1.3.1 Neoliberalismo, reformas e o quase-mercado educacional.....	23

CAPÍTULO II- PERSPECTIVAS EM AVALIAÇÃO: MARCOS TEÓRICOS INTERPRETATIVOS

2 As perspectivas tecnológica, política e cultural.....	31
2.1 Perspectivas, modelos ou enfoques em avaliação institucional na América Latina.....	35
2.2 Os modelos de regulação, misto, de excelência seletiva e democrático.....	39

CAPÍTULO III - A REVISTA AVALIAÇÃO DA RAIES

3 - A Revista Avaliação – estrutura e organização.....	43
3.1 O editorial da Revista Avaliação: aproximações ao enfoque.....	52
3.2 Projeção da linha editorial da Revista Avaliação.....	53

CAPÍTULO IV - O ENFOQUE DA REVISTA AVALIAÇÃO

4. Quanto à finalidade da Revista Avaliação	61
4.1 Quanto à concepção de avaliação institucional	62
4.2 Quanto ao papel da avaliação institucional nas reformas educacionais	63
4.3 Quanto à missão e defesa da universidade pública	64
4.5 Quanto às experiências das IES em avaliação institucional	65

CAPÍTULO V – Da revista *Avaliação* aos livros publicados

5. Autorias em livros articulados à revista Avaliação	67
5.1 Percepções do PAIUB em 2002	76
5.2 A crítica à centralidade da avaliação nas reformas.....	77

CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
----------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
----------------------------------	----

BIBLIOGRAFIA	89
--------------------	----

ANEXOS 95

1. e 1.1 – Capas da Revista Avaliação
2. Levantamento da quantidade, nacionalidade e vínculo de autores e autorias na revista
3. Títulos dos artigos publicados na revista *Avaliação* de Julho de 1996 a junho de 2002
4. Títulos dos artigos do CIPEDS publicados em SEPARATA na revista *Avaliação*
5. Estudos do editorial da revista *Avaliação*

INTRODUÇÃO

Para introduzir nosso trabalho escolhemos a conhecida metáfora contida no diálogo entre Marco Polo e Kublai Khan¹, da obra de Ítalo Calvino. O diálogo pode ilustrar nosso ponto de partida.

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte ? – Pergunta Kublai Khan.

- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

- Por que falar das pedras ? Só o arco interessa.

- Sem as pedras o arco não existe².

Os enfoques da Revista Avaliação que procuramos estudar são entendidos como partes, ou, como no exemplo de Ítalo Calvino, como as pedras do arco de uma ponte.

Entender o arco dessa ponte, suas partes e suas relações, é um desafio a que não devemos nos furtar. Como aludiu Marco Polo, “*sem as pedras o arco não existe*”.

A pesquisa procurou se cercar, principalmente, da literatura em avaliação institucional publicada na revista *Avaliação* da RAIES – Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, embora não única e exclusivamente.

O periódico *Avaliação* nasceu em julho de 1996, por iniciativa de um grupo de professores universitários interessados na consolidação de processos democráticos de avaliação da educação superior. Naquele momento, o programa de avaliação institucional das instituições de ensino superior (IES) que melhor representava o propósito de construção coletiva era o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. Um programa que resultava de diversas mobilizações realizadas pela comunidade universitária desde o final da década de 80.

¹ **Marco Polo** (1254 – 1324), oriundo de família comerciante, residente em Veneza, na Itália. Fez longas viagens ao oriente, em especial à China. Estabeleceu relações comerciais com Kublai Khan, Imperador e membro da Dinastia Mongol-Chinesa. **Kublai Khan** foi Imperador da China, o quarto descendente de Gengis Khan. Foi um dos imperadores mais cultos, tolerante e budista. Propagou as artes e as ciências, buscou também um conselho de sábios para os diferentes assuntos, o conselho era formado de persas, árabes, chineses, e europeus.

² Ítalo Calvino, “*As Cidades Invisíveis*”, 1990.

Enquanto o PAIUB, em 1996, procurava se consolidar como política de avaliação das instituições de educação superior, ocorria no âmbito do MEC, a criação do Exame Nacional de Cursos (ENC) e de outros formatos avaliativos oficiais da educação.

A revista *Avaliação*, como veremos, cumpriu um papel importante nesse processo. Registrou o movimento de tensão entre distintos enfoques de avaliação institucional vividos pela comunidade universitária nesses anos. Conquistou um espaço de legitimidade, resistência e crítica aos novos rumos que a avaliação institucional passou a tomar no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação, especialmente após a criação do Exame Nacional de Cursos.

Como um periódico científico, a revista *Avaliação* tornou-se referência para a leitura e pesquisa em muitos cursos de graduação e pós-graduação. Inclusive foi objeto de avaliação da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação no ano de 2001, sendo classificada como Periódico Nacional A³.

Quanto à produção teórica da revista, ao longo do tempo, ampliou-se no diálogo com algumas das experiências em avaliação latino – americanas e européias. O diálogo, protagonizado pela revista revela as tensões presentes no fenômeno da centralidade que a avaliação vem ganhando nas reformas do Estado e da educação em outros países. As razões dessa centralidade tornaram-se mais claras, ao indagarmos, no âmbito da literatura sobre avaliação, pelos sentidos ou finalidades dessas nos últimos anos.

A palavra “*enfoque*” assume nesse trabalho sua possibilidade de significação figurada, isto é, “*a maneira de enfocar ou focalizar um assunto, uma questão; pôr em foco; evidenciar*” (Ferreira, p. 652). Para uma aproximação ao enfoque da revista *Avaliação* e dos distintos modelos ou enfoques em avaliação institucional publicados, tomamos por base alguns estudos e pesquisas de Ernest House⁴. Também os estudos de José Dias Sobrinho, Denise Leite e Dilvo I. Ristoff referentes às experiências brasileiras no campo. Os artigos referentes às concepções, modelos e ou enfoques em avaliação desses pesquisadores influíram na

³ Os critérios e o sistema de avaliação dos periódicos, bem como o resultado das classificações podem ser acessadas no site da ANPED (www.anped.org.br).

⁴ A escolha desse autor como referência principal de nossas reflexões se dá por duas razões. A primeira em função dos estudos sistemáticos elaborados, pelo autor, nas décadas de 70 e 80 do século passado nos EUA, sendo exemplo desses estudos, a obra “*Evaluación, ética y poder*” publicada em 1980. A outra razão está na ausência, no Brasil, de estudos sistemáticos dessa natureza.

metodologia do estudo⁵.

Uma análise pormenorizada dos vinte e quatro editoriais da revista *Avaliação* nos aproximou de sua linha editorial. A análise permitiu projeções do enfoque em avaliação institucional desenvolvido. Em estudo semelhante abordamos também os livros publicados em torno da revista.

A dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos.

No Capítulo I, com base nas contribuições teóricas de House (1980), Dias Sobrinho (2002) e outros autores, procuramos refletir sobre o liberalismo enquanto solo ideológico da sociedade capitalista. Neste sentido, tanto o Estado de bem estar social quanto o Estado mínimo neoliberal configuram limites, compromissos e desafios aos diferentes enfoques de avaliação institucional. Como explicitam os autores, as atuais reformas do Estado e, conseqüentemente, da educação no Brasil e em vários países da América Latina, têm encontrado em certos enfoques de avaliação respaldo e força para remodelar a universidade e a educação a partir dos interesses do mercado.

Dialeticamente têm ocorrido resistências, alimentadas por alguns enfoques de avaliação institucional, que não comungam com a concepção hegemônica.

No Capítulo II tornou-se relevante evidenciar os marcos interpretativos que nos auxiliaram no estudo. Para tanto tratamos da metodologia apontada por alguns pesquisadores para a caracterização dos diferentes enfoques em avaliação institucional.

Diferentes perspectivas (supostos em nosso estudo como orientadores das ações humanas), como as tecnológica, política e cultural, nos auxiliaram na compreensão dos distintos enfoques ou modelos de avaliação institucional. Desses, destacamos os modelos democrático e de regulação, em suas características filosóficas, políticas e metodológicas.

O Capítulo III está dedicado à estrutura geral da revista *Avaliação* e análise dos seus editoriais.

São identificados os autores que colaboraram com a Revista, as instituições de origem desses autores, a quantidade e os temas recorrentes dos artigos publicados, a nacionalidade, a

⁵ De forma complementar, contribuíram também, os estudos de José Félix Angulo Rasco, Cristina Contera, Marilena Chauí e Almerindo Afonso Janela.

composição do conselho editorial, a periodicidade, a posição nacional da revista em relação a outros periódicos científicos em educação, o formato da revista e as idéias freqüentemente apresentadas.

A leitura pormenorizada dos editoriais da revista *Avaliação* levou à elaboração de quadros descritivos analíticos. Esses quadros, expressam o conteúdo resumido do editorial, os motivadores possíveis para elaboração, o contexto, as questões – chave e a projeção da linha editorial da revista *Avaliação*. Com essa abordagem destacamos os temas recorrentes da revista.

No **Capítulo IV** tratamos do enfoque predominante na revista *Avaliação*.

Partindo dos temas recorrentes dos editoriais da revista, quais sejam: a concepção democrática de avaliação institucional, a defesa da universidade pública, a centralidade da avaliação nas reformas dos Estados e da educação nos países da América Latina e da Europa e as experiências em avaliação institucional das IES brasileiras, identificamos os principais argumentos, a perspectiva orientadora e os compromissos estabelecidos pela revista *Avaliação*.

No **Capítulo V** desdobramos o estudo dos enfoques a partir dos livros publicados motivados diretamente pela revista *Avaliação*.

No período estudado, encontramos seis livros editados. A escolha dos títulos dos artigos para a análise foi guiada pelo critério dos autores que detinham o maior número de artigos na revista *Avaliação*, no período estudado: José Dias Sobrinho (UNICAMP), Dilvo Ristoff (UFSC) e Denise Leite⁶ (UFRGS).

Finalizando, nas considerações finais tecemos algumas observações a respeito da revista *Avaliação*, da avaliação institucional e da universidade.

⁶ Conforme levantamento (tabela 5), o autor Renato Dagnino, escreveu quatro artigos no período. Porém, os seus artigos referem-se às políticas do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, não discutindo propriamente sobre avaliação institucional, foco de interesse dessa dissertação.

CAPÍTULO I: CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA DA AVALIAÇÃO E DA REVISTA

1- Avaliação

As pesquisas em avaliação institucional, de aprendizagem, de programas ou sistemas no Brasil, intensificaram-se a partir dos anos 90 do século passado. Desde então, vários esforços são feitos no âmbito das instituições do ensino superior, na direção do enfrentamento dos problemas relacionados à constituição do campo da avaliação⁷.

A experiência brasileira no campo da avaliação, embora recente, foi influenciada pela literatura norte americana.

Pesquisadores norte americanos inspiraram alguns usos e pesquisas em avaliação em quase todos os países do mundo ocidental e computam mais de meio século de teorias e práticas no campo.

Segundo House (1980, p. 17), nos EUA,

(...) la evaluación se ha convertido en una actividad importante al surgir los programas de bienestar a gran escala. Cada año, se llevan a cabo decenas de miles de evaluaciones de programas públicos, sólo en los Estados Unidos. Miles de personas están empleadas en estas evaluaciones y cientos de universidades y empresas compiten para conseguir contratos de evaluación.

Os contratos de avaliação referidos por House eram, em sua maioria, patrocinados pelos Governos Federal e Estaduais norte-americanos. A avaliação dos programas públicos é exigência da legislação norte-americana desde 1965 e envolve milhões de dólares.

Nos EUA, a origem das avaliações em grande escala, no âmbito do Estado, ocorreu após a II Guerra Mundial. A implementação da avaliação foi concomitante ao processo de

⁷ Exemplos são os três seminários sobre Avaliação organizado pelo Grupo de Pesquisas LOED da FE da UNICAMP, em novembro de 2001, abril de 2002 e março de 2003, denominados “AVALIAÇÃO: Construindo o campo e a crítica”. Sob a coordenação do Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas (LOED - UNICAMP), os seminários contaram com a participação de vários pesquisadores brasileiros e tiveram como expositores José Dias Sobrinho (UNICAMP), Menga Lüdke (PUC-RJ) e Heraldo Marelím Vianna (FCC), no primeiro seminário; no segundo, Bernadete Gatti (PUC-SP / FCC), Isaura Belloni (UNB), Sandra Zákia (USP), Telma Mildner (UFPE), Francisco Soares (UFMG) e Heraldo Vianna (FCC); e no terceiro seminário, Sandra Zákia (FEUSP), Ocimar M. Alavarse (FEUSP e UNICSUL), Ângela Dalben (UFMG), José Dias Sobrinho (UNICAMP), Creso Franco (PUC -RJ), Dilvo Ristoff (UFSC), Clarilza Prado (PUC - SP) e Heraldo Vianna (FCC). O material discutido pode ser encontrado na *Coleção Avaliação: construindo o campo e a crítica*, composta pelos livros 1, 3, 4, 5 e 6 (os dois últimos passam, no momento, por processos de organização e impressão).

construção do Estado de Bem Estar Social, em um cenário de guerra fria entre as superpotências – EUA e URSS. A reforma educacional americana foi impulsionada pela crença na tecnologia e na corrida espacial.

No Brasil, a avaliação no âmbito do Estado tornou-se obrigatória no sistema educacional somente nos anos 90. No entanto, diferentes formatos avaliativos foram praticados por diferentes instituições em períodos anteriores.

Vianna (2002) destacou na segunda metade do século passado, algumas iniciativas de avaliação em grande escala relacionadas com o rendimento do aluno. Segundo este autor, houve iniciativas em avaliação pela FUNBEC (Fundação Brasileira para o ensino de Ciências) nas décadas de 60 e 70; pela FGV na década de 60; pelo EDURURAL (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro), nos anos 70 e 80. Ele também apontou os estudos voltados para o modelo CIPP de avaliação (Contexto, input, processo e produto), na década de 70; além de um programa de avaliação do rendimento de alunos das escolas de 1º grau da rede pública em todo o país, no final dos anos 80, pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas).

Ainda em relação à avaliação da aprendizagem, no início dos anos 90, criou-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e sistemas estaduais, como o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP e o Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais.

No que se refere à avaliação do ensino superior, Leite (1997) apresenta um importante percurso histórico. Seguem-se alguns marcos do percurso.

A autora destaca que no ano de 1977 houve o início das avaliações do sistema da pós-graduação brasileira pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES. Também as avaliações das pesquisas produzidas nas universidades via CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa Científica) e Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados e em 1982, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, fez uma proposta de Avaliação Institucional.

O Ministério da Educação em 1983 instituiu o PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária, que vigorou até 1985.

Em 1985 o Ministério criou o GERES – Grupo Executivo para Reformulação do

Ensino Superior. Este, segundo Leite (1997, p. 9), “*em última análise, através da avaliação, pretendia ranquear as instituições ...*”. Segundo a autora, esta postura governamental acabou por desencadear uma grande reação na comunidade universitária que, naquele momento, iniciou um amplo processo de discussões e proposições alternativas, que, acabou inviabilizando o projeto do GERES.

No ano de 1988 o Ministério da Educação criou uma comissão para estudos dos custos das IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.

No ano de 1989 o MEC, com o apoio da British Council, promoveu em Brasília o Seminário ‘*Institutional Evaluation in Higher Education*’.

Paralelamente a essas experiências que não tiveram êxitos, algumas universidades organizaram seus próprios processos de avaliação institucional. São exemplos os processos avaliativos institucionais da Universidade de Brasília - UNB, iniciados em 1987; da Universidade Federal do Paraná – UFPR, em 1988; da Universidade de São Paulo – USP, em 1988 e da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP em 1991.

Destas iniciativas destaca-se negativamente a avaliação institucional realizada pela Universidade de São Paulo em 1988. De orientação produtivista, a avaliação culminou com a divulgação de uma lista de profissionais “improdutivos” na grande imprensa. A experiência acabou por vincular a idéia de avaliação com execração pública e representou um certo retrocesso no movimento interno pelas avaliações nas instituições de ensino superior.

Em 1990, no âmbito do Ministério da Educação, iniciaram-se os estudos de indicadores de qualidade para as universidades. E, em 1992, o MEC promoveu a vinda ao Brasil da British Council Mission, que realizou em Brasília um seminário de avaliação institucional com vários dirigentes das universidades brasileiras. O encontro desdobrou-se em outros estados também com dirigentes das universidades.

Segundo Leite (1997, p10), “*O sistema de avaliação britânico, já conhecido pelo Seminário de 1989 e agora explicitado em 1992, parece ser o modelo do Ministério para a Avaliação*”. Para a autora, a expectativa do governo com a experiência inglesa estava no vínculo da avaliação com o financiamento público.

Em 1993, o Ministério da Educação, tendo à frente Murílio de Avellar Hingel⁸, recebeu várias sugestões para a criação de um programa de apoio à avaliação das universidades, especialmente do ensino de graduação.

Ainda nesse ano, o Ministério da Educação instituiu uma Comissão Nacional para propor um sistema nacional de avaliação do ensino superior. A comissão era composta por representantes dos reitores das universidades, das associações das universidades públicas (federais, estaduais e municipais), das particulares e confessionais. E também por um comitê assessor formado por representantes indicados.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES liderou os trabalhos preliminares e “...sob a Coordenação do Reitor Professor Hêlgio Trindade (ANDIFES) elabora a Proposta de Avaliação Institucional.” (ANDIFES apud Leite 1997, p. 11).

Explica o então reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS,

Desse esforço conjugado em nível nacional, sob a inspiração do documento básico da ANDIFES, institucionalizou-se o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) estabelecendo as bases de um processo construtivo de avaliação. (Trindade, apud Leite 1997, p.11).

Assim, em 1993, com apoio da SESu-MEC surgia o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), com dotação orçamentária e livre adesão das universidades. Ele surgia das bases universitárias adiantando-se ao Estado (Leite, 1997).

Em 1995, o Ministério da Educação, tendo à frente Paulo Renato Souza⁹, iniciou um outro processo de institucionalização de práticas avaliativas para o conjunto da educação superior, diferentes das bases do PAIUB.

O Governo, através da Medida Provisória nº 1018, de 8/06/1995, implantou o Exame Nacional de Cursos - ENC, que ficou conhecido como ‘Provão’, com o objetivo de avaliar o ensino de graduação. As primeiras provas foram realizadas no final do ano de 1996 e, desde então, ocorrem anualmente, com sucessivas incorporações de outros cursos de graduação.

Também em 1996 o MEC editou o decreto nº 2026, que trata dos procedimentos de

⁸ E ocupava a presidência da República, Itamar A. C. Franco, por ocasião do impeachment, em 1992, do Presidente da República anterior, Fernando Collor de Melo.

⁹ E na Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso.

avaliação dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior, 'normatizando' o sistema com projetos reguladores, que, segundo Leite (1997, p. 13), apontavam para uma cultura de submissão:

A forma como tais instrumentos normativos foram estabelecidos, desconsiderando o interesse da comunidade acadêmica em auto avaliar-se, fora do modelo neoliberal, regulador, o desconhecimento dos textos normativos pelos próprios Reitores e pela Comissão Nacional de Avaliação e seu Comitê Assessor, mostram um duplo jogo. Em verdade o Estado parece desejar a **cultura da submissão** (grifo da autora). Age, pois, como colonizador impondo seus decretos, criando Secretarias de Avaliação, comissões de elaboração de provas e avaliação de exames. Por outro lado acolhe o PAIUB, destina recursos e mantém em funcionamento um Comitê Assessor PAIUB em diálogo com a ANDIFES e as demais associações.

Diante dessa nova situação, intensificada a partir de 1996, a autora chamou a atenção para a dificuldade do PAIUB em se manter autônomo e coerente em seu programa.

Santos Filho (1999) destacou a postura ambígua do Estado. Diferente do que ocorreu na constituição democrática do PAIUB, o Exame Nacional de Cursos e a própria configuração do Sistema Nacional de Avaliação ocorreram de forma antidemocrática. O Governo não ouviu e nem consultou as universidades, a Comissão Nacional de Avaliação, o Comitê Assessor e o Conselho de Reitores. Postura ambígua porque, se de um lado o Estado impôs seus decretos e normas, do outro manteve o PAIUB, inclusive com destinação de recursos, até aproximadamente o ano de 1996.

Com as medidas legais estabelecidas, algumas ações ficaram sob a coordenação da SESu – MEC, outras do INEP, da CAPES e do PAIUB. A melhoria da educação superior do país, em tese, ficou ancorada neste equilíbrio, cabendo a cada segmento a melhoria de seus instrumentos :

No entendimento do Decreto, a avaliação dos cursos de graduação é feita por meio de dois instrumentos complementares : (1) a análise das condições de oferta pelas instituições de ensino manifestas por indicadores estabelecidos pelas comissões de especialistas designadas pela SESU, em relação a quatro dimensões: organização didático-pedagógica, instalações físicas gerais e especiais, qualificação docente e bibliotecas (art. 6º); e (2) os exames nacionais de cursos. Além desses elementos fundamentais, a avaliação dos cursos levará também em consideração os indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, com as devidas adaptações à instituição avaliada (Art. 5º). Esta avaliação será ainda precedida pela análise da situação da respectiva área de atuação acadêmica ou profissional, com relação ao seu estado da arte, tanto no contexto nacional como no internacional (parágrafo único, do artigo 5º)” (Santos Filho, 1999, pág. 17).

Deste breve resgate destacamos, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, a convivência de sistemas avaliativos muito diferentes entre si. No que se refere ao ensino de graduação, o PAIUB e o ENC são dois exemplos típicos desse processo, representando enfoques muito diferentes de um mesmo fenômeno a ser avaliado.

No estudo sobre a Revista Avaliação, veremos que estes diferentes enfoques existentes na literatura em avaliação institucional da educação superior, são com frequência, confrontados em suas dimensões éticas, políticas e epistemológicas.

1.1 - Os enfoques ou modelos em avaliação

House (1980) analisou, no final da década de 70 do século passado, diferentes enfoques em avaliação desenvolvidos nos EUA. Estudou os principais elementos constitutivos destes, fundados na ética, na epistemologia e nas suas derivações políticas. O estudo consistiu em,

(...) comparar los numerosos enfoques o modelos entre sí (...). Hay muchas posibilidades de comparación, pero quizá las más significativas sean las que se efectúan entre las premisas teóricas en las que se fundan los enfoques. De este modo, podemos ver hasta qué nivel son similares, desde el punto de vista lógico, y determinar qué posibilidades lógicas tienen y cuáles no. (p. 45)

As questões e os critérios, estabelecidos pelo autor, para a comparação entre os enfoques nos sugerem pistas a nossa investigação.

Segundo House (1980), havia nos EUA vários enfoques em avaliação. Dentre eles os de análise de sistemas; objetivos orientadores ou baseado em metas; de decisão; o que prescindia dos objetivos; o do estilo da crítica de arte; de revisão profissional ou acreditação; quase – judicial e o de estudo de caso.

O autor agrupou-os em alguns tipos básicos e denominou-os de enfoques principais em avaliação. Outros autores, porém, preferiram denominar semelhantes tipos de avaliação, de modelos¹⁰. Para House (1980), os modelos constituem elaborações idealizadas dos enfoques de avaliação. Lembra que muitos teóricos eminentes da avaliação como Cronbach, Campbell e Glass não se comprometeram com nenhum enfoque concretamente e que Guba, num outro

¹⁰ Ver obra de Bonniol, J. J. e Vial, M. **Modelos de avaliação: textos fundamentais**. Porto Alegre, Artmed, 2001.

exemplo, publicou trabalhos defendendo dois enfoques diferentes.

House reforça a idéia de que são tipos idealizados, com caráter de aproximação e estudos. Na prática, os diferentes enfoques seriam configurados pelas circunstâncias e contingências e que, portanto, a base deste tipo de estudo, apoia-se na validade e utilidade da compreensão da avaliação.

Avaliando a experiência norte americana das décadas de 60 e 70 do século passado, o autor concluiu que todos os diferentes enfoques baseavam-se em variações liberais, em concepções da democracia liberal. Essas premissas estariam baseadas em crenças advindas do liberalismo e que haveria diferenças entre os enfoques aos serem relacionados ao grau de elitização e de democracia.

Assim, haveria diferenças e semelhanças entre os enfoques que, mesmo semelhantes em sua ética subjetivista, diferenciam-se em suas premissas políticas dentro de uma mesma base fundacional.

1.2 – Formatos avaliativos da educação superior brasileira

No Brasil, como vimos no primeiro subtítulo deste capítulo, os processos avaliativos de programas e sistemas educacionais tomaram forma institucionalizada, sistêmica, na década de 90 do século passado.

Em relação ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, sua composição se faz pelos seguintes subsistemas:

- CAPES (desde 1977) – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
- CINAEM (1991) – Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico;
- PAIUB (1993) – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras;
- ENC (1996) – Exame Nacional de Cursos;
- ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA (1997).

Leite (1998), em editorial da Revista Avaliação¹¹, descreve um quadro dos formatos avaliativos da educação superior no Brasil. Ao comentar os diferentes formatos, explicita suas diferenças e implicações em relação a sua origem (história), metodologia, financiamento, participação dos sujeitos, classificações, relação com a imprensa, entre outros. A autora pretendeu mostrar a existência, no período, de diferentes propostas e procedimentos em avaliação, como articulam os processos e resultados em suas lógicas e experiências.

¹¹ Ano 3, v. 3, nº 2, (8), junho 1998. Essa edição da revista *Avaliação* foi organizada extraordinariamente por Denise Leite a convite do Editor.

TABELA 1 – Formatos Avaliativos da Educação Superior

	Unidades de Análise	Metodologia		Resultados
		Procedimentos	Instrumentos	
CAPES (1977)	Curso de Mestrado e Doutorado	Diagnóstico segundo indicadores próprios do programa; Avaliação por pares, com visitas <i>in loco</i> .	Roteiros DATACAPES e indicadores.	Relatório das coordenações; Relatório das comissões com parecer; Classificação por programas, notas (1a7); Divulgação na imprensa.
CINAEM (1991)	Cursos de Medicina	Diagnósticos; Conhecimentos do aluno; Avaliação por pares; estudo ecológico, transversal, de corte (sic!) e pedagógico	Exame com amostra de estudantes e instituição; Indicadores quantitativos e qualitativos; Roteiros e fluxogramas.	Relatórios; Recomendação às escolas médicas; Seminários, oficinas e planejamento estratégico das escolas médicas; Autodefinição de metas; e Divulgação na imprensa.
PAIUB (1993)	Cursos de graduação Instituição (ensino, pesquisa, extensão, gestão e infraestrutura).	Avaliação interna com diagnóstico e auto-avaliação; Avaliação externa; e Reavaliação	Questionários; Indicadores quantitativos e qualitativos; Fichas – roteiro e outros, a critério da IES.	Relatório da avaliação interna (pela comunidade); Relatório da avaliação; Externa (Acadêmicos, empregadores e profissionais); Estudos específicos (evasão, nível sócio-econômico e outros); Seminários e discussão na comunidade acadêmica; Autodefinição de metas e divulgação na Internet e na imprensa, a critério da IES.
ENC (1995)	Conhecimento profissional dos alunos; e Cursos de graduação (condição de oferta).	Diagnóstico	Prova escrita nacional por profissão; e Indicadores quantitativos.	Conceitos e Classificação das Instituições pelo desempenho dos alunos e pelos indicadores: Conceito A (12%); B (18%); C (40%); D (18%); e E (12%); Divulgação na imprensa.

Comissão de Especialistas para Verificação (1997)	Cursos de graduação (condição de oferta).	Diagnóstico; Visitas de verificação <i>in loco</i> .	Questionários e roteiros padronizados	Relatórios consolidados SESu/MEC com recomendações à IES
--	---	--	---------------------------------------	--

Fonte: Denise Leite, Revista Avaliação, ano 3, v. 3, nº 2, (8), p. 9, junho 1998.

O quadro descritivo dos formatos avaliativos apresentados pela autora nos revela os formatos inicialmente oficializados em meados da década passada (90), no âmbito do que se denominou de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior¹².

Destacamos, nesse processo, a idéia da obrigatoriedade da avaliação institucional e a relação desta com as reformas da educação e do próprio Estado brasileiro.

Mas por que a reforma da educação e do próprio Estado ?

No caso brasileiro, historicamente, percebem-se dois grandes movimentos que se combinaram. Um, de caráter interno ao Brasil, relativo à recente redemocratização do país em função dos vinte anos (oficialmente), sob o Regime da Ditadura Militar (1964 – 1984). O outro, externo. Enquanto os diferentes setores organizados no Brasil se mobilizavam para garantir o processo democrático na década de 80 - reconstituição do governo civil em 1986, nova Constituição Federal em 1988, eleições livres em 1989, entre outras -, ocorria de forma intensa nos países capitalistas desenvolvidos (Europa e América do Norte) uma tentativa de reorientação política e econômica do Estado de Bem Estar Social.

Para entendermos esse processo, contextualizamos o liberalismo enquanto solo ideológico do sistema capitalista. Na seqüência procuramos identificar as implicações na educação superior, constituindo o que Dias Sobrinho (2002) destacou de quase – mercado educacional.

Essa tendência liberal – econômica não só estaria respaldada por um forte movimento ideológico, como também conquistando práticas mercadológicas em âmbitos públicos – como nos sistemas públicos de educação superior.

Este desafio é o subtema do nosso próximo item.

¹² Pelo menos até o ano de 2002, dada a hegemonia do ENC na avaliação da graduação, o PAIUB deixou de receber investimentos e, conseqüentemente, deixou de existir como foi concebido originalmente no sistema.

1.3 – Liberalismo e avaliação

Neste item procuramos situar historicamente o liberalismo como corrente ideológica que se complexificou com o desenvolvimento do capitalismo. São dois os nossos objetivos.

Entender o liberalismo em suas concepções de homem, mundo e sociedade, que, mesmo tornando-se complexo com o capitalismo, conservou algumas ‘crenças’ fundamentais. Essas ‘crenças’ podem nos revelar diferenças e semelhanças entre os liberalismos e suas “sociedades” propugnadas, tanto de um liberalismo de bem estar, como de um neoliberalismo, ou outras variações liberais. Sua explicitação traz à luz dialeticamente seus interlocutores críticos, seja dentro da mesma base fundacional, liberal, seja fora dela, como do socialismo (principal interlocutor no século XX).

E o outro objetivo está na relação com a avaliação. Os enfoques avaliativos estariam ancorados em princípios ou premissas que poderiam ser reveladores de suas visões de mundo e de sociedade. De alguma forma, esses enfoques poderiam ser identificados, para efeito de estudos, por seus compromissos morais, éticos e epistemológicos.

Lowy (1985) explicitou as relações entre ideologia e conhecimento ao desenvolver a aplicação dos critérios de interesse e ação sobre as correntes teóricas contemporâneas do positivismo, historicismo e marxismo. Dessas, o autor procurou perceber os compromissos e limites, isto é, o máximo da sua consciência possível para explicação da realidade, seja para conservá-la (estudando suas leis ou compreendendo-as) ou para transformá-la.

Sanchez Gamboa (1998, p.22), em estudo semelhante apontou:

Detrás de las diferentes formas y procedimientos para abordar la realidad educativa encontramos implícitos diferentes presupuestos que exigen ser develados. Por tal motivo, adquiere importancia un estudio de carácter cualitativo sobre los métodos utilizados en la investigación educativa y sus presupuestos epistemológicos.

No Brasil, o estudo do processo de constituição da avaliação do ensino superior poderá ser abordado em seus compromissos éticos, políticos e epistemológicos, guardadas as devidas ressalvas quanto às especificidades características do país: ser uma economia emergente do capitalismo periférico sul americano.

1.3.1 – O liberalismo como solo ideológico da sociedade capitalista

House (1980) entende que o liberalismo constituiu a base fundacional dos enfoques avaliativos nos E.U.A. Verificou, em cada um dos enfoques, suas possibilidades lógicas. Para House, como citamos anteriormente, os enfoques baseavam-se em variações liberais, em concepções de democracia liberal. As premissas estariam baseadas em crenças advindas do liberalismo e haveria diferenças básicas entre elas relacionadas ao grau de elitização e de democracia.

Para o autor, o liberalismo surgiu da intenção de racionalização e justificativa da sociedade de mercado que se organiza sobre a base da liberdade de escolha. Outra idéia básica consistiu em uma crença na psicologia individualista, segundo a qual a existência da mente individual seria anterior à sociedade, e não o seu contrário. Portanto, um indivíduo com uma formação profundamente individualista. Acrescenta-se a essas características fundamentais do liberalismo, a orientação radicalmente empirista.

Portanto, seria próprio dos enfoques avaliativos com base em premissas liberais assumirem um mercado livre de idéias em que os usuários “comprariam” as melhores. A competição entre as idéias fortaleceria a verdade e o saber faria, de alguma maneira, as pessoas mais felizes.

Em suma, os enfoques avaliativos da experiência norte-americana, até a década de 80, compartilhavam as idéias correspondentes a uma sociedade mercantil, competitiva e individualista, com base na liberdade de escolha¹³.

Interessa-nos, aqui, entender o liberalismo com suas histórias descontínuas, gerando interpretações variadas e extremadas. Nesse sentido, tanto o liberalismo do Estado de Bem-Estar Social, como o neoliberalismo característico do último quartel do século XX e início do XXI fazem parte das múltiplas facetas do liberalismo.

¹³ Ver referência semelhante sobre o individualismo possessivo em Afonso (2000, p. 45 - 46). Almerindo Janela Afonso sugere a leitura de: POPKEWITZ, T. S. *A political Sociology of Educational Reform*. New York: Teachers College Press. 1991.

O liberalismo clássico refletiu a constituição do capitalismo, tanto na ordem econômica quanto na ideologia da classe burguesa emergente. Portanto lutando contra as forças de caráter eminentemente feudais. Naquele momento seus grandes temas eram: o naturalismo (leis e direitos naturais), o racionalismo (iluminismo e o utilitarismo) e o individualismo. A burguesia (até o século XVIII) procurou universalizar seus princípios, que intrinsecamente estavam carregados de contradições ou ‘antinomias’, tais como Estado x Liberdade, Igualdade x Propriedade, entre outras. Consagrando com essas contradições, portanto, o direito à liberdade, à igualdade (natural e legal), o direito de propriedade e o de proteção do Estado.

Dentro desse tipo de liberalismo, House (1980) descreveu o exemplo das idéias do britânico Thomas Hobbes¹⁴, um admirador de Galileu e de sua visão mecânica do universo, e a partir disso elaborou uma filosofia mecanicista da mente, baseada na idéia de que as sensações produzem na mente as causas dos movimentos dos corpos externos. Logo, as palavras só teriam significado quando associadas às sensações. A verdade consistiria no ordenamento correto de nomes e sensações. As definições claras seriam fundamentais. A razão equivaleria ao cálculo e seria correta quando os signos se vinculassem com as imagens. Causa e efeito constituiriam um reflexo direto do mundo. Portanto, o caminho para a verdade passava pela definição clara de um método científico.

Segundo House (1980), os pensadores John Locke, George Berkeley e David Hume¹⁵ reformularam essa epistemologia. Posteriormente (cerca de duzentos anos mais tarde), foi a vez de John Stuart Mill¹⁶, considerado o último dos grandes empiristas britânicos e um apóstolo do liberalismo.

Segundo J. S. Mill (apud House 1980), a mente seria um conjunto de impressões. As leis psicológicas da associação constituiriam o fundamento da ciência da sociedade. Tudo proviria da experiência e por ela seria comprovado. Mill não via nenhuma diferença fundamental entre as verdades lógicas e as verdades baseadas nos fatos. O saber consistia na soma das observações individuais. Portanto, como reforça House, um individualismo metodológico extremado. Para Mill, a sociedade era uma coleção de indivíduos “solitários”, unidos por interesses comuns.

¹⁴ Thomas Hobbes (1588 – 1679).

¹⁵ John Locke (1632 – 1704), Berkeley (1685 – 1753) e Hume (1711 – 1776).

¹⁶ John Stuart Mill (1806 – 1873).

Como, para Mill (apud House 1980), a mente consistia em sensações, sentimentos e associações, as categorias do mundo real eram concebidas como facilmente acessíveis. Mill deu por suposto que o mundo consistia em uniformidades constantes entre classes de sensações. A experiência era essencial para a comprovação científica das teorias. As aparências sem depurá-las resultaria em enganos, só as técnicas da lógica indutiva poderiam purificá-las. Os cânones da indução proporcionariam um método para filtrar a evidência das correlações. Tratava-se de chegar a leis científicas. A ciência deveria ocupar-se das uniformidades causais que afetariam todos os elementos pertencentes a uma classe dada. O universo estaria constituído de tal maneira que o certo, em um caso, seria certo em todos os casos de uma mesma classe. E que a única dificuldade estaria em descobrir de que classe trataria.

Segundo House (1980), esse empirismo extremo se baseava no convencimento de que não era difícil descobrir as categorias das ciências físicas. Utilizando as técnicas adequadas, se poderia definir as variáveis e estabelecer as relações entre elas. Como a natureza seria uniforme, poderíamos induzir as leis das ciências sociais, do mesmo modo que nas ciências naturais, com a metodologia da pesquisa.

O liberalismo, ao longo da história, passou por revisões no plano teórico/prático no nível do Estado. Suas principais características residiriam na ampliação dos direitos políticos aos não proprietários, incorporação do tema da democracia, legislação trabalhista, direitos de organização, redefinição das relações entre Estado e sociedade civil e redefinição de seus parâmetros teóricos.

Nesse sentido, o direito de organização da classe trabalhadora (sindicatos) e também do trabalho, apontou para o surgimento de uma teoria contratualista. Era a desorganização da classe operária (que estava organizada sob a ordem do liberalismo clássico) e sua reorganização sob a jurisdição emanada do Estado. No plano ideológico, o liberalismo se deslocou para uma base mais sociológica e moralista, preocupado com a produção e conservação da ordem social.

É o movimento de publicização da sociedade política e afirmação do caráter privado da sociedade civil através dos mecanismos jurídicos. Tinha como elemento conflituoso o movimento proletário organizado e as velhas forças conservadoras.

A fase mais contemporânea do liberalismo caracteriza-se por sua difícil identificação. Origina-se após a II Guerra Mundial e teria como principais representantes teóricos J. Schumpeter, K. Mannheim e de forma mais acabada K. Popper. Um liberalismo multifacetado, caracterizado pelos discursos anti-totalitários, pelos novos modelos de Estados e por novas bases epistemológicas. Nesse contexto estrutura-se os diferentes modos do Estado de Bem Estar Social.

Dos novos modelos de Estado destaca-se o modelo elitista pluralista e o democrático. Em geral concebem a participação ampla da população nas decisões governamentais. Mas House (1980) destaca que, se por um lado esses Estados se democratizaram em função das pressões da classe trabalhadora, por outro, ao se instituírem se produziu o fenômeno do fetiche do Estado Liberal, que na aparência de liberdade e igualdade no plano jurídico formal (Lei e eleições) escamoteou a essência das diferenças econômicas.

1.3.2 – As origens do campo da avaliação assentadas nos pressupostos liberais

Em relação às idéias e práticas sobre avaliação no século XIX e XX, Hamilton (apud House, 1980) estudou a aparição de algumas idéias liberais em avaliação. Segundo o autor, Francis Galton¹⁷, um contemporâneo de Mill, em sua obra sobre as diferenças individuais, criou técnicas correlacionais para estabelecer as conexões entre as categorias, proporcionando um importante fundamento para a psicometria. Cattell, influenciado por Galton, introduziu os testes mentais nos EUA .

O uso dos testes em educação com fins de classificação foi promovido por E. L. Thorndike. Segundo House (1980) teve influência no movimento de gestão científica da educação.

Este movimento introduziu nas escolas a engenharia da eficiência. Segundo Callahan (apud House, 1980), os testes, as escalas de classificação e as técnicas quantitativas estimuladas pelos trabalhos de Thorndike foram utilizadas para a eficiência das escolas.

Dois principais defensores da gestão científica da educação foram Franklin Bobbit e Charters que adotaram um enfoque de análise de tarefa e especificação em relação com o desenvolvimento curricular. Ralph Tyler, um dos alunos de Charters, foi o criador do modelo

¹⁷ Francis Galton (1822 – 1911).

de avaliação por objetivos orientadores.

Segundo House (1980), é grande a semelhança entre os modelos gerenciais de avaliação e a epistemologia de John Stuart Mill. O autor retoma o enfoque de análise de sistemas a partir da concepção de Rivlin (apud House, 1980, p. 52):

- 1- As decisões chaves devem ser tomadas nos níveis superiores de governo.
- 2- O fim da avaliação é a eficiência na produção de serviços sociais.
- 3- O único conhecimento verdadeiro consiste em função da produção, que especifica relações estáveis entre inputs e outputs educacionais.
- 4- Só se pode conseguir esse conhecimento mediante os métodos experimentais e as técnicas estatísticas.
- 5- É possível um acordo sobre os objetivos e sobre umas poucas medidas de resultados.
- 6- Existe um paralelismo direto entre a produção de serviços sociais e a de artigos manufaturados. Se aplicam as mesmas técnicas de análise.

Como Mill, Rivlin dava por suposto que o paradigma das ciências físicas era adequado para os serviços sociais.

Ainda segundo House, esta concepção mecanicista remonta à concepção de Hobbes. E as premissas da uniformidade da natureza nos levariam a J. S. Mill, pois concebia que o principal problema moral era a ilustração e que os homens eram enganados por suas instituições. Rivlin acreditava que o principal problema era a ignorância em relação à produção de serviços sociais mais eficazes. Ambos estavam convencidos de que o emprego de especialistas eliminaria esses problemas. Acreditavam na utilização de medidas como substituto de felicidade. Essas medidas eram necessárias para os cálculos precisos para o funcionamento da ética utilitária.

House (1980) enfatizou duas versões diferentes de pluralismo político. A primeira deriva diretamente da filosofia liberal clássica, de J. S. Mill, neste caso sem a sua epistemologia e ética utilitária. A Segunda, que prevaleceu nos E.U.A, foi denominada de pluralismo democrático e considerava boa a adaptação do indivíduo a certos grupos.

Em relação à primeira, de J. S. Mill, denominada aqui de liberalismo clássico, considerava a sociedade como uma associação de indivíduos autodeterminados que cooperam com os demais para conseguirem seus próprios fins. De acordo com Mill, é essencial que possam autogovernar-se, dado que são eles que melhor conhecem a si e seus interesses. Segundo Wolff (apud House, 1980), esta vertente do pluralismo aceita como inevitáveis as peculiaridades individuais e os conflitos interpessoais.

A inviolabilidade do indivíduo frente à intromissão da sociedade é fundamental, a

esfera íntima da pessoa deve conservar-se inviolada. Cada homem gozaria de liberdade para procurar alcançar suas próprias metas.

Na esfera pública, a sociedade teria o direito de impor algumas regras de equidade. As demais, o mercado regularia de forma automática.

Segundo House (1980), a sociedade ideal preconizada seria uma grande cidade como Londres e Nova Iorque. O liberalismo clássico considera o homem como um calculista racional de dor e de prazer. A racionalidade consistiria na prudência calculada. Cada indivíduo veria os demais como instrumento para conseguir seus próprios fins, que Wolff (apud House, 1980, p.60) denominou de teoria *'instrumental'* do pluralismo. A justiça consistiria na proteção da esfera íntima da pessoa e na oportunidade mais ou menos igual para todos, para conseguirem seus próprios fins.

Associada à vertente do pluralismo estaria a teoria *'arbitral'* de governo, que procuraria estabelecer as regras básicas para a competição entre indivíduos e grupos, ainda que sem intrometer de nenhuma outra maneira. A ação dos indivíduos e grupos deveria ser direta, sem a participação do governo. Cada pessoa teria que ter liberdade para participar de forma direta nos processos de decisão. Esta vertente de democracia direta surgiu do liberalismo clássico, que promovia ao máximo o direito à escolha de cada indivíduo.

O enfoque de avaliação que melhor corresponderia a esta vertente do pluralismo liberal, segundo House, seria o da avaliação democrática de McDonald.

McDonald (apud House 1980) considerava o avaliador como um intermediário das informações entre diferentes grupos de distintos interesses. O avaliador apresentaria a informação acessível aos não especialistas, oferecendo sigilo e proporcionando controle sobre os dados aos informadores para não permitir a má utilização da informação. Também negociaria com os patrocinadores e participantes, além de abster-se de fazer recomendações.

O avaliador facilitaria a informação aos destinatários e deixaria que o mercado resolvesse. Isto é, cada pessoa faria o seu uso da informação, substituindo o avaliador de suas interpretações. O avaliador operaria sobre a base de um conjunto de normas de procedimentos que controlasse o fluxo de informações. McDonald era um defensor da proteção da inviolabilidade da esfera privada, defendia a concessão aos informadores do direito ao veto daquilo que poderia aparecer nos informes da avaliação.

Quanto à segunda versão de pluralismo político (já dissemos que prevaleceu nos E.U.A

e foi denominado de pluralismo democrático e que considera boa a adaptação do indivíduo a certos grupos), baseia-se na idéia de que cada pessoa alcança sua identidade a partir dos grupos primários. Não considera o homem como um indivíduo completamente desvinculado, como no liberalismo clássico. Os interesses dos indivíduos devem ser expressados pelos grupos maiores a que pertencem.

Esta versão aceita a tolerância com os diferentes grupos estabelecidos, mas não com indivíduos descolados desses grupos. Considera que para o indivíduo é bom adaptar-se a certos grupos, ainda que estes tenham diferenças ou discordâncias entre si.

Nessa visão de pluralismo como conflito de grupos de interesses permanentes, a comunidade passaria a ganhar um maior valor do que o propugnado pelo liberalismo clássico. O pluralismo baseia-se na diversidade de grupos e não de indivíduos. A sociedade ideal se parece mais com uma pequena cidade, a tolerância e a aceitação mútua se exercem entre os grupos.

Associada a essa visão de pluralismo estaria a teoria do governo da ‘soma de vetores’ ou do ‘equilíbrio de poder’. O objetivo consistiria em conseguir que o governo atue em uma direção determinada. O indivíduo deve operar por meio de seus grupos, pois somente eles teriam influência suficiente para conduzir o Estado.

O governo, como avaliador atuaria como mediador, amortecendo as instruções e respondendo às pressões.

Em ambos pluralismos a capacidade de considerar legítimas as reclamações encontradas é essencial para que o sistema funcione.

Segundo House (1980), a avaliação ‘responsiva’ de Stake se aproximaria desta versão de pluralismo democrático.

O avaliador deve responder a quaisquer interesses e pressões legítimas em torno do programa, mas não estaria obrigado a representar ponto de vista algum, nem refletir na avaliação os pontos de vista, salvo se algum grupo de interesse participante no programa promova esse ativamente alguns deles. Portanto a participação ativa dos grupos interessados seria um critério para refletir na avaliação o ponto de vista desse grupo.

Os grupos legítimos definiriam as questões e algumas delas seriam estudadas. Escolher-se-iam métodos de investigação que se adaptassem às questões desejadas. Segundo Stake (apud House, 1980), os problemas se resolveriam melhor quando estivessem, como

encarregados, pessoas diretamente próximas da situação.

Essa versão se opõe à da avaliação utilitarista, em que o governo avalia, define o problema e empreende a ação.

As avaliações pluralistas tenderiam a favorecer ao máximo a opção individual e local em vez da utilidade social.

Ambas as formas de pluralismo identificam-se com a interação livre entre indivíduos e grupos opostos, como requer o funcionamento do mercado livre.

1.3.3 – Neoliberalismo, reformas e o quase - mercado educacional

O liberalismo contemporâneo, multifacetado, atua de diversas formas em sua versão política e ideológica, mesclando-se aos novos processos sociais, e por vezes, redefinindo significados históricos das ações políticas das reformas, das avaliações etc.

Procuramos apreender essa outra face liberal denominada neoliberalismo que na década de 90 tornou-se central nos movimentos internos do Brasil e de vários países da América Latina, reorientando as suas políticas e economias.

O neoliberalismo ressignificou, a partir de seus interesses, o conceito de reforma e de avaliação, que de alguma forma já existia nestes países.

Em relação às reformas, escreveu Borón (1999, p. 11):

O vocábulo ‘reforma’, por exemplo, que antes da era neoliberal tinha uma conotação positiva e progressista – e que, fiel a uma concepção iluminista, remetia a transformações sociais e econômicas orientadas para uma sociedade mais igualitária, democrática e humana – foi apropriado e ‘reconvertido’ pelos ideólogos do neoliberalismo num significante que alude a processos e transformações sociais de claro sinal involutivo e antidemocrático. As ‘reformas econômicas’ postas em prática nos anos recentes na América Latina são, na realidade, ‘contra-reformas’ orientadas para aumentar a desigualdade econômica e social e para esvaziar de todo conteúdo as instituições democráticas.

Mas o que é o neoliberalismo ? Como surgiu ? Qual sua relação com as “reformas” e com algumas avaliações no Brasil ?

Anderson (1995), fez um balanço do neoliberalismo em seminário realizado em 1994 na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e nos trouxe uma importante compreensão histórica do fenômeno em sua dimensão ideológica e prática, como veremos a seguir.

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo surgiu como alternativa teórica e política

ao processo de construção do Estado de Bem Estar Social no momento do pós Guerra (II Guerra Mundial), na Europa e na América do Norte. Alternativa meramente teórica porque daquele momento até meados da década de 70 as idéias neoliberais não convenceriam ninguém fora do grupo neoliberal.

Mas eram idéias profundamente debatidas e preparadas com disciplina e encontros periódicos na Suíça, desde 1947. Seus mentores/defensores eram Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros, que segundo Anderson (1995), formavam “*uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos*”(p.10). Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo, isto é, os modelos de Estado de tipo intervencionista e suas variantes pluralista, elitistas e democráticos. Objetivavam preparar as bases de um outro tipo de capitalismo. Segundo Anderson (1995),

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si -, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Essa mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos (p.10).

Nos anos 70, com a crise do modelo econômico do pós-guerra, houve uma profunda recessão nos países capitalistas avançados e o crescimento desmesurado do mercado, com isso, as idéias neoliberais ganharam destaque e, concretamente, seriam praticadas, em parte, durante os anos 80.

Primeiramente em 1979 pela Inglaterra, com o Governo de Thatcher; em seguida, em 1980 por Reagan nos EUA, Alemanha em 1982, Dinamarca e vários outros na sequência, num processo geral de ‘direitização’ de parte dos governos europeus, que segundo Anderson (1995, p. 12), consolidou “*...o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte.*” Vejamos em brevíssimos apontamentos, quais eram suas principais ações.

Em geral a contração da moeda, a elevação das taxas de juros, a redução drástica dos impostos sobre altos rendimentos, a abolição dos controles sobre fluxos financeiros, o aumento dos níveis de desemprego, o corte de gastos sociais, o enfraquecimento das estruturas sindicais e principalmente um amplo programa de privatização. Essas e outras medidas

variavam de país para país, mas em geral seguiam o mesmo receituário neoliberal.

Anderson insiste na força ideológica do neoliberalismo, que conseguiu, na prática das políticas, a adesão, via pressão dos agentes financeiros internacionais, dos governos de esquerda da Europa, como nos exemplos de Mitterrand na França, González na Espanha e Craxi na Itália.

Enfim, de um modo geral as décadas de 80 e 90 para os países europeus e os Estados Unidos, foram dominadas pelas orientações neoliberais. Estas se colocaram prática e ideologicamente como alternativa à crise do capitalismo da década de 70.

Mas, embora tenham logrado relativo êxito, principalmente em relação à deflação, lucros e reduções salariais, a finalidade dos mesmos, de reanimação do capitalismo avançado mundial e desmonte do Estado de bem estar social nos países avançados, foi um fracasso.

Segundo Anderson (1995, p.15), “(...) o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE”. Devemos ainda considerar o agravante do crescimento descontrolado da especulação financeira, o aumento dos lucros não gerou investimento e sim especulação.

Acrescenta-se ao balanço um relativo fracasso na destruição do Estado de Bem Estar Social dos países desenvolvidos. Estes, embora fragilizados, perderam pouco de sua capacidade. King (1998, p.56), ao desenvolver análise do Estado de bem – estar contemporâneo em democracias industriais avançadas, afirmou:

Governos conservadores podem atacar com sucesso os aspectos menos populares dos serviços de bem-estar, mas isso equivale a reduções marginais na provisão de bem-estar. Sem dúvida, tais ataques, quando unidos a políticas como as de privatização, têm conseqüências efetivas sobre os termos do discurso político e do ethos público com que essas questões são debatidas; mas essa é uma conseqüência menos significativa do que a destruição do estado de bem-estar. Não há motivo para comprazer-se com o ataque à provisão pública de bem-estar; mas, igualmente, o estado de bem-estar tem uma legitimidade pública e uma posição estrutural nas democracias modernas que torna sua eliminação extremamente difícil.

Para o autor, os estados de bem-estar nas democracias avançadas têm suas estruturas e benefícios entrelaçados às estruturas sociais que eles próprios remodelaram, dificultando o desmonte.

Por essa visão, podemos antecipar a capacidade das orientações neoliberais em Estados onde o bem estar social ainda é uma utopia: trata-se de um processo longo a ser construído,

como em vários países latino – americanos.

Retomemos as idéias de Anderson, sobre o parcial fracasso do neoliberalismo nas democracias capitalistas avançadas na década de 80. O autor acrescenta duas questões essenciais à nossa compreensão.

Uma diz respeito ao novo “fôlego” que adquire o neoliberalismo no final da década de 80 com o colapso dos regimes socialistas. E a outra à adesão generalizada dos governos latino-americanos às orientações neoliberais já a partir de 1989. Entre eles, os do Brasil.

A queda do comunismo na Europa oriental e na União Soviética fortaleceu a orientação neoliberal nesses países e fora deles. Os principais ideólogos neoliberais seriam Balcerovicz na Polônia, Gaidar na Rússia e Klaus na República Tcheca. Esses, dispora Anderson (1995, p.18), “(...)eram e são seguidores convictos de Hayek e Friedman, com um menosprezo total pelo keynesianismo e pelo Estado de bem estar(...)” promovem a desigualdade e o empobrecimento da maioria com mais resultados do que os países do ocidente.

Em relação aos países da América Latina, Anderson (1995), descreve-os como o terceiro cenário de experimentações neoliberais.

Destaca o Chile (1976) com a ditadura de Pinochet e a Bolívia (1985), orientada por Jeffrey Sachs, que já eram os pioneiros nas orientações políticas neoliberais, servindo de verdadeiros laboratórios aos europeus e norte-americanos.

Iniciaram essas mesmas orientações “juntando-se” ao bloco mundial, já no final dos anos 80, o México (1988) com Salinas, a Argentina (1989) com Menen, a Colômbia e a Venezuela (1989), o Peru e o Brasil (1990) com Fujimori e Fernando Collor de Mello.

Segundo Borón (1999), nos países da América Latina o neoliberalismo fracassou totalmente. Alguns desses países, acumulando outros mandatos governamentais neoliberais passam atualmente por crises profundas. Um caso evidente é o da Argentina. O autor cita o quadro Argentino:

(...) há indícios alarmantes que revelam uma dramática piora da situação: o desemprego, cujas taxas atuais quintuplicam a média histórica da Argentina (!), o aumento da pobreza e a pauperização das classes médias; o colapso das economias regionais; o incontível déficit fiscal e, finalmente, o avassalador aumento da dívida externa durante os anos da convertibilidade, apesar de as privatizações terem alienado quase a totalidade do patrimônio público. (p.12-13)

De fato, sabemos que recentemente, (final do ano de 2001 e início de 2002), eclodiu na Argentina, a mais profunda crise econômica, social e política, com protestos violentos e uma população declaradamente descrente nos rumos do país.

É preciso buscar algumas razões para tal ascensão do neoliberalismo, que mesmo fracassando do ponto de vista social, ainda permaneceu como forte alternativa em vários países.

Therborn (1995) propõe uma explicação interessante. Para o sociólogo, há um fenômeno que veio se juntar a toda ordem já explicitada acima. O fenômeno do crescimento desmesurado do mercado desde meados da década de 70. Desmesurado porque cresceu mais do que o Estado, acumulando poder e influências. Principalmente a vertente dos mercados financeiros internacionais. Para o autor:

(...) o mercado sofreu uma intensa expansão, gerando uma tendência ao aumento da competição. Isto se expressou, empiricamente, no fato de que o comércio mundial cresceu mais rapidamente do que a produção. Nesta fase se produziu um fortalecimento dos mercados em comparação com as empresas. (p.43)

Este cenário somado às políticas de redução do papel do Estado (estado mínimo neoliberal), elevou o poder de influência e de mando dos novos mercados em todos os setores da vida. Nesta mesma visão, Dias Sobrinho (2000, p.9), afirmou “*Nessa ‘nova desordem econômica’ (esta expressão é do economista espanhol Pedro Montes), o mercado adquire as prerrogativas de regente da sociedade. Essa invasão sem ética do mercado sobre a vida social é altamente preocupante.*”

E em outro texto publicado na Revista Avaliação, Dias Sobrinho, (2002, p. 166), chama a atenção para as implicações da constituição do quase – mercado educacional, ou melhor, a privatização dissimulada da educação superior,

A privatização da educação superior apresenta duas faces distintas, porém com algumas características semelhantes ou mesmo comuns. De um lado, a face mais visível: aumenta consideravelmente nestes últimos anos o número de provedores privados dos serviços educacionais, obedecendo à lógica das forças do mercado e buscando ampliar os benefícios de sua atividade econômica. De outro, um fenômeno de contornos cinzas: as instituições que recebem financiamentos públicos enfrentam uma forte tensão entre as imposições do mercado e o espírito público que as constituem essencialmente e que lutam por preservar, ainda que num quadro adverso. A ‘privatização’ da educação superior instaura o paradoxo de um maior afrontamento no campo ideológico e político entre as instituições públicas e privadas e entre os setores da comunidade acadêmica que resistem ou que, ao contrário, aderem às

imposições do mercado, suas lógicas e suas práticas no campo educacional. Ao mesmo tempo, ela produz um maior abrandamento das tensões entre aquela parcela de universitários de instituições públicas que aderem aos valores do mercado educacional e os setores privados mais qualificados. (Dias Sobrinho, 2002, p. 166)

Afonso (2000, p.116), em diálogo com outros autores, detalha o papel do estado na relação com o mercado. Afirma que o mesmo é fruto de uma criação política, concebida para fins políticos. Segundo o autor,

(...) quando se fala de ‘mercadorização da educação’ não se trata senão da implementação de mecanismos de ‘liberação’ no interior do sistema educativo, ou da introdução de elementos de ‘quase-mercado’.

(...)É, aliás, esta combinação específica de regulação do Estado e de elementos de mercado no domínio público que, na nossa perspectiva, explica que os governos da nova direita tenham aumentado consideravelmente o controlo (sic) sobre as escolas (nomeadamente pela introdução de currículos e exames nacionais) e, simultaneamente, tenham promovido a criação de mecanismos como a publicitação dos resultados escolares, abrindo espaço para a realização de pressões competitivas no sistema educativo.

Em relação à reforma do Estado e da educação superior no Brasil, Silva Jr. e Sguissardi (2001, p. 27), tratando das estratégias e ações governamentais para a reconfiguração do Estado e da educação superior no Brasil situaram no âmbito da política nacional o processo em curso:

O esforço oficial de reforma do Aparelho do Estado (reforma administrativa, especialmente), que se inicia, em 1990, no Governo Collor de Melo, e que é relaxado durante o Governo Itamar Franco, recrudescer com o Governo de Fernando Henrique Cardoso a partir de 1995 e ao ser a então Secretaria da Administração Federal transformada no MARE, sob o comando do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

É no âmbito dessa reforma que se pode, sob muitos aspectos, situar a estratégia e as ações oficiais de reforma da educação superior no país.

A reforma do Estado tornou-se fato institucionalizado, inclusive com um ministério próprio. A reforma educacional, impulsionada pela nova legislação elaborada neste período, comportou elementos fundamentais do processo de reconfiguração do Estado e da educação no país. Os enfoques em avaliação institucional, coerentes com as novas medidas reformistas ganharam centralidade neste processo.

Como o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), não se prestava às necessidades de controle por parte do Estado, dificultando a indução das orientações neoliberais e conservadoras, criaram-se no âmbito do Estado, no Sistema Nacional

de Avaliação da Educação, enfoques em avaliação que comportavam os interesses da política governamental.

Como já mencionamos anteriormente, na história recente da avaliação institucional do ensino superior brasileiro encontramos uma postura ambígua no âmbito do Estado, especificamente na constituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação. De um lado o PAIUB, instituído e gestado democraticamente desde 1993; do outro, o ENC – Exame Nacional de Cursos e um conjunto de outros programas avaliativos que em sua maioria garantiam a hegemonia dos enfoques em avaliação eficientistas e controladores.

Esse movimento opôs diferentes enfoques avaliativos e cindiu a possibilidade da colaboração e atuação complementar entre eles.

Nessa situação, a abordagem sobre os enfoques avaliativos continua sendo fundamental, pois como insiste Dias Sobrinho (2000, p.185), *“As principais disputas sobre a avaliação institucional não são essencialmente querelas sobre aspectos técnicos, mas propriamente, neste caso, são concepções sobre a educação superior e sobre a sociedade que, no fundo, estão em questão”*.

Para identificar os diferentes enfoques sugeridos na revista *Avaliação* procuramos explicitar a construção dos modelos que lhes subjazem. Essa questão será abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

PERSPECTIVAS EM AVALIAÇÃO: MARCOS TEÓRICOS INTERPRETATIVOS

2. Perspectivas tecnológica, política e cultural

Com o objetivo de explicar o estado do conhecimento para a melhoria educacional, House (1988) propôs três perspectivas para se entender e avaliar as inovações educacionais. A perspectiva tecnológica, política e cultural. Ele supunha que a escolha de uma determinada perspectiva configuraria em grande medida a interpretação a ela correspondente.

Com essa concepção, o autor iniciou sua reflexão, partindo das imagens subjacentes às três perspectivas propostas.

A perspectiva tecnológica se vincularia à imagem da produção. Estaria sustentada historicamente por conceitos de entrada e saída, diagramas de fluxo e especificação de tarefas. A avaliação é concebida como um processo mecânico e as relações sociais baseiam-se nas necessidades tecnológicas. Nessa perspectiva atribui-se grande valor ao econômico e à idéia de eficiência.

Na perspectiva política a imagem correspondente é a da negociação. Ela seria sustentada pelos conceitos de poder, de autoridade e de interesses competitivos. Concebe as relações sociais como voluntárias, baseadas em contratos. Os interesses individuais estariam freqüentemente, em disputa com os interesses de grupos. Nessa perspectiva teriam importância as questões políticas e a legitimidade do sistema de autoridade, bem como uma distribuição justa dos recursos.

Na perspectiva cultural emerge a imagem da comunidade. Ela seria sustentada pela busca de valores comuns. As relações sociais seriam vistas como tradicionais com ênfase nos valores. Como existem distintas culturas, a integridade cultural se basearia na tolerância recíproca. Para a concepção multicultural seria fundamental a autonomia das diferentes culturas.

No sentido mais geral, as três perspectivas são apresentadas como marcos interpretativos para compreender processos. Elas projetariam os argumentos possíveis de uma linha de atuação. Segundo House (1988, p. 7), “*Al estructurar de este modo los fenómenos sociales, sirven como detector de lo que es importante y como guía para la acción.*”. Assim, as perspectivas poderiam ser consideradas como paradigmas morais ou de ação. Segundo o

autor *“Hasta cierto punto, distribuyen el peso de los argumentos de determinadas maneras (Bernstein, 1978). De hecho, resulta muy difícil anular la evaluación intrínseca del marco conceptual”*. (House, 1988, p. 7).

As diferentes perspectivas seriam parametradas por seus limites normativos acerca do que é racional e aceitável. Por isso, limitariam a linguagem e os conceitos utilizados, definiriam os limites da própria escolha racional. E neste sentido, afirma o autor, todos estaríamos dominados por perspectivas ou marcos de referências.

Após explicação da origem e do conteúdo de cada perspectiva, House (1988), sugere relações e comparações entre elas, das quais destacamos algumas.

A **perspectiva tecnológica** centra-se na própria inovação/avaliação, isto é, em suas características, na forma de sua produção e introdução. Dá importância à técnica e seus efeitos. Metodologicamente utiliza instrumentos psicométricos: como provas de rendimento, escalas de atitudes e questionários fechados. A perspectiva tecnológica supõe consensos, isto é, que a meta estaria fixada e só faltaria encontrar os melhores meios para atingi-las. As políticas orientam-se para o produto ou meta, via ponto de vista tecnocrático. Eticamente é autoritária, supondo uma base comum de autoridade que frequentemente encontra-se institucionalizada em instâncias administrativas. A pesquisa, nessa perspectiva, tende a ser objetivista. A perspectiva tecnológica concebe o ensino não como arte, mas como tecnologia.

A **perspectiva política** centra-se no contexto da inovação/avaliação. Dá importância às relações de poder e de autoridade. Preocupa-se com os interesses das pessoas. A ação deve ser legítima, ter em conta os interesses de todos. Utiliza questionários semi-estruturados, entrevistas e metodologia de sondagem. A perspectiva política supõe que nem tudo é consenso e harmonia, podendo existir conflitos de interesses, sendo necessário a constante negociação. A ética é contratual. A perspectiva política surgiu ao entender-se a inovação/avaliação, não como consenso de interesses, mas como conflito de interesses.

A **perspectiva cultural** fixa-se no contexto, na estruturação do trabalho e no sistema da vida, no modo que se interpreta a inovação/avaliação e se alteram as relações. O mais importante são os significados e os valores. A perspectiva cultural toma os métodos emprestados da antropologia: observação, observação participativa e estudos de casos. Supõe uma sociedade fragmentada, na qual o consenso só é existente nos grupos e não fora deles e que é necessário estabelecer um terreno comum entre as diferentes culturas divergentes. A

perspectiva cultural surgiu em resposta aos participantes das inovações/avaliações, não como membros de uma só cultura, mas de múltiplas culturas.

House (1988), alerta que as três perspectivas não são categorias puras. Considera que nenhum pesquisador, teórico ou político, encaixa-se perfeitamente, e que cada perspectiva se centra em aspectos diferentes da realidade; que o surgimento de novas perspectivas se explicariam no movimento político, social e econômico; que a idéia de perspectiva apoia-se num acordo ou consenso profissional por percepções comuns do meio social e político e em particular da administração pública.

Por fim, House (1988, p.29-30), não acredita que novas perspectivas desbanquem a perspectiva tecnológica dominante. O autor acredita que essa perspectiva se combinará com outras, predominando estratégias mistas. Após dez anos¹⁸ da proposição desses marcos teóricos interpretativos, o autor reafirma as três perspectivas como básicas e características das ações da sociedade atual. Faz uma analogia com outros marcos interpretativos, de natureza axiológica:

Las citadas perspectivas se corresponden a grandes rasgos con la infraestructura, la estructura y la superestructura de la sociedad; es decir, las formas básicas de producción y reproducción constituyen la infraestructura de la sociedad, la economía doméstica y la economía política son la estructura, y actividades como las artes, la ciencia, los ritos y los deportes forman la superestructura (Harris, 1979). Así pues, cabe analizar ante todo las acciones sociales basándose en patrones de trabajo o estructuras familiares; en segundo lugar, como política o dinámica de clase social, y por último, como ritos compartidos. Cada una de esas perspectivas es reflejo de distintos factores causales que influyen o determinan las acciones sociales, y cada una de ellas guarda relación con instituciones sociales concretas en cuanto a causas.

(House, 1988, p. 29 –30).

Angulo (1988), em análise semelhante, com base nos estudos de Habermas e House, apontou duas perspectivas, a experimental (que conduz à eficácia burocrática, ao objetivismo científico) e a transacional (processual, naturalista, democrática).

O autor faz um estudo comparativo das investigações em avaliação de programas sociais. Compara duas correntes distintas, as investigações de tradição experimental calcadas na epistemologia positivista de ciência, e as investigações da perspectiva transacional, relacionadas com as correntes da sociologia compreensiva, fenomenológica social,

¹⁸ Como já dissemos, o artigo de Ernest House foi pensado originalmente no final dos anos 70.

etnográfica, hermenêutica e interacionista simbólica¹⁹.

Segundo o autor, a perspectiva experimental foi amplamente aceita para avaliar a efetividade de um programa social. Ela afirma um empreendimento racional, que examina os efeitos das políticas (nos indivíduos, grupos, instituições ou comunidades), em função de seus fins. Utiliza métodos objetivos e sistemáticos para medir a extensão dos alcances e os fatores relacionados aos êxitos ou fracassos. Supõe que a avaliação para a tomada de decisões deve contemplar alguns aspectos fundamentais, tais como a crença de que os objetivos dos programas traduzem as necessidades e expectativas sociais; que os métodos sistemáticos e objetivos dão conta da relação do programa com a necessidade social e que os dados fornecem segurança necessária à tomada de decisões.

A crítica à perspectiva experimental dirige-se dos supostos aos procedimentos, que segundo Angulo (1988, p.195),

Esto es desde luego una visión un tanto simplificada. Em primeiro lugar, no siempre es posible trabajar com grupos control y tratamiento seleccionados al azar, o ni siquiera tener grupos de control es algo factible. En segundo lugar, como los experimentos no se realizan en condiciones de laboratorio, sino naturales no es tan sencillo evitar la incidencia de variables extrañas (...)

O autor critica as semelhanças da pesquisa experimental com a pesquisa das ciências naturais, baseadas nas relações de causa-efeito. Destaca que a base do método não está no procedimento formal e sim nos instrumentos utilizados (nos testes psicológicos, provas, questionários) e nas técnicas estatísticas que, somadas às condições de legalidade epistemológica, permitem o desenho experimental. Um paradigma agrícola – botânico, lembra o autor ao fazer referência a outros críticos dessa perspectiva. O avaliador, como um agricultor, mede previamente a produção, aplica novo fertilizante e compara no tempo os resultados, não só das plantas aos quais administrou o fertilizante novo, mas também daquelas plantas que não foram administradas (como num grupo de controle). Para Angulo (1988, p. 196) *“Indudablemente, las situaciones sociales – lo repito – no son tan simples como as agrícolas, pero el modelo de investigación es esencialmente el mismo”*.

Segundo Habermas (apud Angulo, 1988), os procedimentos são próprios de uma sociedade experimental que planifica sua política social a partir de critérios científicos, com racionalização crescente e substituição das preocupações éticas e sociais por outras

¹⁹ O autor sugere outras leituras neste assunto com Guba (1978), Schutz (1962), Gadamer (1975), entre outros.

instrumentais.

Para Mc Donald (apud Angulo, 1988), na perspectiva experimental confluem a eficácia burocrática e o objetivismo científico. Burocrática em sua ideologia e autocrática em seus critérios metodológicos.

A perspectiva transacional em avaliação de programas surgiu por volta dos anos 70 do século passado. Essa perspectiva reconhece a pluralidade valorativa, ideológica e de interesses que envolve um programa. Os dados devem refletir os significados subjetivos, as opiniões e juízos. O relatório ou informativo deve ser reconhecido por todos e portanto, deve estar numa linguagem acessível. A perspectiva transacional não pergunta pela efetividade de um programa, mas pelo valor que tem para melhorar a vida das pessoas.

Segundo Angulo (1988), a perspectiva transacional vem produzindo um giro copernicano em avaliação. É oriunda das relações produzidas no âmbito das Ciências Sociais com as correntes da sociologia compreensiva, fenomenologia, etnografia, hermenêutica e interacionismo simbólico. Segundo Wilson (apud Angulo, 1988, p. 201),

Los que trabajan en esa tradición afirman que el científico social no puede comprender la conducta humana sin comprender la estructura en la que los sujetos interpretan sus pensamientos, sentimientos y acciones.

Para Angulo (1988), é uma perspectiva comprometida com os processos, em que o avaliador conhece as situações interativas. Requer mudanças profundas na metodologia, com desenhos flexíveis, emergentes e progressivos durante o processo dialógico entre avaliador e envolvidos. Utiliza-se das técnicas da observação participante, da entrevista etnográfica, enfim, dos métodos qualitativos, naturalistas ou etnográficos.

Ainda segundo Angulo (1988, p.203), são três os modelos em avaliação mais próximos da perspectiva transacional, o “*iluminativo*” de Parlett y Hamilton (1975); o “*responsivo*” de Robert Stake (1980); e o “*democrático*” de Mc Donald (1976). Este último, segundo o autor, o mais completo, no sentido de abarcar as características anteriores e ainda adotar critérios democráticos em sua constituição.

2.1 - Perspectivas, modelos ou enfoques em avaliação institucional na América Latina

As experiências educacionais e em especial aquelas relacionadas com a avaliação institucional da educação superior, no Brasil e nos outros países da América Latina, têm sido

objeto de práticas, estudos e pesquisas de alguns autores. Parte desses tem se dedicado ao exame das origens, das características e compromissos ético - políticos dessas avaliações, projetando marcos teóricos explicativos mais próximos das realidades latino-americanas.

Neste sentido, Dias Sobrinho (1999), tratando das concepções de universidade e de avaliação institucional, indica as tendências político - econômicas internacionais que vêm re - significando diferentes enfoques avaliativos.

O autor alerta, entre outras coisas, para a crescente ausência do Estado em relação às políticas públicas, as implicações da orientação neoliberal nas políticas educacionais, o papel das agências multilaterais como o Banco Mundial, FMI entre outros, na indução neoliberal de políticas e avaliações controladoras e o avanço desmesurado do mercado e seus valores, em todos os setores da vida.

Para fazer frente a essa tendência, o autor reafirma uma concepção crítica e democrática de universidade e avaliação. Segundo Dias Sobrinho (1999, p. 166),

Com estas perspectivas, invertem-se os sinais: qualidade não é competitividade, a contínua guerra para vencer em todos os planos os competidores, mas ao contrário, é solidariedade. A questão da equidade passa pela cooperação acadêmica, pela solidariedade interinstitucional, pela comunicação intersubjetiva, pela compreensão de que a educação de qualidade é tarefa de todos, porque direito de todos.

(...) Mediante a orientação formativa e qualitativa e através de um processo coletivo, da comunidade interna e membros externos, de análise e reflexão, a universidade se reconhece e revigora a institucionalização de seus princípios fundantes.

Nessa mesma linha, mas agora discutindo os vários sentidos da avaliação na educação superior, o referido autor descortina o que seria a avaliação focada na técnica e na ética, no interno ou no externo, na norma ou no critério. Segundo Dias Sobrinho (2001, p. 17):

(...) a capacitação técnica não deve vir separada da qualificação social, os valores do mundo da economia, tais como eficiência, produtividade e competência gerencial, devem se integrar aos valores essenciais da humanidade, como democracia, liberdade, solidariedade, respeito à diversidade, reconhecimento da alteridade. A técnica há de ser amplamente desenvolvida, porém articulada à ética. Este raciocínio nos conduz a dizer que a avaliação, muito mais que uma constatação de uma realidade pensada e um dispositivo de medida e classificação, deve implicar também a construção coletiva de um pensamento a respeito da filosofia educativa de uma instituição ou de um curso.

Contera (2002)²⁰, sugere um modelo teórico explicativo para a avaliação da qualidade da educação superior. Segundo a autora, na base da análise da avaliação encontra-se o problema da qualidade. E nesse problema a escolha dos indicadores para sua valoração. Após a revisão das concepções de qualidade da educação superior, presentes nos discursos e documentos do Banco Mundial e da UNESCO, a autora expõe esquematicamente os supostos de sua análise, reelabora em um diagrama ou esquema quatro modelos explicativos de avaliação da qualidade da educação superior.

Quanto à idéia da construção de modelos, a autora, a exemplo de House (1988), Angulo (1988) e Dias Sobrinho (1999), adverte sobre os limites e possibilidades de um modelo teórico explicativo.

Um modelo teórico seria uma simplificação da realidade, que segundo Hirsch (apud Contera, 2002, p.3):

(...) partem de um certo conhecimento e da descrição da realidade que se busca entender; são construções teóricas, que não se encontram tal e qual na realidade, porém que permitem interpretá-la; são úteis para sintetizar e clarificar idéias essenciais e suas conexões; são processos de abstração que implicam conceitos e variáveis e suas relações; permitem entender processos complexos em forma simplificada; tendem a transformar-se à medida que em maior grau se vai entendendo o problema em estudo e vão sendo incorporados elementos de maior nível explicativo; proporcionam retroalimentação a respeito das concepções e idéias originais; ajudam a comunicar o arrazoado, porque tornam explícita a conexão entre cursos de ação alternativos e seus impactos; podem referir-se a fenômenos e processos de diferentes níveis, desde um problema prático e concreto até a explicação de grandes problemas ou espaços sociais; podem constituir estados desejáveis, ideais ou utópicos, que permitem interpretar a realidade.

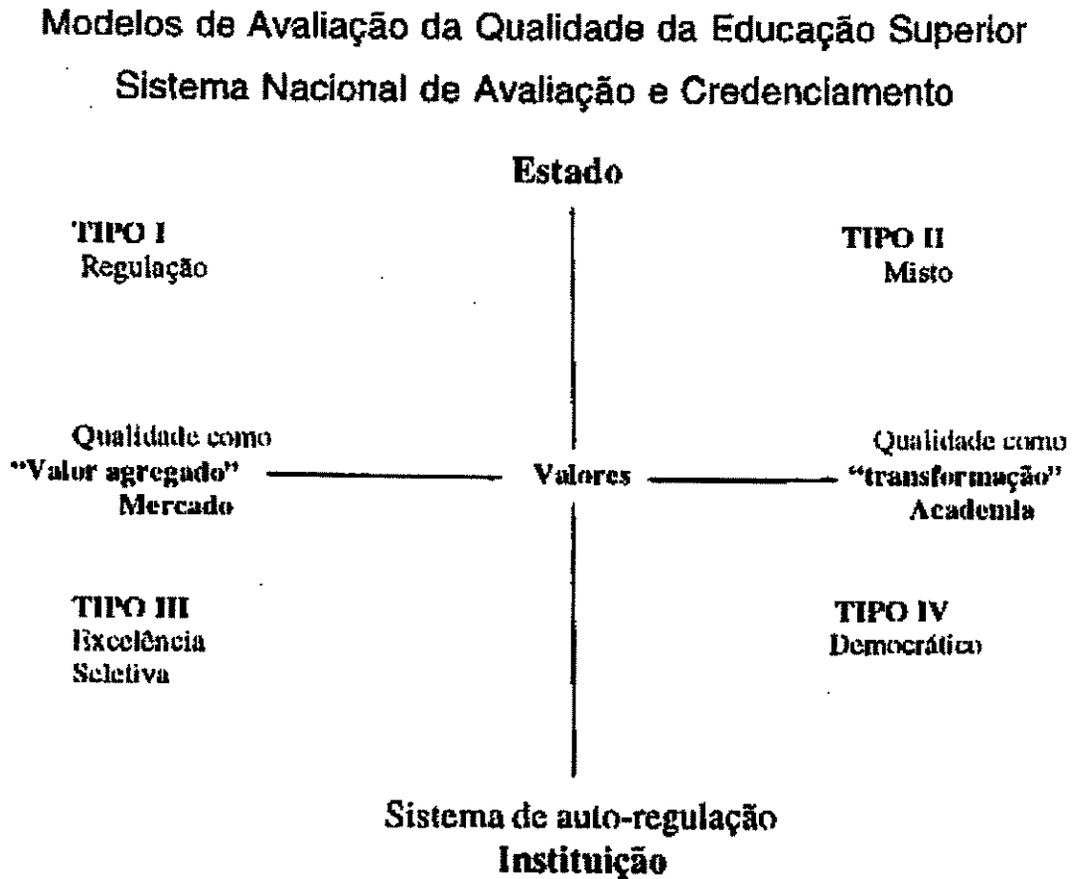
Contera (2002) construiu um modelo baseado na relação entre avaliação e qualidade da educação superior²¹. Estas foram dispostas num plano ou espaço cartesiano. O eixo horizontal polariza dois conceitos de qualidade: de um lado o “valor agregado”, motivado pelo mercado e, do outro, a qualidade com o sentido de “transformação”, motivada pela academia. O eixo vertical tem no extremo superior o Sistema de Avaliação e Credenciamento (Estado) e na

²⁰ O artigo foi publicado, originalmente na língua espanhola no ano 2000, na Revista Avaliação, Ano 5, v. 5, nº1, mar. de 2000. Posteriormente foi publicado em Português (tradução de José Dias Sobrinho), no livro **Avaliação Democrática: para uma universidade cidadã**. Organizado por José Dias Sobrinho e Dilvo I. Ristoff, Florianópolis, Editora Insular, 2002.

²¹ Com base em Castrejón Díez, J. *Las bases filosóficas de la planeación H*. Cámara de Diputados, LIV Legislatura, Comisión de Ciencia y Tecnología, México, 1991.

outra extremidade o Sistema de Auto-regulação (instituições de educação superior). Como podemos observar na tabela 2.

TABELA 2:



FONTE: Cristina Contera. Modelos de Avaliação da Qualidade da Educação Superior, Sistema Nacional de Avaliação e Credenciamento. Avaliação democrática para uma Universidade Cidadã. DIAS SOBRINHO, J. e RISTOFF, D. I. (org.) Florianópolis, Insular, 2002; p.128.

Observa-se que os tipos de avaliação da qualidade da educação superior idealizados são identificados nas relações entre o Sistema Nacional de Avaliação (Estado), o Sistema de auto-regulação (das instituições), e o Mercado.

Essas relações comparativamente projetam quatro tipos de modelos de avaliação da qualidade da educação superior.

Tipo I - Modelo de Regulação

Tipo II – Modelo Misto

Tipo III – Modelo de Excelência Seletiva

Tipo IV – Modelo Democrático

2.2 – Os modelos de avaliação: Regulação, Misto, de Excelência seletiva e Democrático

O modelo de **Regulação** é descrito como um sistema no qual o controle do processo de avaliação e / ou credenciamento pertence ao Estado, e estaria sob orientação dos critérios do mercado. A eficiência institucional e o controle dos recursos públicos pelo Estado seriam dois dos seus objetivos centrais.

O modelo **Misto** é descrito como um sistema no qual o controle do processo de avaliação e / ou credenciamento encontra-se com o Estado e sob orientação dos critérios das instituições (academia), via participação dos acadêmicos. A auto-avaliação institucional e a avaliação por pares ganhariam maior centralidade no processo.

O modelo de **Excelência Seletiva** refere-se às instituições públicas e privadas que se orientam por padrões de qualidade definidos em agências internacionais, com critérios produtivistas. O modelo implica nova modalidade de retribuição acadêmica diferenciada. Conforme Contera (2002, p. 129), neste modelo “(...) *os estudantes e professores de graus mais baixos estão ausentes dos programas internacionais (...)*”. A avaliação e o planejamento são utilizados para a reestruturação e a realocação de recursos.

O modelo **Democrático** supõe critérios éticos e a defesa da veracidade, negociação e vontade de se aprofundar nas implicações do avaliado. A auto-avaliação aparece como um indicador do potencial interno para gestar mudanças e eventualmente (dependendo do grau de autonomia), criar contextos de emancipação.

Segundo Contera (2002, p. 131):

Neste modelo importa sobretudo o clima institucional, a existência de culturas acadêmicas colaborativas e dispostas ao debate e à confrontação de idéias, assim como matrizes institucionais democráticas e participativas e uma percepção forte da necessidade de mudar. O papel dos professores neste contexto é fundamental (...)

Enfim, o modelo teria um caráter pró-ativo e antecipativo.

A autora analisa os valores subjacentes aos modelos de tipo I - Regulação e de tipo IV

- Democrático sob três pontos de vista, o filosófico, político e metodológico.

Modelo de Regulação

Filosoficamente este modelo orienta-se por uma racionalidade instrumental²², com predomínio do interesse técnico. Os meios seriam independentes dos fins e se justificariam pela eficácia.

Politicamente está voltado para as necessidades do Estado Avaliador, para as ‘prestações de contas’ das Universidades públicas (*accountability*), em relação ao uso do orçamento do Estado. Sustenta-se nos valores de competitividade, esforço individual e produtividade.

Metodologicamente tende a métodos quantitativos, indicadores de rendimento, fixação de padrões, provas e testes visando o controle e a avaliação punitiva.

Segundo Contera (2002, p. 133):

De maneira desigual e heterogênea, têm sido desenhados sistemas de *merit pay*, incremento de matrículas e cotas estudantis, aperfeiçoamento dos exames e procedimentos de seleção, sistemas de credenciamento e avaliação dos desempenhos, estabelecimentos de sistemas de ranking entre instituições de educação superior e definição de categorias (A, B, C), sujeitas a aplicação diferenciada de recursos provenientes do Estado. Aponta-se aí, do ponto de vista dos professores ao desenvolvimento de culturas individualistas.

Modelo Democrático

Filosoficamente recupera o interesse emancipatório e tece a crítica à racionalidade instrumental como “*sendo incapaz de argumentar a qualidade valorativa dos fins com os quais se relaciona*” (Contera, 2002, p. 134).

Contera (2002, p. 135) reitera as características do modelo democrático²³,

Um modelo de avaliação emancipador é definitivamente um modelo de inovação que necessariamente desencadeia (ou implica) mudanças na cultura prática do professorado e nos estilos de gestão tradicionais instalados nos contextos em que se desenrola a avaliação. Estas mudanças se produzem a partir da apropriação por parte dos docentes do controle do processo de avaliação (...)

Politicamente orienta-se para a defesa da autonomia e a capacidade de auto – governo das instituições de educação superior. A auto-avaliação seria ancorada na responsabilidade

²² No sentido explicitado nos estudos de Jürgen Habermas.

²³ Baseada em Elliott, J. *El cambio desde la investigación-acción*. Morata, Madri, 1996.

social de se prestar contas à sociedade.

Metodologicamente importa prioritariamente a análise dos processos (sem desmerecer os insumos e produtos), indicadores de qualidade e uso de técnicas combinadas qualitativa – quantitativas.

Para finalizarmos o capítulo, expomos na tabela 3, um quadro sintético dos dois modelos descritos.

TABELA 3

MODELOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

Tipo I	Tipo IV
REGULAÇÃO	DEMOCRÁTICO
<u>PÓLOS TENSIONAIS</u>	
1. Interesse técnico	1. Interesse emancipatório
2. Racionalidade instrumental	2. Racionalidade valorativa
3. Enfoque quantitativo	3. Enfoques quanti/qualitativos
4. 'Accountability' ²⁴	4. Responsabilidade social
5. Indicadores de rendimento	5. Indicadores de qualidade
6. Avaliação com critério punitivo e de controle	6. Avaliação como aperfeiçoamento e transformação.
7. Processos baseados em uma ética competitiva	7. Processos baseados na colaboração e participação.
8. Avaliação 'retroativa' e pontual	8. Avaliação 'proativa' e permanente

FONTE: Cristina Contera. Modelos de Avaliação da qualidade. DIAS SOBRINHO, J. e RISTOFF, D. I. (org.) . Avaliação democrática para uma Universidade Cidadã. Florianópolis, Insular, 2002; p.137.

No próximo capítulo apresentamos o levantamento da estrutura e do funcionamento da revista *Avaliação* (conselho editorial, autores, artigos, entre outros), bem como uma análise do editorial. Considerando os aspectos teóricos já esboçados identificamos na revista seus

²⁴ Concebida como 'prestação de contas', auditoria, exclusivamente.

grandes temas, preocupações, propostas e idéias- chave. Essa abordagem propiciou uma aproximação aos enfoques em avaliação institucional tratados na revista .

CAPÍTULO III - A REVISTA *AVALIAÇÃO* DA RAIES

3- A Revista *Avaliação*

Indagar sobre os diferentes enfoques em avaliação, constituintes das principais orientações de um periódico especializado, não é uma tarefa simples. Para começar coincidem diferentes comunidades brasileiras de pesquisas, em que a palavra avaliação é complexa, indefinida e com vários significados. O campo da avaliação educacional, segundo Ludke (2002, p.89), “... *ilustra muito bem o cruzamento de forças que o atravessam provocando diferentes configurações, algumas de fácil reconhecimento, outras de efeitos mais sutis.*”

Segundo Sacristán (1998, p. 298),

Dizer o que é avaliar não é algo simples de definir, além do mais, segundo o que acabamos de apontar, não é o mesmo avaliar rendimentos em alunos/as, comportamento nos professores/as, qualidade dos materiais didáticos ou bom funcionamento das escolas(...)

Para Dias Sobrinho (2002, p.15),

A avaliação é plurirreferencial. Então é complexa, polissêmica, tem múltiplas e heterogêneas referências. (...) necessita de uma pluralidade de enfoques e a cooperação ou a concorrência de diversos ramos de conhecimentos e metodologias (...)

Como escreveram os próprios especialistas, os significados não são tão simples e fáceis de serem detectados, encerram grandes problemas. Nesse sentido Contera (2002) expressou as implicações possíveis para a aceitação de um determinado conceito, “*A forma como se conceitua a idéia de ‘qualidade’ condiciona as definições que são adotadas no terreno da educação em geral e da educação superior em particular*” (p. 138) . Acrescentaríamos a esse raciocínio as idéias de avaliação institucional, de universidade, formação e de reformas.

Para enfrentar esse desafio, pelo menos no que se refere à avaliação institucional, procuramos estudar um recorte dessa problemática contido na revista *Avaliação*.

O estudo dos enfoques da revista *Avaliação* concentra-se no período de julho de 1996 a junho de 2002. Nesse período foram publicados 24 números da revista, consolidando um amplo conselho editorial, uma significativa quantidade de autores e artigos publicados.

Na estrutura geral da revista há três componentes fundamentais conjugados: a direção de um ou mais editores responsáveis; uma estrutura básica que garante a escolha e reprodução dos artigos (Conselho Editorial), diagramação, impressão, distribuição, normalização etc., e um grupo de pesquisadores/autores variados (nacional e estrangeiro) que “alimentam” a revista com seus artigos. Vejamos a Tabela 4.

TABELA 4 COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA GERAL DA REVISTA AVALIAÇÃO

Direção da RAIES e da Revista	Autores e artigos do período	Estrutura operacional
<ul style="list-style-type: none"> • 1 – Editor, 1 – editor adjunto e 1 – editor adjunto convidado (eventual). • 15 membros do Conselho Editorial <p>Obs. Dos quinze conselheiros, cinco participaram da criação da revista <i>Avaliação</i> e da fundação da RAIES.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 181 autores ➤ 151 artigos ➤ De jul.1996 a jun.2002 ➤ (24 edições) <p>Obs. A maioria dos autores são vinculados às Universidades de seus respectivos países.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Secretaria, Endereço, Jornalista responsável, Editor gráfico, Padronização bibliográfica, Home page e Assinantes. <p>Obs. As assinaturas da revista <i>Avaliação</i> são realizadas para indivíduos e instituições.</p>

FONTE. Francisco Gonçalves Filho. Composição da estrutura geral da revista *Avaliação*.

Em seguida traçamos um panorama geral dessa estrutura da revista *Avaliação*. O levantamento considerou todos os números publicados no período pesquisado.

A maioria das informações escritas nesta parte do texto estão na primeira contracapa dos diversos números da revista *Avaliação*. Outras informações poderão ser encontradas dispersas em seu conteúdo.

➤ **Da periodicidade, responsabilidade, imagem e adesão**

A Revista *Avaliação* tem periodicidade trimestral e o primeiro número foi lançado em julho de 1996. São portanto, publicados quatro números por ano (março, junho, setembro e dezembro), com exceção do ano de 1996, quando foram lançados as duas primeiras edições (julho e dezembro).

Ao ler a capa e a contracapa da revista *Avaliação* do período investigado, o leitor verá que a revista é de responsabilidade de uma associação civil sem fins lucrativos denominada Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Na revista não encontramos nenhum detalhamento sobre a constituição da rede, mas algumas pistas de suas intenções e

propostas.

Nas publicações do v. 1, nº 2, dez.96 e v. 2, nº 2, Jun.1997 existem algumas referências nos editoriais,“(…) a Revista, como canal de divulgação, instrumento estimulador e catalisador da produção teórica e de integração da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior.”(Editorial,dez.1996). E,

A Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, responsável pela produção desta revista, está oficialmente registrada como Sociedade Civil (Associação sem fins lucrativos) e está inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes, da Secretaria da Receita Federal, sob número: 01.759.210/0001-20. (Editorial, jun.1997).

Percebe-se que RAIES é o ente jurídico que cria as condições para a existência da revista. E esta, com funcionamento relativamente autônomo, na medida em que amplia seus contatos e cria vínculos de pesquisa, alimenta as condições de existência da própria RAIES.

A maioria dos números editados (pelo menos até a 21ª edição – v.6, nº 3, set. 2001) teve como tiragem 1500 exemplares cada. Exceções somente para as revistas v.1, nº1, jul. 1996 e v.3, nº1, mar.1998, que não deram esta informação em sua capa, e a revista v.3, nº4, dez.1998 que teve como tiragem 1200 exemplares. A partir da 22ª edição – v.6, nº4, dez. 2001 a tiragem ficou em 1000 exemplares.

Há um Editor e um Editor Adjunto desde o início da Revista. Também foi incorporado mais um Editor Adjunto convidado, a partir da 3ª edição da Revista (v.2, nº1, mar.1997). São eles, respectivamente, professores doutores: José Dias Sobrinho²⁵ (UNICAMP), Dilvo Ristoff (UFSC) e Mércles T. Moretti (UFSC).

A capa da Revista Avaliação, no período pesquisado, obteve três desenhos diferentes. As modificações ocorreram a partir das Revistas v.4, nº1, mar.1999 e v.7, nº1, mar. 2002 (nesta última, houve também modificação do formato e cor da Revista²⁶).

As imagens das capas da Revista Avaliação podem sugerir pistas que nos aproximam

²⁵ O Prof. Dr. José Dias Sobrinho é presidente da RAIES: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior.

²⁶ O editor informou que o novo formato livro facilitou o manuseio e guarda da Revista nas estantes. Informou também, que a cor variará anualmente, por volume, portanto, a cada conjunto com quatro Revistas; que o formato novo tem o menor custo e proporciona novas publicações como a do livro “Avaliação Democrática” oferecido gratuitamente aos assinantes da Revista no ano de 2002.

dos enfoques e modelos de avaliação institucional que pesquisamos²⁷.

Ainda em relação aos dizeres das diferentes capas, relativo aos princípios da avaliação institucional, há a partir da Revista v.1, nº2, dez.1996 a incorporação do princípio “*Não punição, não premiação*”, que, conforme depoimento do editor, não constou do primeiro número por falha na confecção da capa.

A cor de fundo da capa da Revista Avaliação foi diferenciada para cada número editado até a 22ª edição: v.6, nº4, dez.2001. Pode ser encontrada na cor preta, cinza, azul escuro, verde escuro, azul claro, vermelho escuro, amarelo ouro, vermelho, lilás, gelo, marrom, amarelo laranja e azul claro. A partir do novo formato da Revista Avaliação (formato livro) iniciado com o v.7, a cor passou a variar a cada volume²⁸ (conjunto de 4 edições no ano). Conforme demonstram Anexos 1.1 e 1.2.

Quanto à adesão à Revista por assinaturas, os responsáveis mantiveram o valor de R\$40,00 para quatro números no ano e a venda avulsa por R\$10,00 a unidade até o v. 5, nº4, dez. 2000. Em 2001 o valor da assinatura foi reduzido a R\$32,00 e o valor para a aquisição de números anteriores foi reduzido de R\$8,00 para R\$5,00. Em 2002 o valor da assinatura retornou (como no início da Revista), a R\$40,00 e o valor para a aquisição de números anteriores²⁹ permaneceu em R\$5,00.

Percebe-se nitidamente um barateamento do preço da Revista, num movimento inverso ao praticado pelo mercado.

Em relação aos apoios institucionais há referências às instituições UNICAMP, UFSC, Instituto UNIEMP, UEL, UFRJ, UFPB, UFRGS, UESC, UCM, ANDES e CNPq. De início podemos perceber que a rede de apoiadores tem como elemento comum e de ligação (em sua maioria), o fato de serem universidades públicas ou associações em defesa do ensino público, voltados para a pesquisa, o ensino e a extensão (predomínio das Universidades).

²⁷ Ver as imagens em Anexo 1 e Anexo 1.1: (capas da Revista Avaliação: v.2, nº3, set. 1997 e v.5, nº4, dez.2000; v.7, nº1, mar.2002).

²⁸ Informação fornecida pelo editor da revista.

²⁹ Três edições estão esgotadas: v.1, nº1, julho (1)1996; v.3,nº4, dez.(10)1998 e v.4, nº1, (11) mar.1999.

- **Artigos**

Quanto aos artigos publicados na revista, o editorial do v.6, nº3, set.2001 apresentou um breve balanço das vinte edições anteriores: “(...) 120 textos em português e 20 em espanhol, além dos cerca de 40 trabalhos na separata Cipedes.” (Editorial, set.2001). Também o editorial do v.7, nº1, mar.2002 quando da apresentação do formato novo da revista: “(...) mais de duas centenas de trabalhos publicados, em português e espanhol (...).”(Editorial, mar.2002).

Somando os artigos das 24 edições da revista *Avaliação* chegamos a quantidade de 151, que, em conjunto da Separata Cipedes (33), totalizam 184 artigos publicados. Deste total, 40 artigos foram publicados em língua espanhola. Frisamos ainda que não computamos nesse estudo as sugestões bibliográficas, resenhas, manifestos, programas, projetos e documentos oficiais publicados e que enriquecem as leituras dos pesquisadores.

- **Autores**

Em relação ao número de autores que publicaram seus artigos no período das 24 edições chegamos ao número de 181, entre brasileiros e estrangeiros. Atenta-se (conforme anexo 2), que a maioria dos autores da revista *Avaliação* escreveram um artigo e que há um “núcleo” de autores/pesquisadores com publicações frequentes.

Conforme anexo 2, podemos observar que 146 autores escreveram 1 artigo cada, que 25 autores escreveram 2 artigos, 6 autores escreveram 3 artigos, 2 autores escreveram 4 artigos, 1 autor escreveu 7 artigos e outro, 12.

Para melhor visualização compomos a TABELA 5.

TABELA 5 - QUADRO COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE AUTORES E O NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA *AVALIAÇÃO*³⁰:

Quantidade de autores	Quantidade de artigos
146	1
25	2
6	3
2	4
1	7
1	12
TOTAL: 181	TOTAL: 155 ^φ

FONTE: Francisco Gonçalves Filho. Quadro comparativo entre o número de autores e o número de artigos publicados nas 24 edições da revista *Avaliação*.

• Conselho Editorial

Em relação ao conselho editorial da revista *Avaliação*, observa-se que sua composição permaneceu a mesma por três anos. Até a 15ª edição da Revista – v.5, nº1, mar. 2000 era composto por cinco membros, Prof. Dr.: Carlos Eduardo Bielschowsky, Denise B. C. Leite, Fernando Meneses Campello de Souza, Heloisa H. N. Sant’Anna e Newton César Balzan.

Os primeiros conselheiros são brasileiros e à época, vinculados respectivamente às universidades UFRJ, UFRGS, UFPE, UEL, UNICAMP e PUCCAMP.

A partir da 16ª edição da revista *Avaliação* v.5, nº2, jun.2000 houve alteração na composição do conselho editorial. Ampliou-se significativamente sua composição com brasileiros e estrangeiros. Consideramos o fato como significativo em relação aos enfoques, às interfaces no campo da avaliação e das pesquisas voltadas para as reformas educacionais

³⁰ Não foi computada a Separata CIPEDES para este fim.

^φ Não há correlação entre a soma dos autores e nem dos artigos, em razão das autorias coletivas. Veja anexo 2.

nos outros países.

O Conselho Editorial foi ampliado com Almerindo Janela Afonso (Universidade do Minho - Portugal), Jean-Claude Régnier (Université Lyon II - França), José Félix Angulo Rasco (Universidade de Cadiz - Espanha), Axel Didriksson Takayanagui (UNAM e UAEM, no México), Carlos Pedro Krotsch (Universidade de Buenos Aires, na Argentina), Carmen García – Guadilla (Universidad Central de Venezuela e CENDES), Rafael Guarga (Universidad de la Republica, no Uruguai), Isaura Belloni (UNB – Brasil), Maria Amélia Sabbag Zainko (PUCPR – Brasil) e Pedro Goergen (UNICAMP – Brasil).

O perfil deste segundo grupo de conselheiros expressa o fortalecimento do enfoque em avaliação, optado pela revista.

- **Publicidade institucional**

A publicidade na Revista é quase inexistente. Em cada Revista, 4 ou 5 páginas são de publicidade ou informação institucional. A publicidade institucional apresenta informações sobre institutos de pesquisa e universidades públicas tais como: UFSC, UFRGS, UNIEMP, UCAM, UEL, UESC, UNEB e UNICAMP, que colaboram com um conjunto de assinaturas institucionais e outras formas de apoio.

Em quase todos os números editados há um agradecimento especial. Em geral esse agradecimento tem sido feito a Nilton Aparecido Santos³¹ (UNICAMP). Esse nome tem aparecido também como o responsável pela secretaria da Revista. Segundo depreendemos dos agradecimentos, Nilton tem importante papel no funcionamento “cotidiano” da Revista Avaliação, em seus contatos, envio postal da Revista, registro dos assinantes, recebimento de artigos, entre outras funções.

- **Separata CIPEDES**

O caderno anexado em alguns números da revista, denominado Separata CIPEDES iniciou suas publicações na 8ª edição da Revista *Avaliação*, v. 3, nº2, jun.1998 permanecendo

³¹ Nilton A. Santos – Servidor técnico lotado na Pró-Reitoria de Graduação e secretário da revista *Avaliação*.

até 19ª edição da revista, v.6, nº1, mar.2001. A Separata na revista *Avaliação* é uma parte da produção científica do Centro Interdisciplinar de Pesquisa para o Desenvolvimento da Educação Superior (CIPEDES).

O CIPEDES está vinculado a RAIES e foi anunciado antes de sua primeira publicação numa nota especial dos editores José Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff, na 6ª edição da revista *Avaliação*, v.2, nº4, dez. 1997. No anúncio, os editores informam que o Prof. Dr. Hélgio Trindade³² seria o coordenador do Centro e que o CIPEDES estaria voltado para as pesquisas sobre o ensino superior.

(...)questões como autonomia universitária, as políticas de gestão administrativa, os projetos governamentais para o setor, a concepção de novos modelos acadêmicos, a implementação de políticas administrativas e de financiamento, a crescente tendência pela privatização das universidades, a globalização econômica do conhecimento, e outras precisam ser integradas ao debate (...) (Ristoff e Dias Sobrinho, dez. 1997).

Percebe-se, no anúncio, que o CIPEDES foi criado com intenções de pesquisa sobre o ensino superior, em especial sobre a universidade, que relacionam-se de forma complementar às pesquisas e publicações motivadas pela revista *Avaliação*.

Associada informalmente à revista, a publicação da Separata “*amplificaria*” o leque das pesquisas e proposições referentes ao ensino superior/universidade, complementar à avaliação institucional.

A Separata Cipedes não foi objeto específico de nosso estudo, mas foi considerada como um dos elementos na compreensão do enfoque da revista e dos diferentes enfoques em avaliação institucional tratados em seu conteúdo. Se a revista *Avaliação* atua como rede, então é preciso levar em conta suas diferentes conexões.

³² Helgio Casses Trindade é Professor, ex-Reitor da UFRGS e membro da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). É organizador do livro (em 3ª edição), publicado em 1999, 2000 e 2001, pela editora Vozes - Universidade em Ruínas na república dos professores. O livro reúne 16 artigos anteriormente publicados na Revista *Avaliação* e em sua separata CIPEDES. Há uma resenha sobre o livro elaborada por Carlos Roberto Jamil Cury, que pode ser encontrada na Separata Cipedes nº2 (7) – dez. 1999.

- **Categorização da Revista Avaliação**

Para encerrar este breve panorama é importante salientar dois elementos.

O primeiro, que a revista *Avaliação* é um periódico científico reconhecido dentro dos padrões oficiais exigidos para a finalidade. Há número de inscrição no ISSN – 1414-4077 e indexação: na BBE (Bibliografia Brasileira de Educação), na EDUBASE (FE/UNICAMP) e nos Sumários Correntes de Periódicos Online (FE/UNICAMP – ISSN: 1516-7402); além de contar com um Jornalista e um bibliotecário responsável pela padronização bibliográfica.

O outro elemento, como decorrência do primeiro, refere-se à primeira avaliação dos periódicos científicos brasileiros de educação, realizada nos anos de 2001/02, em um trabalho cooperativo entre a ANPED, ABT, INEP e CAPES.

A análise do processo e os resultados da avaliação estão consolidados em dois relatórios publicados no site da ANPED³³ e nos chamam a atenção para vários aspectos relacionados com o processo da avaliação e o estado atual do conjunto de periódicos científicos da área da educação no Brasil.

Os relatórios da avaliação informam que 80 periódicos em educação foram avaliados a partir de seis indicadores, normalização, publicação, circulação, autoria e conteúdo (no último biênio), gestão editorial e relevância. Informam também que chegaram a uma classificação dos periódicos em três níveis, internacional, nacional e local, desdobrados nos conceitos A, B e C.

Dos 80 periódicos científicos em educação avaliados, destacamos para fins dessa dissertação, que, em nível nacional, somente duas revistas científicas estão voltadas especificamente para o campo da avaliação. A Revista Avaliação da RAIES objeto de nosso estudo e a Revista Estudos em Avaliação Educacional³⁴, da Fundação Carlos Chagas (FCC). Ambas classificadas como revistas nacionais com conceitos A e B, respectivamente.

Com esta apresentação descritiva da revista *Avaliação* organizamos um conjunto de informações que nos auxiliaram no entendimento dos enfoques avaliativos. A análise do editorial no item seguinte, relacionada com as informações descritas, nos permitiu fazer as

³³ ANPED – www.anped.org.br

³⁴ As duas Revistas lidam com o campo da avaliação, mas, diferentemente da Revista Avaliação da RAIES, a Revista Estudos em Avaliação Educacional da FCC não trata especificamente de avaliação institucional.

aproximações necessárias ao entendimento dos enfoques e modelos anunciados.

3.1 – O editorial da revista *Avaliação*: aproximações aos enfoques

Os editoriais da revista *Avaliação* expressam a concepção e a direção da revista. Foram escritos, em sua maioria, em duas páginas, porém, há editoriais com uma, três e até quatro páginas. Os editoriais expressam resumidamente uma idéia de avaliação e portanto do que se entende por qualidade da educação superior. Para abordá-los (vinte e quatro editoriais no período), criamos cinco quadros descritivos que expressam: o conteúdo do editorial, os motivadores possíveis, o contexto, as questões chave e a projeção da linha editorial.

Em **conteúdo do editorial** (1º quadro) elaboramos um resumo do editorial. Com **motivadores possíveis** (2º quadro) procuramos interpretar, a partir das informações dispersas no editorial e na Revista como um todo, as possíveis razões que levaram o editor àquele conteúdo. Com o **contexto** (3º quadro) procuramos captar na edição em análise, acontecimentos conjunturais (político – social e econômico), que poderiam estar interagindo com o editorial. Em **questões chave** (4º quadro) destacamos as palavras/frases que encerraram os maiores significados no texto, incluídos aí, os elementos de contexto. Finalmente, com o quadro **projeção da linha editorial** (5º quadro) procuramos fazer uma síntese captada dos quadros anteriores. O conteúdo desse quadro, nos vinte e quatro estudos do editorial³⁵, nos forneceu a matéria para o estabelecimento das relações com os outros dados da revista e a derivação dos enfoques ou modelos subjacentes.

Segue exposição agrupada e sequenciada do conteúdo do descritor “projeção da linha editorial”, baseada no estudo dos editoriais da revista *Avaliação*³⁶. Em seguida, reagrupamos os temas semelhantes e freqüentes.

³⁵ Conforme anexo 5.

³⁶ Idem.

3.2 - Projeção da linha editorial da Revista Avaliação

Edição Quadro descritivo: projeção da linha editorial³⁷ TABELA 6

(1)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Explicitação da finalidade da revista 2. A defesa da Universidade Pública. 3. A avaliação institucional como instrumento de melhoria da própria instituição 4. A avaliação institucional como instrumento de mudança qualitativa 5. A titularidade da avaliação à comunidade científica 6. O fortalecimento e a compreensão dos princípios da avaliação institucional como os do PAIUB (concebido pela comunidade científica). 7. A divulgação das experiências das universidades em avaliação institucional 8. Os encontros regionalizados das universidades sobre avaliação (Workshop)
(2)	<ol style="list-style-type: none"> 9. Explicitação da finalidade da revista 10. O papel da Universidade Pública 11. O fortalecimento dos princípios do PAIUB 12. O PAIUB como resultado de uma feliz parceria com o MEC – celebrada em 1993/94. 13. A divulgação das experiências das universidades em avaliação institucional 14. Os encontros regionalizados das universidades sobre avaliação (Workshop) 15. A avaliação institucional como processo de melhoria das IES
(3)	<ol style="list-style-type: none"> 16. Explicitação da finalidade da revista 17. A complexidade do ensino superior 18. O financiamento das IES no Brasil e na América Latina 19. A crítica aos ranqueamentos explorados na mídia, via ENC e CAPES. 20. A avaliação e as tensões na relação Universidade, Estado e Sociedade no Brasil e na América Latina.
(4)	<ol style="list-style-type: none"> 21. Explicitação da finalidade da revista 22. Crítica às finalidades e concepções que orientam as avaliações institucionais no âmbito das políticas oficiais. 23. Contraposição do PAIUB ao ENC em relação aos princípios e finalidades. 24. Identificação e aproximação da concepção hegemônica de avaliação do MEC com o neoliberalismo em educação (preocupado com o controle e o mercado). 25. A constatação da centralidade da avaliação nas políticas reformistas em educação no Brasil e em diversos países da América e da Europa. 26. A avaliação institucional como processo de melhoria das IES

³⁷ Os outros quadros descritivos e seus respectivos conteúdos estão disponibilizados no anexo 5.

(5)	<p>27. Explicitação da finalidade da revista</p> <p>28. Os sentidos da universidade e da avaliação institucional no atual contexto</p> <p>29. Destacar que nem todas as concepções de avaliação institucional se preocupam em entender o momento histórico da universidade.</p> <p>30. Diálogo com a crítica pós-moderna à idéia de universidade e avaliação</p>
(6)	<p>31. Explicitação da finalidade da revista</p> <p>32. A concepção de avaliação institucional democrática e participativa, orientada para a melhoria da qualidade das IES e para sua missão institucional.</p> <p>33. A Revista avaliação aberta ao debate das teorias que pensam e repensam a universidade: ex. dos debates sobre os pós-modernos e sobre a globalização.</p> <p>34. A avaliação que se preocupa com os sentidos da instituição, com suas finalidades.</p> <p>35. A avaliação institucional ancorada nas preocupações com a universidade como um todo. Por isso a criação do CIPEDES pela RAIES e a co-publicação.</p> <p>36. A avaliação institucional e as universidades na América Latina.</p> <p>37. A divulgação da experiência das universidades em avaliação institucional</p>
(7)	<p>38. Explicitação da finalidade da revista</p> <p>39. Crítica a opção preferencial do Governo pelo ENC em detrimento do PAIUB.</p> <p>40. As finalidades das agências internacionais: FMI, Banco Mundial e UNESCO na orientação às reformas dos países, com centralidade na avaliação.</p> <p>41. Focar as diferentes concepções em avaliação institucional de outros países e identificar seus traços comuns em relação aos conflitos entre a comunidade universitária e os governos: do Reino Unido, Suécia, França, México, Chile, Argentina e Brasil.</p> <p>42. Identificar os traços comuns nas relações entre universidades e governos na América Latina (neoliberalismo, conflitos, avaliação controladora, etc).</p> <p>43. Denunciar as tentativas unilaterais de avaliação que teriam objetivos de controlar as IES.</p> <p>44. Abrir o espaço da Revista Avaliação para contribuições teóricas internacionais.</p> <p>45. Identificação e destaque das implicações da emergência do Estado Avaliador</p>
(8)	<p>46. Metodologias e finalidades dos diferentes formatos avaliativos, CAPES, CINAEM, PAIUB, ENC e Comissão de Especialistas.</p> <p>47. Clarear as funções da avaliação: PAIUB / CINAEM / CAPES / ENC e Comissão de Especialistas</p> <p>48. Constatação e denúncia da orientação para o Mercado, nas avaliações do âmbito do Estado.</p> <p>49. As opções metodológicas deveriam balizar-se pelas finalidades das avaliações.</p> <p>50. A abordagem das questões do ensino superior via 1ª Separata Cipedes.</p> <p>51. A divulgação de experiência em avaliação institucional em universidades</p>

(9)	<p>52. Uma avaliação institucional que leve em conta as dimensões da universidade.</p> <p>53. Revalorização do ensino de graduação nas universidades, fortalecer corretamente o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>54. Abordar outras questões do ensino superior (que não a avaliação), via 2ª Separata Cipedes.</p>
(10)	<p>55. Explicitação da finalidade da revista</p> <p>56. As relações entre universidades, avaliação e Estado na América Latina</p> <p>57. Defesa da titularidade da avaliação para a comunidade universitária</p> <p>58. Defesa da avaliação com sentido social, para a transformação.</p> <p>59. Crítica do uso da avaliação como controle.</p> <p>60. A fomentação de debates e seminários sobre avaliação.</p> <p>61. A abordagem de outras questões do ensino superior (que não avaliação), via 3ª Separata CIPEDES.</p>
(11)	<p>62. O investimento no ensino superior para o enfrentamento da crise e não o seu contrário: o corte de gastos com as IES.</p> <p>63. A universidade como formadora de cidadãos e produtora de conhecimentos para o desenvolvimento e o melhoramento do conjunto da sociedade.</p> <p>64. A avaliação como construção democrática, e não imposição.</p> <p>65. Uma concepção de avaliação que compreenda os sentidos das mudanças sociais em que a universidade está mergulhada.</p> <p>66. As universidades e a avaliação institucional na América Latina</p> <p>67. O resgate do papel da UNESCO na defesa dos valores da formação humana</p> <p>68. A abordagem de outras questões do ensino superior (que não avaliação), via 4ª Separata CIPEDES.</p>
(12)	<p>69. Explicitação da finalidade da revista</p> <p>70. A centralidade da avaliação</p> <p>71. Diferentes concepções de avaliação e universidade para o Banco Mundial e UNESCO.</p> <p>72. A abordagem de outras questões do ensino superior (que não avaliação), via 5ª Separata CIPEDES.</p>
(13)	<p>73. Explicitação da finalidade da revista</p> <p>74. A centralidade da avaliação nas reformas</p> <p>75. 74. A Revista Avaliação como espaço para produção da crítica</p> <p>75. A Relação Estado x Universidade</p> <p>76. A emergência do Estado Avaliador</p> <p>77. A abordagem de outras questões do ensino superior (que não diretamente da avaliação), via 6ª Separata CIPEDES.</p>

(14)	<p>78. Papel do ensino superior na consolidação de valores universitários.</p> <p>79. A avaliação com sentido da melhoria do ensino superior.</p> <p>80. Experiências em avaliação.</p> <p>81. A abordagem de outras questões do ensino superior (que não da avaliação), via 7ª Separata CIPEDDES.</p>
(15)	<p>82. Explicitação da finalidade da revista</p> <p>83. Breve balanço das publicações – autores nacionais e latino-americanos</p> <p>84. Crítica ao discurso oficial da eficácia, eficiência, qualidade e excelência.</p> <p>85. O conceito de qualidade para a UNESCO e para o Banco Mundial.</p> <p>86. Modelos de avaliação da qualidade da educação superior</p> <p>87. A abordagem de outras questões do ensino superior (que não avaliação), via 8ª Separata CIPEDDES.</p>
(16)	<p>88. Explicitação da finalidade da revista</p> <p>89. Ampliação significativa do Conselho Editorial da Revista Avaliação, com conselheiros latino-americanos e europeus, vinculados a universidades.</p> <p>90. A educação superior e avaliação na América Latina</p> <p>91. Avaliação da extensão.</p> <p>92. Experiências em avaliação.</p> <p>93. A abordagem de outras questões do ensino superior (que não avaliação), via 9ª Separata CIPEDDES.</p>
(17)	<p>94. Defesa da Universidade pública e de qualidade.</p> <p>95. Focar o sistema de avaliação do ensino superior e as tensões Estado x Universidades.</p> <p>96. A educação superior e avaliação na América Latina</p> <p>97. Experiências em avaliação.</p> <p>98. A abordagem de outras questões do ensino superior (que não da avaliação), via 10ª Separata CIPEDDES.</p>
(18)	<p>99. Balanço de final de século, milênio, ano evocando princípios humanos e a importância de se manter os sonhos de uma sociedade e de uma vida melhor.</p> <p>100. A avaliação institucional na América Latina.</p> <p>101. Anúncio de ampliação do Conselho Editorial</p> <p>102. Fortalecer os princípios democráticos para o novo milênio.</p> <p>103. Experiências em avaliação.</p> <p>104. A abordagem de outras questões do ensino superior (que não avaliação), via 11ª Separata CIPEDDES.</p>

(19)	<p>105. Promover a avaliação participativa, que procura compreender os processos.</p> <p>106. Avaliar para compreender as causas, os processos.</p> <p>107. A abordagem de outras questões do ensino superior (que não avaliação), via 12ª Separata CIPEDES.</p>
(20)	<p>108. Reafirmação da avaliação educativa, democrática e intersubjetiva.</p> <p>109. Crítica aos modelos oficiais de avaliação voltados para o controle e fiscalização pelo Estado (Avaliador).</p> <p>110. O enfrentamento da concepção hegemônica de avaliação na política Educacional brasileira (via audiência na Câmara dos Deputados, CONED, UNE, ENECOS).</p> <p>111. Ampliação do Conselho Editorial</p> <p>112. Experiências em avaliação.</p>
(21)	<p>113. Um balanço da produção teórica da Revista Avaliação em Revistas e Livros.</p> <p>114. A avaliação com intencionalidade educativa.</p> <p>115. A avaliação técnica e a avaliação ética</p> <p>116. Ampliação do Conselho Editorial</p> <p>117. Experiências internacionais em avaliação.</p>
(22)	<p>118. Balanço do ano e dos significados dos acontecimentos</p> <p>119. Explicitação do contexto ou conjuntura em que se situa a avaliação</p> <p>120. Denúncia dos contra – valores que desumanizam o ser humano como o Terror e a violência: a exemplo do ataque terrorista nos EUA em 11/09/2001.</p> <p>121. A crise social e da universidade como vergonhosa, pois ataca o que poderia motivar um projeto e um futuro para a nação: a universidade a ser recuperada.</p>
(23)	<p>122. Explicitação da finalidade da revista.</p> <p>123. Breve balanço da produção da Revista Avaliação</p> <p>124. Defesa da sociedade democrática e universidade socialmente relevante</p> <p>125. A avaliação institucional como uma visão compreensiva e crítica sobre o Conjunto articulado de dimensões, estruturas e relações.</p> <p>126. A Formação como finalidade das IES.</p> <p>127. Estudos comparados: a avaliação institucional na América Latina.</p> <p>128. Explicitar as tendências e tensões da avaliação no Ensino Superior: o quase mercado, a quase – educação e a quase – qualidade na nova lógica de privatização.</p> <p>129. As implicações éticas da avaliação e da formação.</p>
(24)	<p>130. Educação e avaliação como bem público.</p> <p>131. Explicitar as tendências em avaliação: as ligadas ao Estado e portanto voltadas para o controle/eficiência e aquelas voltadas para a participação da comunidade.</p> <p>132. Afirmar a titularidade da avaliação para a comunidade universitária.</p> <p>133. A avaliação institucional na América Latina.</p> <p>134. Experiências em avaliação</p>

Como podemos observar, há um conjunto de idéias expressas no editorial que se combinam ao longo das vinte e quatro edições da revista *Avaliação*. Agrupamos essas idéias pelas temáticas semelhantes e destacamos, numa ordem, aquelas que no período pesquisado apareceram com maior freqüência, chegando assim próximos da linha editorial da revista.

TABELA 7 - PROJEÇÃO CONDENSADA DA LINHA EDITORIAL DA REVISTA:

<p>1° - A explicitação no editorial da finalidade da Revista – aparece em 24 temas iguais ou semelhantes.</p> <p>2° - A avaliação institucional como instrumento de melhoria da própria instituição – com 21 temas³⁸.</p> <p>3° - Crítica às finalidades e concepções que orientam as avaliações institucionais no âmbito das políticas oficiais – em 18 temas.</p> <p>4° - A centralidade da avaliação institucional nas Reformas educacionais no Brasil e em países da América e da Europa – em 15 temas.</p> <p>5° - Divulgação da Separata CIPEDS – sobre questões do Ensino Superior – em 14 temas.</p> <p>6° - Divulgação das experiências em avaliação institucional das IES – em 12 temas.</p> <p>7° - A defesa e o papel da Universidade Pública – em 10 temas.</p> <p>8° - As diferentes concepções de avaliação e universidade para o Banco Mundial e UNESCO – em 4 temas.</p> <p>9° - A defesa da titularidade da avaliação à comunidade científica (IES) – em 3 temas.</p> <p>10° - Divulgação dos encontros regionais das IES, sobre avaliação institucional e fomentação de debates – em 3 temas.</p> <p>11° - Fortalecimento dos princípios democráticos para o novo milênio – em 3 temas.</p> <p>12° - Fortalecimento e compreensão dos princípios da Avaliação Institucional (PAIUB) – em 2 temas.</p> <p>13° - A avaliação e as tensões nas relações Universidade, Estado e Sociedade - em 2 temas.</p> <p>14° - A feliz parceria com o MEC na criação do PAIUB (1993/94) – 1 tema 15° - O financiamento das IES no Brasil e na América Latina – 1 tema.</p> <p>16° - O enfrentamento da concepção hegemônica de avaliação na política educacional brasileira via audiência na Câmara dos Deputados, CONED, UNE, ENECOS, etc). – 1 tema.</p> <p>17° - Denúncia dos contra – valores que desumanizam o ser, como o terror e a violência, como no exemplo do ataque terrorista aos cidadãos norte-americanos, em 11/09/2001. – 1 tema.</p>
--

FONTE: Francisco Gonçalves Filho. Projeção resumida da linha editorial da revista.

³⁸ Até o 12º tema, são iguais ou semelhantes.

Dessa lista condensamos e destacamos os temas com maior frequência editorial, reagrupando-os em:

- A) Finalidade explícita da Revista
- B) Concepção de avaliação institucional
- C) Papel e centralidade da avaliação institucional nas reformas educacionais dos países da América Latina e Europa
- D) Questões, missão e defesa da universidade pública
- E) As experiências das IES em avaliação institucional

No próximo capítulo, denominado “*Enfoque da revista Avaliação*”, os temas foram abordados considerando seus significados na revista e o referencial teórico já apresentado.

CAPÍTULO IV - O ENFOQUE DA REVISTA AVALIAÇÃO

A perspectiva de avaliação predominante na revista *Avaliação* é a política ou transacional³⁹. O modelo ou enfoque daí desdobrado é o democrático. As questões relacionadas à finalidade da revista, da concepção de avaliação institucional, papel da avaliação institucional nas políticas educacionais, missão e defesa da universidade pública e as experiências das Instituições de Ensino Superior em avaliação institucional configuram o enfoque da revista *Avaliação*. Esses, procuramos explicitar um pouco mais.

4. - Quanto à finalidade da revista

A revista *Avaliação* expressou seus objetivos em seus editoriais.

Observamos que os objetivos expressos inicialmente estavam articulados com uma proposta de avaliação institucional gestada pelas universidades desde 1993. Essa proposta vinculava-se ao PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras—, levado a termo pelo trabalho conjunto entre as universidades e a SESu/MEC no início dos anos 90. Vejamos o teor do editorial da primeira revista *Avaliação*.

Esta revista é mais uma iniciativa para consolidar e enriquecer esse programa nacional, (PAIUB), que hoje já se apresenta como uma das mais férteis e promissoras iniciativas articuladas entre o MEC e as instituições que reúnem a comunidade científica e acadêmica do país. Nessa construção coletiva, a revista *AVALIÇÃO* servirá de cimento entre as partes e de ponte entre os conjuntos. Editorial, jul.1996, p.6.

A revista se propôs abordar a teoria e as práticas em avaliação institucional.

Em suas diversas matérias neste número e ao longo dos próximos, a revista estará contribuindo para a consolidação da avaliação institucional não só como área de estudos e campo teórico, mas também, e sobretudo, como prática arraigada permanentemente nas instituições educativas. Editorial, jul.1996, p.5.

A revista *Avaliação* reforçou a chamada às instituições de educação superior para a responsabilidade na avaliação institucional. As instituições deveriam proceder à avaliação institucional e no conjunto, defender sua titularidade.

³⁹ Para usar uma expressão de Angulo (1988).

(...) A revista *AVALIÇÃO* pretende consolidar esse princípio da titularidade da avaliação institucional, indicando, ao mesmo tempo, que a comunidade da educação superior brasileira assume essa responsabilidade de realizar os processos avaliativos de acordo com as suas concepções e convicções próprias. Editorial, jul.1996, p.5.

Destaca-se também a forte convicção da autonomia das instituições de educação superior em relação ao Estado. A revista *Avaliação* queria o fortalecimento das instituições através dos artigos dos pesquisadores, das trocas de experiências em avaliação institucional etc.

Enfim, a finalidade da Revista, além de impulsionar a área de estudos em avaliação, era de "(...) *construir na educação superior e em seus âmbitos sociais, elos mais fortes de solidariedade e os sentidos de comunidade e cooperação.*" Editorial, jun.1997, p.5.

Os objetivos da Revista Avaliação apontam na direção do fortalecimento da instituição, de sua autonomia. O enfoque mais próximo dessa concepção é o democrático.

4.1 - Quanto a concepção de avaliação institucional

Ao longo das vinte e quatro edições da revista *Avaliação* há elementos que compõem a concepção de avaliação institucional defendida. Vamos destacar aquelas significativas para a reflexão sobre o enfoque ou modelo propugnado pela revista.

Em primeiro lugar, a idéia de avaliação institucional como instrumento de melhoria da própria instituição, como instrumento de mudança qualitativa,

(...) a ênfase passa a ser colocada mais na avaliação dos processos da educação entendida como um fenômeno de caráter essencialmente social e complexo, portanto, qualitativo. Os teóricos chamam de 'formativa' (...). Editorial, jun.1997, p. 5.

A concepção de avaliação é orientada para a missão da instituição, para suas finalidades. Deve levar em conta as dimensões e os processos da instituição, também os sentidos das mudanças sociais vigentes. Procura compreender as causas e não somente os efeitos, sendo educativa, ética, democrática e intersubjetiva. Segundo o editorial da revista,

A avaliação é, pois, uma construção democrática, não imposição de um modelo único e já pronto para consumo geral e indiscutível. Tampouco

é prerrogativa exclusiva de algumas pessoas ou instituições que se arvoram a competência de avaliadores; (...). Editorial, mar. 1999, p.7.

A avaliação institucional como competência de todos aqueles que estão comprometidos com a construção de uma instituição melhor. Este conceito de avaliação conclama a participação dos envolvidos nas instituições, posiciona-se contra os modelos de avaliação institucional pensados fora do âmbito da instituição ou academia, estranhos aos avaliados.

Quanto à avaliação interna ou auto-avaliação, escreve Dias Sobrinho (2001, p.15):

No caso da auto – avaliação, ou seja, da avaliação interna promovida pela própria comunidade acadêmica, segundo seus conceitos, seu ritmo, suas finalidades e suas regras, existe forte possibilidade de o processo ser participativo, dirigido ao social e destinado aos próprios sujeitos para efeitos de melhoria institucional, individual e coletiva.

A concepção de avaliação propugnada pela revista é, como vemos, democrática, pois reitera a participação dos concernidos. Tem a auto-avaliação (combinada com a avaliação externa) como elemento central na melhoria dos processos internos.

4.2 - Quanto ao papel da avaliação institucional nas reformas educacionais

Pesquisadores de vários matizes são unânimes em afirmar a centralidade da avaliação nas reformas educacionais das últimas décadas. Mas, segundo Dias Sobrinho (1997), poucos dizem os sentidos destas avaliações, seus fundamentos filosóficos, éticos e epistemológicos.

Pois, de acordo com sua visão:

As avaliações institucionais têm uma grande importância nas agendas de políticas educacionais de todos os países, especialmente daqueles que pretendem que seu sistema de ensino superior tenha eficácia e eficiência compatíveis com as exigências de produtividade e de competitividade. Editorial, jun. 1997, p. 5.

Neste sentido, agências internacionais como o FMI e o Banco Mundial incentivaram governos latino-americanos a reformarem seus sistemas de ensino com base na avaliação. Critérios de produtividade e efficientismo dominaram a concepção destas avaliações, que se tornaram mensurações e exames gerais. Conforme Dias Sobrinho (2002, p. 36),

Na proposta do Banco Mundial, os saberes devem ser úteis ao desenvolvimento da economia; a eficiência é um credo essencial. Nessa perspectiva avaliar é medir a eficiência e a produtividade; a avaliação é um instrumento das autoridades para o controle político e econômico das

instituições (...).

No Brasil o Sistema Nacional de Avaliação da Educação, oficialmente funcionando a partir de 1996 foi concebido em sua maior parte, a partir dessa racionalidade técnica. Segundo Leite (1998),

Considerando os papéis desempenhados pela avaliação, observa-se no Brasil uma nítida diferença entre as propostas PAIUB e CINAEM, e as propostas CAPES, ENC e Especialistas. Nas duas primeiras há uma preocupação com a totalidade, com o processo e com a missão das instituições na sociedade. Nas avaliações CAPES, ENC e sua continuidade via verificação dos Especialistas, aparece uma preocupação com resultados, com controle do desempenho frente a um padrão estabelecido, sugerindo um assessment cuja finalidade se objetivaria na produtividade, voltada ao cliente. (Editorial, jun.1998, p.10).

Recentemente, sabe-se que a concepção produtivista e controladora no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior brasileiro tem hegemonizado os programas que não comungam com seus objetivos. Em consequência, setores significativos da comunidade universitária já não se reconhecem no atual Programa PAIUB, do âmbito do Ministério⁴⁰.

4.3 - Quanto à missão e defesa da universidade pública

Ao lado da questão da avaliação institucional ou até mesmo anterior a ela, a universidade pública constitui na revista *Avaliação*, uma temática que caminha junto das pesquisas e experiências em avaliação. Por vezes ganha espaços destacados, como na Separata CIPEDDES. Desse último, lembra o Manifesto,

A principal função da universidade continua sendo a formação de pessoal (...). A caracterização da universidade como o locus do saber, da liberdade acadêmica e da inteligência, livre do dirigismo, por melhor intencionado que seja, é um pressuposto básico da autonomia. A universidade deve ser capaz de olhar além dos limites exíguos do utilitarismo e de conjunturas momentâneas. CIPEDDES, jun.1998, p.34.

Além da defesa da universidade pública, resgata-se na revista *Avaliação*, o seu papel, sua complexidade e sentidos no atual contexto. Defende-se o investimento no ensino superior para o enfrentamento da atual crise e não o seu contrário - o corte de gastos das IES. A crise social e da universidade é vista como vergonhosa, pois ataca o que poderia motivar um projeto

⁴⁰ Ver artigo de Palharini, 2002 no site da ANPED (25ª Reunião), já indicado em nota anterior.

e um futuro para a nação.

Um editorial da revista *Avaliação* ilustra bem essa tensão e os desgastes sofridos pela universidade pública:

Os golpes que a universidade pública sofre também são desferidos contra o projeto e o futuro da nação. Quando a universidade pública é constrangida, a nação esmaece e o futuro se encurta. É significativo o aparecimento de livros cujos títulos ilustram, com a força de metáforas expressivas, os gravames dos impactos das políticas neoliberais (...). Ela que já nascera 'temporã', mal tendo tempo de construir uma relativa solidez em sua curta história e sem nunca ter experimentado plenamente a autonomia, agora se encontra 'em ruínas', 'desconstruída', 'em escombros', 'sitiada', 'interrompida', 'na penumbra' etc. (Editorial, dez. 2001, p. 5).

A insistência no fortalecimento da universidade como formadora de cidadãos e produtora de conhecimentos para o desenvolvimento e melhoria do conjunto da sociedade, somadas à defesa de uma sociedade democrática e uma universidade socialmente relevante coincidem com os postulados do modelo democrático.

4.4 - Quanto às experiências das IES em avaliação institucional

A grande maioria das edições da revista *Avaliação* trouxe algumas experiências em avaliação institucional. Destaca-se o papel dessas experiências nos marcos da revista e a efetiva troca entre as instituições de ensino superior.

São textos sobre o processo de avaliação, das diferentes metodologias utilizadas, dos indicadores, relatórios e questionários. Acredita-se que o patrocínio dessas trocas aumentou a participação das IES no processo de avaliação, corroborando para uma democracia mais efetiva entre as instituições e o fortalecimento da avaliação como construção social.

O estudo completa-se no Capítulo V. Nele tratamos de seis livros publicados em torno dos artigos da revista *Avaliação* ou da RAIES. Semelhante ao estudo dos editoriais na revista, analisamos as apresentações dos livros e também, os títulos de uma parte de seus artigos. O exercício de certa forma confirma o enfoque da revista *Avaliação* e acrescenta algumas reflexões e aprofundamentos sobre questões cruciais para a avaliação institucional, tais como, a crise das universidades (os processos de privatização), os princípios da avaliação institucional (globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação

ou punição, adesão voluntária, legitimidade, continuidade), as percepções do PAIUB em 2000 e a formação como finalidade da universidade.

CAPÍTULO V - DA REVISTA AVALIAÇÃO AOS LIVROS PUBLICADOS

5- Autorias em livros articuladas à revista *Avaliação*

Em torno das publicações da revista *Avaliação*, no período de 1996 a 2002 há seis livros editados, de autorias coletivas e individuais. Essas publicações tratam de grandes temas vinculados à temática das transformações da universidade e da avaliação. Seus títulos (d)enunciam a “*Universidade em ruínas na república dos professores*”, “*Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior*”, “*Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência*”, “*Avaliação da educação superior*”, “*Avaliação democrática para uma universidade cidadã*” e “*Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado*”⁴¹.

Na tabela seguinte apresentamos os livros e seus autores, bem como o ano da referida edição. Em seguida, apresentamos uma outra tabela contendo os títulos dos artigos de José Dias Sobrinho, Dilvo Ristoff e Denise Leite, por se tratarem de autores com maior número de artigos na revista *Avaliação*.

⁴¹ É importante frisar a existência de outros livros importantes publicados sobre algumas dessas temáticas. São livros que não guardam uma relação direta com as produções da RAIES, embora contenham alguns artigos desses autores e contribuam para a significação do campo teórico e crítico sobre a universidade e a avaliação do ensino superior. São exemplos:

CATANI, A. M. (org.) *Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

FREITAS, L. C. de. (org.) *AValiação: Construindo o campo e a crítica*. Florianópolis: Insular, 2002.

GENTILI, P. (org.) *Universidade na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.

TRINDADE, H. & BLANQUER, J. M. Org.). *Os desafios da educação na América Latina*. Petrópolis, R.J: Vozes, 2002.

YARZÁBAL, L. *Consenso para a mudança na educação superior*. Curitiba, PR: Champagnat, 2002.

E poderíamos acrescentar também - BALZAN, N. C. e DIAS SOBRINHO, J. (org.). *Avaliação institucional: teoria e experiências*. São Paulo, Cortez, 1995 -, por se tratar de um livro de referência, produzido antes da criação da revista *Avaliação*.

TABELA 8 – LIVROS ARTICULADOS À REVISTA AVALIAÇÃO

	Títulos dos livros	Autor/organizador	Ano/editora	Autores dos artigos ⁴²
1º	Universidade em ruínas na república dos professores	Hélgio Trindade (organizador)	- 1999 (1ªedição) - 2000 (2ªedição) - 2001 (3ªedição) *Vozes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José Dias Sobrinho ➤ Dilvo Ristoff ➤ Afrânio M. Catani ➤ Valdemar Sguissard ➤ Hélgio Trindade ➤ Nelson C. do Amaral ➤ Marilena Chauí ➤ Luiz A. Cunha ➤ João F. de Oliveira
2º	Universidade em foco: Reflexões sobre a educação superior	Dilvo Ristoff (Autor)	1999 *Insular	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dilvo Ristoff
3º	Universidade Desconstruída: avaliação institucional e resistência	José D. Sobrinho Dilvo Ristoff (organizadores)	2000 *Insular *RAIES	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José Dias Sobrinho ➤ Dilvo Ristoff ➤ Denise Leite ➤ José F. Angulo Rasco ➤ Isaura Belloni ➤ Pedro Goergen ➤ Maria I. da Cunha ➤ José C. dos S. Filho ➤ Ildeu Moreira Coêlho
4º	Avaliação da Educação Superior	José D. Sobrinho (autor)	2000 Vozes	José Dias Sobrinho
5º	Avaliação Democrática: para uma universidade cidadã	José D. Sobrinho Dilvo Ristoff (organizadores)	2002 *Insular *RAIES	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José Dias Sobrinho ➤ Dilvo Ristoff ➤ Pedro Goergen ➤ Afrânio M. Catani ➤ João F. de Oliveira ➤ Luiz F. Dourado ➤ Cristina Contera ➤ Stela M. Meneghel

⁴² Os nomes dos autores destacados em negrito compõem a base da análise dos títulos dos artigos que faremos mais a frente.

				> Adolfo R. Lamar > Vicente de P. A. Jr.
6º	Universidade e Avaliação: Entre a ética e o mercado	José D. Sobrinho (autor)	2002 *Insular *RAIES	José Dias Sobrinho

FONTE: Francisco Gonçalves Filho. Livros articulados à revista *Avaliação*.

Destacamos no próximo quadro, os títulos dos artigos de José Dias Sobrinho, Dilvo Ristoff e Denise Leite. São pesquisadores que, em relação aos outros autores, têm, no conjunto das vinte e quatro edições da revista *Avaliação*, uma quantidade maior de artigos publicados, respectivamente 11, 7 e 4 artigos⁴³, bem como são editores da revista - casos de José Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff -, além dos três terem feito parte do grupo inicial do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), e da criação da revista *Avaliação*.

Analisando os títulos, resumos, resenhas e alguns artigos destes autores verificamos as aproximações com o enfoque adotado na Revista *Avaliação*, além de ampliarmos o nosso entendimento sobre o assunto.

Na tabela 9 utilizamos a ordem das publicações da tabela 8 para a identificação dos artigos desses três autores.

- (1) – Livro: Universidade em ruínas na república dos professores
- (2) – Livro: Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior
- (3) – Livro: Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência
- (4) – Livro: Avaliação da educação superior
- (5) – Livro: Avaliação democrática para uma universidade cidadã
- (6) – Livro: Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado

⁴³ Conforme anexo 2.

TABELA 9 – Títulos dos artigos publicados nos livros

<u>AUTOR</u>	<u>ARTIGOS</u>
José Dias Sobrinho	<p>Avaliação e privatização do ensino superior – (1)</p> <p>Concepções de universidade e de avaliação institucional (1)</p> <p>Avaliação Institucional na Perspectiva da Integração (3)</p> <p>Universidade, globalização e construção do futuro – pautas para a avaliação e para uma pedagogia prospectiva (4)</p> <p>Avaliação do ensino de graduação, pesquisa e extensão (4)</p> <p>Avaliação institucional: das perspectivas tecnológicas às políticas e sociais (4)</p> <p>Avaliação institucional: marco teórico e campo político (4)</p> <p>Funcionamento e modos sociais da avaliação institucional (4)</p> <p>Exames gerais, Provão e avaliação educativa (4)</p> <p>Avaliação institucional da educação superior: da crítica à proposta (4)</p> <p>A avaliação institucional da UNICAMP: considerações teóricas e processo (4)</p> <p>Educação e avaliação: técnica e ética (5)</p> <p>Universidade e avaliação da educação superior: encruzilhada no eixo das reformas (6)</p> <p>Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil (6)</p> <p>Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras: construção do modelo e implicações (6)</p> <p>Avaliação institucional na perspectiva da integração (6)</p> <p>Avaliação – seleção, medida, formação (6)</p> <p>Educação e avaliação: técnica e ética (6)</p> <p>Quase – mercado, Quase – educação, Quase – qualidade: tendências e tensões na educação superior (6)</p>

Dilvo Ristoff	Privatização não faz escola (1) Boyer Commission: o modelo americano em debate (1) A tríplice crise da universidade brasileira (1) Avaliação Institucional: afirmando valores (2) Avaliação Institucional: pensando princípios (2) Avaliação institucional: buscando a globalidade (2) Aspectos do modelo de educação superior dos EEUU (2) Avaliação institucional: avanços e retrocessos (2) Palavra aos pró-reitores das universidades brasileiras (2) Avaliação institucional e a mídia ⁴⁴ (2) Avaliação Institucional : Construindo Relatórios (3) O exame nacional de curso e a avaliação institucional (5)
Denise Leite	Avaliação Institucional e a produção de novas subjetividades (3)
Denise Leite - artigos na Revista Avaliação: (1), (3), (10) e (24) ⁴⁵ .	Avaliação em prática Avaliação e tensões: Estado, Universidade e Sociedade na América Latina Avaliação institucional das universidades: quantificação de impactos e mudanças associados Avaliação Institucional, reformas e redesenho capitalista das universidades

FONTE: Francisco Gonçalves Filho. Títulos dos artigos publicados nos livros.

Como podemos ler, os temas da universidade, da avaliação institucional e da centralidade da avaliação nas reformas educacionais são recorrentes nesses artigos e supomos a aproximação com a linha editorial da revista *Avaliação*.

Em destaque, nessas obras, a universidade.

⁴⁴ Do livro de Dilvo Ristoff: *Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior*, apresentamos somente os títulos de sete artigos (são 43 ao todo), preferencialmente aqueles que são mais próximos do formato para Revista, com aproximadamente cinco folhas ou mais. Em geral, explica o próprio autor, que a maioria dos artigos desse livro especificamente, foram publicados em jornais de grande circulação, obedecendo o formato específico exigido.

⁴⁵ Tendo em vista o estudo e a representação no quadro, identificamos a edição da revista pelo número de totalização que aparece entre parênteses nas capas da Revista *Avaliação* e por sua seqüência numérica lógica. Essa forma auxiliou na seqüência das Revistas editadas. Quando utilizado no corpo do texto dissertativo foi convertido para sua forma convencional (volume, nº, mês e ano). Por exemplo, o nº6, de dez. 1997 corresponde ao v.2, nº 4.

A universidade que se encontra em crise, em ruínas. Ruínas causadas pelos processos privatizantes do ensino superior, pela constituição do quase - mercado educacional que vem afetando a principal missão da universidade, a formação.

Segundo Trindade:

(...) a crise da universidade é a crise da própria instituição multissecular na sociedade de conhecimento em que os mecanismos seletivos desenvolvidos, de financiamento da pesquisa científica ou social, básica ou aplicada, querem restringir a universidade à sua função tradicional de formar profissionais polivalentes para o mercado (1999, p. 22).

Em destaque está também a avaliação institucional. A avaliação como prática da política institucionalizada, que expande-se nos sistemas educacionais na maioria dos países, motivada por reformas educacionais de orientação neoliberal.

Pensar uma outra avaliação institucional, que tenha como princípio a melhoria da universidade e não o seu controle, parece ser a orientação alternativa dessas obras.

Nesse sentido, percebe-se a insistência e recuperação de artigos da revista *Avaliação*, sobre o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), presente na maioria dos livros publicados.

Enfim, um conjunto de obras que procuram reafirmar um outro projeto de avaliação e de universidade.

Um projeto ou programa de avaliação pautado por princípios, que, segundo Ristoff (1999, p. 52), seriam os da,

- “1. *Globalidade*
2. *Comparabilidade*
3. *Respeito à identidade institucional*
4. *Não premiação ou punição*
5. *Adesão voluntária*
6. *Legitimidade*

7. Continuidade⁴⁶

Passamos a explicitá-los brevemente.

Em resumo, o princípio da globalidade expressa a necessidade de se avaliar na instituição a totalidade de suas atividades, como ensino, pesquisa, extensão, administração, qualidade das aulas, dos laboratórios, titulação do corpo docente, biblioteca, registros escolares, livrarias universitárias, serviços, organização do poder, ambiente físico, espírito e tendências da vida acadêmica, enfim, defende o autor, todos os elementos que fazem a vida universitária.

Com o princípio da comparabilidade procura-se estabelecer a necessidade da construção de indicadores e metodologias comuns, para então, ser possível a comparabilidade. Exemplos claros são os de evasão, aluno e trancamento de matrícula, que nas diferentes regiões do país têm diferentes significados e tratamentos, impossibilitando comparações. Portanto o princípio deve nortear a construção de uma linguagem comum dentro da universidade e entre as universidades.

Segundo Ristoff (1999, p.53) :

(...) O PAIUB não tem por objetivo promover ranqueamento. A idéia é a da comparabilidade, no sentido de buscar-mos uma uniformidade básica de metodologia e indicadores. A verdade é que quando hoje falamos em 'aluno' não estamos falando do mesmo conceito nem de unidade à unidade dentro da instituição e, muito menos, de norte a sul do país.

Quanto ao princípio do respeito à identidade institucional, é entendido como fundamental na aplicação do tipo de avaliação. Supõe a existência nas I.E.S (Instituições de Ensino Superior), de diferentes histórias em suas constituições, pretensões, qualificação, estágio de desenvolvimento etc.

Portanto é interpretada como um erro, a exigência de desempenhos incompatíveis com suas características. Segundo Ristoff (1999, p.55):

(...) os dados referentes a uma universidade de ensino, pesquisa e extensão, como as universidades federais, devem ser necessariamente diferentes dos de

⁴⁶ Os princípios podem ser vistos estampados na capa de vinte e duas edições da revista *Avaliação*, de julho de 1996 a dezembro de 2001. Veja exemplo no anexo 1.

uma instituição onde, como no caso de 75% das I.E.S do país, a função única, de fato, é o ensino.

Este princípio associado à metodologia proposta de auto-avaliação, como estágio inicial da avaliação, possibilita que as instituições reflitam honestamente no que são e no que pretendem ser, ou seja, que reflitam sobre a sua identidade, antes de serem submetidas à avaliação propriamente dita – a avaliação externa.

Acrescenta-se que os parâmetros de julgamento devem ser derivados dos objetivos que orientam a instituição.

Com o princípio da não premiação ou punição, procura-se resgatar o papel fundamental da avaliação, avaliar para firmar valores. A palavra valor é resgatada como centro da idéia de avaliação e objetiva instalar a cultura da avaliação, a preocupação com os processos e resultados e não com punição, na qual para o autor, outros mecanismos da própria instituição dariam conta, quando necessários.

Quanto à cultura da punição, escreve Ristoff (1999, p. 59):

(...) somos uma sociedade em que o humor punitivo, apesar dos seus inúmeros e óbvios fracassos, conseguiu distorcer o que há de mais precioso na avaliação – a sua capacidade de construir – tornando-a mero instrumento de classificação. Quando esta visão se enraíza em um espaço como as universidades, que são, por natureza casas de instrução e não de punição, temos razões sérias para nos preocuparmos. A avaliação precisa ser um processo de construção e não uma mera medição de padrões estabelecidos por iluminados.

Quanto aos usos construtivos da avaliação, seriam inúmeros e, por isso, desnecessário atrelá-la à punição e premiação, até mesmo à alocação de recursos, afirma o autor.

O princípio da adesão voluntária preocupa-se com a criação da cultura da avaliação. Essa somente teria êxito com a adesão voluntária, conferindo a legitimidade política do processo coletivamente construído, com intensa participação nos procedimentos, na implementação e utilização dos resultados.

Do princípio de legitimidade destaca-se que, enquanto a adesão voluntária daria a legitimidade política, a legitimidade em si da avaliação deveria ser garantida também na técnica, numa metodologia de construção de indicadores adequados, acompanhados de uma abordagem analítico – interpretativa, dando significado às informações. Ristoff (1999, p. 61), recomenda com base em uma metáfora de M. H. Abrams:

(...) a avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas o espelho. Precisa

não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la, criando enfoques, perspectivas, mostrando relações, atribuindo significado. Sem um eficiente trabalho interpretativo os dados serão apenas marcas sobre tabelas e gráficos, sem utilidade gerencial.

O autor também acrescenta a este princípio a construção de informações fidedígnas e capazes de serem absorvidas pela comunidade universitária.

Quanto ao princípio da continuidade, afirma-se que o processo deve ser contínuo para que permita não só a cultura da avaliação, mas a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, o teste da confiabilidade dos instrumentos e dos resultados, a reavaliação posterior à avaliação externa, entre outros. Para Ristoff (1999, p. 62) “*Só a continuidade, é preciso que se diga, garantirá a construção da cultura da avaliação – cultura esta fundamental para que o programa logre êxito*”.

Como lemos, a avaliação democrática assim propugnada, teoricamente mantêm o vigor de sua origem e projeta-se como um parâmetro a ser balizado pelas novas adesões à prática avaliativa nas instituições de educação superior.

Esse conjunto articulado de princípios para uma avaliação institucional democrática e formativa compôs a introdução do Documento Básico do PAIUB⁴⁷ em 1994 e, posteriormente, em 1995 publicado no livro “Avaliação Institucional: teoria e experiências”⁴⁸ e, em 1996, na revista *Avaliação*.⁴⁹

Os princípios, retomados pela revista *Avaliação e pelos livros publicados* refletem e iluminam o debate pela construção de um programa nacional de avaliação institucional das universidades brasileiras.

Contudo, a partir do ano de 1996, no âmbito do Ministério da Educação e das IES, ocorreu o enfraquecimento do PAIUB. As causas, como veremos, são o corte dos recursos destinados à execução do Programa e também a promoção acentuada, por parte dos órgãos governamentais e da mídia, de outros formatos avaliativos no âmbito do sistema nacional de avaliação, em específico, o formato para a avaliação da graduação, denominado Exame

⁴⁷ Por ocasião da palestra de Dilvo Ristoff no 1º Seminário Nacional do PAIUB, realizado na Universidade de Brasília, de 24 a 26 de agosto de 1994.

⁴⁸ Indicado e referenciado em nota de rodapé anteriormente em nosso texto.

⁴⁹ Ristoff, D. I. Princípios do Programa de Avaliação Institucional. *Avaliação/ Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES* – Campinas, SP. Ano 1, v.1, nº1, p. 47 a 53, Jul. 1996.

Nacional de Cursos (ENC).

5.1 - Percepções do PAIUB em 2002

Dias Sobrinho, (2002, p. 84) esclarece o que pensa atualmente sobre o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB e a busca por sua referencialização na atualidade:

O texto (elaborado em 97 e publicado⁵⁰ em 1998), apresenta uma visão bastante otimista do potencial do PAIUB precisamente por ser um programa democrático que estava sendo construído socialmente pela comunidade universitária desde meados de 1993, apesar das grandes dificuldades. Num primeiro momento, até 1995, essa construção coletiva recebeu o apoio e o respaldo da SESu-MEC. O apoio inicial se enfraqueceu em 1995 e 1996 e praticamente deixou de existir a partir de 1997. Os ajustes propostos posteriormente pela SESu não respeitam os princípios e postulados do PAIUB tal como foi pensado neste texto. Portanto, o PAIUB que ainda consta como uma política oficial quase nada tem a ver com o PAIUB original, de que trato aqui. À medida que faltou o apoio oficial e outros procedimentos avaliativos se foram tornando obrigatórios e impondo padrões a serem cumpridos pelas instituições, o PAIUB foi se enfraquecendo na maioria das universidades. Persistem ainda algumas práticas em várias instituições. Entretanto, essas práticas não têm reconhecimento oficial e nem são dadas ao conhecimento público, embora sejam de grande valor para quem as promove. A reflexão teórica tem crescido com grande qualidade. Além disso, o PAIUB resta como saudade e como aspiração. É ainda citado por todos os que defendem uma avaliação democrática e educativa como um programa que, com os necessários ajustes e aperfeiçoamentos, deveria ser recuperado.

Palharini (2002), em texto preparado para a 25ª Reunião Anual da ANPED⁵¹, faz referência à revisão do PAIUB no âmbito do Comitê Assessor e explica, após resgate da história e dos fundamentos do PAIUB original, as dificuldades de implementação do programa que apareceram nos encontros regionais realizados em 1999, motivando no Comitê, a reformulação do Programa.

Em primeiro lugar, o autor acena para as dificuldades financeiras na manutenção das

⁵⁰ Dias Sobrinho refere-se aqui a seu texto – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras: construção do modelo e implicações, publicado originalmente em, CATANI, A. M. (org.) *Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

⁵¹ Francisco de Assis Palharini (UFF), enviou o texto: Contexto de Emergência do PAIUB 2000, para o GT 11 – Política de Educação Superior – para a 25ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Caxambu – MG de 29/9 a 02/10/2002. O texto pode ser acessado integralmente no site da associação.

atividades. Na seqüência, as 'resistências' da comunidade universitária em função do Exame Nacional de Cursos e da Avaliação das Condições de Oferta da Graduação, também a dificuldade de integração dos resultados das diferentes avaliações, entre outras. Essas questões teriam levado o Comitê Assessor a propor uma reformulação do PAIUB, que no entanto, encontrou dificuldades.

O autor apresenta as dificuldades encontradas na implementação da nova proposta durante o ano 2000 e a conseqüente demissão dos membros do comitê.

Entretanto Palharini considera que aquela iniciativa foi necessária, pois impediu uma completa descaracterização do PAIUB original.

Explica Palharini (2002, p. 15), *"Enfim, a proposta do PAIUB 2000 foi capaz de se contrapor àquela alternativa que desvirtuava por completo a proposição original. Ela também impediu que outras viessem a assumir a legitimidade que o PAIUB dispunha."*

E ainda, *"De qualquer modo cabe considerar que o fato de o Comitê ter sido extinto não caracteriza o fim da proposta original. A proposta do PAIUB pertence às Universidades brasileiras. E a elas cabe resgatá-lo na sua plenitude, se assim o desejarem"*.

Podemos entender do texto do autor que a questão da avaliação institucional democrática, formativa, voltada para a melhoria da instituição, permanece como proposição teórica e prática em algumas universidades, nos livros e nos artigos da revista *Avaliação*.

5.2 - A crítica à centralidade da avaliação nas reformas

Quanto a questão da crítica à centralidade da avaliação nas reformas educacionais, percebe-se nos livros publicados, reforço e amplitude à crítica. Seja em virtude do diálogo com outros pesquisadores de áreas e comunidades científicas diferentes, seja porque reuniu em torno da temática as produções teóricas mais significativas.

O fenômeno da avaliação como regulação, controle, presente nas reformas educacionais de países da América Latina e Europa é analisado como parte de um redesenho capitalista das universidades, e, portanto, pertencente às relações e tensões entre Estado, universidades e sociedade. No embate evidenciam-se diferentes caminhos.

Uns em direção a privatização explícita ou implícita do ensino superior, através da aplicação, para fins de controle e regulação, dos exames gerais, com base nos conceitos de avaliação como medida e seleção.

Sobre esse fenômeno, escreve Dias Sobrinho (2002, p. 58):

Essa avaliação tão estreitamente ligada às amplas reformas do Estado e da produção nos últimos anos se caracteriza como uma poderosa tecnologia do poder. Instaura-se como vigoroso instrumento técnico a conferir credibilidade e legalidade às medidas de caráter administrativo e político promovidas pela alta burocracia estatal. Ela é um dos mais expressivos exemplos de um campo que tem recebido muitas denominações, mas todas elas guardam significados que remetem às mesmas fontes epistemológicas e a semelhantes efeitos e valores: racionalista, racional - científica, empiricista, quantitativista, produtivista, eficientista, experimentalista, objetivista, tecnológica, tecno - burocrática. Sua razão de ser é o controle, isto é, a verificação da legalidade, da regularidade, da conformidade e, sendo o caso, o constrangimento e a estigmatização pública, com base na autoridade técnica e legal. No mundo capitalista, instalada no centro do poder e nas instâncias administrativas de diferentes níveis, apoiada pelo empresariado, disseminada pela mídia e de alguma forma introjetada pela população em geral, ainda que sofra severas críticas em círculos especializados, essa avaliação tem tido enorme e pesada presença.

Outros caminhos apontam na direção do fortalecimento e melhoria das instituições públicas através do desenvolvimento participativo de avaliações formativas e éticas, concebendo a titularidade da avaliação à instituição.

5.3 - Das orientações gerais dos livros ao enfoque avaliativo

Como podemos verificar nos livros publicados, há um conjunto significativo de textos produzidos por pesquisadores vinculados a RAIES / Revista Avaliação. Essa produção foi motivada pelas ações da própria Revista, pela experiência propiciada pelo PAIUB, nos anos de 1993, 94, 95 e 96 e também, mesmo que em forma de resistência, pela institucionalização do Sistema Nacional de Avaliação, com diferentes formatos avaliativos e conseqüentemente, com diferentes concepções em avaliação.

Os seis livros publicados caracterizam-se pelo aprofundamento de temáticas específicas, enquanto que a Revista Avaliação permanece aberta às diferentes preocupações da comunidade acadêmica e a publicação das experiências concretas com o processo avaliativo institucional.

Os enfoques a que chegamos, confirmados pelas orientações gerais dos livros publicados, refletem a direção da Revista Avaliação, os sentidos e os compromissos assumidos.

A orientação geral presente nos livros ratifica o enfoque avaliativo democrático, formativo. As instituições de ensino superior continuam sendo a base do processo. Assentada nelas, a avaliação visa a melhoria da instituição e, conseqüentemente, sua principal finalidade, a formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar esse estudo tentando “amarrar” todas as suas potencialidades explicativas não seria prudente. Mesmo porque seria impossível. Nosso parâmetro é móvel e lidar com idéias e concepções é deparar-se com a complexidade do conhecimento humano. Nesse sentido, convidamos todos para que façam suas considerações, que reflitam sobre a construção teórica proposta. Essa estruturou-se sob dois eixos, o da avaliação institucional e o da finalidade de um periódico científico voltado para a temática.

Concorre para essa idéia a nossa opção pelos apontamentos conclusivos, que foram dispersos em cada capítulo.

Quanto ao eixo apresentado, nos servirá para o esboço de uma síntese.

A revista *Avaliação*, no período estudado (1996 – 2002), contribuiu significativamente com a divulgação de artigos e idéias sobre a avaliação institucional. Há aproximadamente dez anos havia pouquíssimos materiais publicados no Brasil, a esse respeito. Em seis anos, a revista *Avaliação* publicou mais de 200 artigos em Português e Espanhol e envolveu mais de 150 pesquisadores nacionais e estrangeiros.

A revista motivou também a criação de um centro de pesquisa o CIPEDES, a publicação de livros sobre a temática da avaliação institucional e o diálogo entre diversos pesquisadores.

Essa é sua face visível.

O estudo de sua estrutura e dos sentidos de sua produção nos revelou o compromisso com o ideal público e a defesa de um enfoque avaliativo voltado para o fortalecimento da instituição avaliada, no caso, as IES.

Como sugerimos em nossas reflexões teóricas, a revista *Avaliação* vem abrigando uma concepção democrática de avaliação institucional. Concepção esta desenvolvida no processo de construção do PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras no início da década de 90.

Deve-se destacar também, o desenvolvimento de uma concepção de avaliação

institucional, vinculada à idéia de universidade pública, integradora do ensino com a pesquisa e tendo como finalidade a formação humana, em seu sentido amplo.

Enfim, o enfoque da revista *Avaliação* dá o tom de um projeto em curso: o fortalecimento das instituições de ensino superior, através da avaliação formativa.

Observado por essa ótica, os diferentes formatos avaliativos do sistema nacional de avaliação da educação superior, em especial o Exame Nacional de Cursos, caminham na contra-mão. Atentam contra a maioria dos princípios estabelecidos no âmbito do PAIUB, o da não punição – não premiação, legitimidade, não obrigatoriedade, globalidade, entre outros.

O enfraquecimento do PAIUB no âmbito do sistema nacional de avaliação revela o enfoque oficial predominante na política governamental, que, fundamentalmente fortaleceu o poder do Estado em relação às instituições, seu poder de controle e de indução de políticas neoliberais.

Nesse processo, o periódico não só cumpriu sua finalidade científica, de divulgação do conhecimento, como vem aglutinando forças em torno de um projeto de fortalecimento e autonomia institucional.

Entender por esta via os conflitos no âmbito do sistema de avaliação da educação superior no Brasil, nos permite cogitar que, alteradas as condições políticas, governamentais e havendo um governo democrático de fato, se poderia construir um outro modelo alternativo, ou um modelo misto dos processos avaliativos oficiais, tal como apontado por Contera em capítulo anterior.

Enquanto a trama do real vai se tecendo, a revista *Avaliação* parece seguir sua finalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. **Pós - neoliberalismo**: As políticas sociais e o Estado democrático. Emir Sader e Pablo Gentili (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANGULO RASCO, J. F. Evaluación de programas sociais: de la eficacia a la democracia. **Revista de Educación**, num. 286 (1988), Madri, p. 193 – 207.

_____, J. F. A Auto-avaliação Institucional como Processo de Formação do Professorado. In: DIAS SOBRINHO, J. e RISTOFF, D. I. (org.). **Universidade desconstruída**: avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000; p. 73 – 94.

BARRIGA, A. D. A avaliação no marco das políticas para a educação superior. Desafios e perspectivas. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP., Ano 7, v.7, nº2, p. 9 – 27, Jun. 2002.

BORÓN, A. A. Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In SADER, E. e GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo II** : que Estado para que democracia ? Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.7-67.

CARVALHO, E. da S. **A concepção de educação profissional no Exame Nacional de Cursos**. 2001. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade). PUC-SP, São Paulo, mimeo.

CATANI, A . M.; OLIVEIRA, J. F. de. e DOURADO, L. F. A Política de Avaliação da Educação Superior no Brasil em Questão. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, Campinas, SP. Ano 6, v.6, nº4, p. 7 – 15, Dez.2001.

CONTERA, C. Modelos de avaliação da qualidade da educação superior. In: DIAS SOBRINHO E RISTOFF, D. I. (org.). **Avaliação democrática**: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002; p. 119 – 144.

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTUDOS AVANÇADOS – COPEA / UFRJ. Manifesto: por uma reforma do ensino superior. **Separata da Revista Avaliação/ CIPEDES**, nº1 (1), jun. 1998.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação técnica e ética. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, Campinas, SP. Ano 6, v.6, nº3, p. 7 – 19, set. 2001.

_____ **Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado**. Editora Insular, Florianópolis (SC), 2002.

_____ **Avaliação Institucional: integração e ação integradora**. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, Campinas, SP. Ano 2, v.2, nº2, p. 19 – 29, Junho 1997.

_____ **Quase - mercado, Quase - educação, Quase - qualidade: Tendências e Tensões na educação superior**. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, Campinas, SP. Ano 7, v.7, nº1, p. 9 – 33, mar. 2002.

_____ **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____ **Campo e Caminhos da avaliação – a avaliação da educação superior no Brasil**. In FREITAS, L. C. de. (org.). **AVALIAÇÃO: construindo o campo e a crítica**. Editora Insular, Florianópolis (SC), 2002, p. 13 –62.

_____ **Editorial**. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES – Campinas, SP**. Ano 1, v.1, nº1, p. 5 - 8, Jul. 1996.

DIAS SOBRINHO, J. **Editorial**. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES – Campinas, SP**. Ano 1, v. 1, nº2, p. 3 – 4, Dez. 1996.

_____ **Editorial**. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES – Campinas, SP**. Ano 2, v.2, nº1, p. 5 – 6, Mar. 1997.

_____ **Editorial**. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES – Campinas, SP**. Ano 2, v.2, nº2, p. 5 – 7, Jun. 1997.

DIAS SOBRINHO, J. **Editorial**. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES – Campinas, SP**. Ano 2, v.2, nº3, p. 5 – 6, Set. 1997.

_____ **Editorial**. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES – Campinas, SP**. Ano 2, v.2, nº4, p. 5 – 6, Dez. 1997.

_____ **Editorial**. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES – Campinas, SP**. Ano 3, v.3, nº1, 5 – 8, Mar. 1998.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 3, v.3, nº2, p. 7 – 13, Jun. 1998.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 3, v.3, nº3, p. 5 – 6, Set. 1998.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 3, v.3, nº4, p. 7 –8, Dez. 1998.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 4, v.4, nº1, p. 7 – 8, Mar. 1999.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 4, v.4, nº2, p. 7, Jun. 1999.

DIAS SOBRINHO, J. Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 4, v.4, nº3, p. 7, Set. 1999.

DIAS SOBRINHO, J. Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 4, v.4, nº4, p. 5, Dez. 1999.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 5, v.5, nº1, p. 5, Mar. 2000.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 5, v.5, nº2, p. 5, Jun. 2000.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 5, v.5, nº3, p. 5, Set. 2000.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 5, v.5, nº4, p. 5 - 6, Dez. 2000.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 6, v.6, nº1, p. 5, Mar. 2001.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 6, v.6, nº2, p. 5, Jun. 2001.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior –**

RAIES – Campinas, SP. Ano 6, v.6, nº3, p. 5 – 6, Set. 2001.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 6, v.6, nº4, p. 5 – 6, Dez.2001.

DIAS SOBRINHO, J. Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP., Ano 7, v.7, nº1, p. 5 – 8, Mar.2002.

_____ Editorial. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP., Ano 7, v.7, nº2, p. 5 – 8, Jun. 2002.

_____ RISTOFF, D. CIPEDS – RAIES cria Centro Interdisciplinar de Pesquisa. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior: Raies** – Campinas, Ano 2, v.2, nº4, p. 7, Dez.1997.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. rev. e aum. Editora Nova Fronteira, 1986, p. 652.

GOERGEN, P. Ensino Superior e Formação: elementos para um olhar ampliado de avaliação. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 6, v.6, nº4, p. 63 – 76, Dez.2001.

GONÇALVES FILHO, F. Enfoques avaliativos em Revista: concepções de avaliação institucional em questão. **25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED**. Rio de Janeiro, 2002, p. 137.

GONÇALVES FILHO, F. Construindo o campo e a crítica: o debate. In FREITAS, L. C. de. (org.). **AVALIÇÃO: Construindo o campo e a crítica**. Editora Insular, Florianópolis (SC), 2002, p. 152 a 154 e 209 a 211.

GONÇALVES FILHO, F. e PINHO, M. J. Ética e educação: problemas de concepção. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP. Ano 6, v.6, nº3, p. 75 – 79, Set. 2001.

HOUSE, E. R. **Evaluación, ética y poder**. Ediciones Morata, Madrid, 1980.

HOUSE, E. R. Tres perspectivas de la innovación educativa: tecnológica, política e cultural. **Revista de Educación**, núm. 286, p. 5 – 33, Madrid, 1988.

_____ Tendências en Evaluación. **Revista de Educación**, nº299, p.43-55, Madrid, 1992.

LEITE, D. Avaliação Institucional, Reformas e Redesenho Capitalista das Universidades. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** – Campinas, SP., Ano 7, v.7, n°2, p. 29 – 46, Jun.(2002).

LEITE, D. Avaliação e tensões Estado, Universidade e Sociedade na América Latina. In: **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES** . Campinas, SP, Ano 2, Vol. 2, n°1, p. 7 – 17, Mar. 1997.

LUDKE, Menga. Um olhar crítico sobre o campo da avaliação escolar. In **AVALIAÇÃO: Construindo o campo e a crítica**. Editora Insular, Florianópolis (SC), 2002.

RISTOFF, D. I. O Exame Nacional de Curso e a Avaliação Institucional. In: DIAS SOBRINHO E RISTOFF, D. I. (org.). **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002; p. 17 – 36.

SACRISTÁN, J. G. A avaliação no ensino. In SACRISTÁN, J. G. e PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Trad. Ermani F. da Fonseca Rosa – 4ª ed. – ArtMed, 1998; p.295 – 351.

SANTOS FILHO, J. C. Análise Teórico - política do Exame Nacional de Cursos. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**. Campinas, SP., Ano 4, v.4 n°3 Setembro (1999).

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Fundamentos para la investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientam al investigador**. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 1998.

SANTOS, G. C. ; PASSOS, R. (Colab.). **Manual de organização de referências e citações bibliográficas para documentos impressos e eletrônicos**. Campinas, SP : Autores Associados: Ed. UNICAMP, 2000.

SILVA JR., J. dos R. e SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil**. Prefácio de Francisco de Oliveira, 2ª ed. revista – São Paulo: Cortez; Bragança Paulista – SP: USF – IFAN, 2001.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. **Pós - neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. SADER, E. E GENTILI, P. (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.39-50.

VIANNA, H. M. Questões de avaliação educacional: proposta para discussão. In FREITAS, L. C. de. (org). **AVALIAÇÃO: Construindo o campo e a crítica**. Editora Insular, Florianópolis (SC), 2002, p.63-88.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALMEIDA JR., V. de P. **Avaliação institucional: Considerações sobre algumas tendências teórico - metodológicas em curso na educação superior brasileira.** 1998. 72f . Dissertação (Mestrado em Educação: Filosofia e História da Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

ALMEIDA JR., V. de P. A avaliação da educação superior no contexto das políticas educacionais. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, Campinas, SP., Ano 6, v.6, nº4, p. 27 – 33, dez. (2001).

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação:** para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, A . J. e GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais** – Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo, Pioneira, 1999.

BALZAN, N. C. e DIAS SOBRINHO, J. (org.). **Avaliação institucional: teoria e experiências.** São Paulo, Cortez, 1995, p. 7 – 113.

BASTOS, M. H. C. **Apêndice: A imprensa Periódica Educacional no Brasil: de 1808 a 1944.** In CATANI, D. B. e BASTOS, M. H. C. (ORG.), **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação.** São Paulo: Escrituras Editora, 2002; p.173 – 187.

BELLONI, I., HEITOR de M. e SOUSA, L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas** – uma experiência em educação profissional. São Paulo, Cortez, 2000.

BOGDAN, R. C. e BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal, Porto Editora, 1994. p. 5-78.

CATANI, A . M., CATANI, D. B. e PEREIRA, G. R. de M. Pierre Bourdieu: as leituras de sua obra no campo educacional brasileiro. In TURA, M. de L. R. (org.), **Sociologia para educadores.** Rio de Janeiro, Quartet, 2001, p. 127 – 160.

CATANI, A . M. e OLIVEIRA, R. P. de. **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil.** Belo Horizonte : Autêntica, 2000.

- DESCARTES, R. *Meditações*. In: **Discurso do Método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. Introdução de Gilles – Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. – 3ª ed. São Paulo: Abriu Cultural, 1983; (Os Pensadores). Vida e obra (I – XX) e p. 73 – 113.
- DEPRESBITERIS, Léa. Avaliação de Programas e Avaliação da Aprendizagem. In **Educação e Seleção**. FCC, São Paulo – SP, n. 19, p. 5 – 31, jan. – jun. de 1989.
- DIAS SOBRINHO, J. Una experiencia brasileña de evaluación institucional. **Cuadernos IRC**, n. 1, Barcelona, abril, (1999 A).
- _____. Evaluación de la educación superior en Brasil. In: YARZÁBAL, L. et al. (org.). **Evaluar para transformar**. Caracas, Iesalc / Unesco, (1999 B).
- _____. A avaliação institucional na Universidade Estadual de Campinas – considerações teóricas e processo. **Educación Superior y Sociedad**, v. 5, n. 1 – 2. Caracas, Cresalc/UNESCO, 1994.
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo – Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, , pág. 86 – 101, 1993.
- FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 2ª ed. aumentada. São Paulo, Cortez, 1991.
- FEDRIGO, L. A inserção do Brasil na globalização e os rumos do crescimento e do desenvolvimento. **Pesquisa & Debate**, SP, v.12, n. 1 (19) , p. 43 – 64, 2001.
- FREITAS, L. C. de. (org.). **AVALIAÇÃO: Construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.
- FREITAG, B. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 4ª ed., 1993.
- GOERGEN, P. **Pós-modernidade, ética e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- _____. Educação moral: adestramento ou reflexão comunicativa ? **Educação & Sociedade: Ética, Educação e Sociedade: um debate contemporâneo**. Ano XXII, n.º 76, Número Especial, outubro, 2001. P. 147 – 174.
- HABERMAS, J. A Consciência de tempo da modernidade e sua necessidade de

autocertificação. In: **O Discurso Filosófico da Modernidade – doze lições**. Tradução Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000; p. 1-33.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, R. J. 3ª ed. rev. Vozes, 1992.

HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

HUME, D. Investigação acerca do entendimento humano. In BERKELEY, G. **Tratado sobre os princípios do conhecimento humano. HUME, D. Investigações acerca do entendimento humano; Ensaio morais, políticos e literários**. Traduções Antônio Sérgio et al. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1992; (Os Pensadores); p. 45 a 77.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Atlas, 1991.

LARROSA, J. **Pedagogia profana : danças, piruetas e mascaradas**. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

_____ e SKLIAR, C. (org.) Babilônios somos. A modo de apresentação. In **Habitantes de Babel – políticas e poéticas da diferença**. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

LEITE, D., TUTIKIAN, J. e HOLZ, N. **Avaliação e compromisso – construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública**. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 8ªed. São Paulo: Cortez, 1992.

LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano. **Segundo tratado sobre o governo**. Tradução 1ª parte Anoar Aiex; tradução da 2ª parte E. Jacy Monteiro. 5ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1991. - (Os Pensadores; 9); Vida e obra: I - XVIII e p. 1-73.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

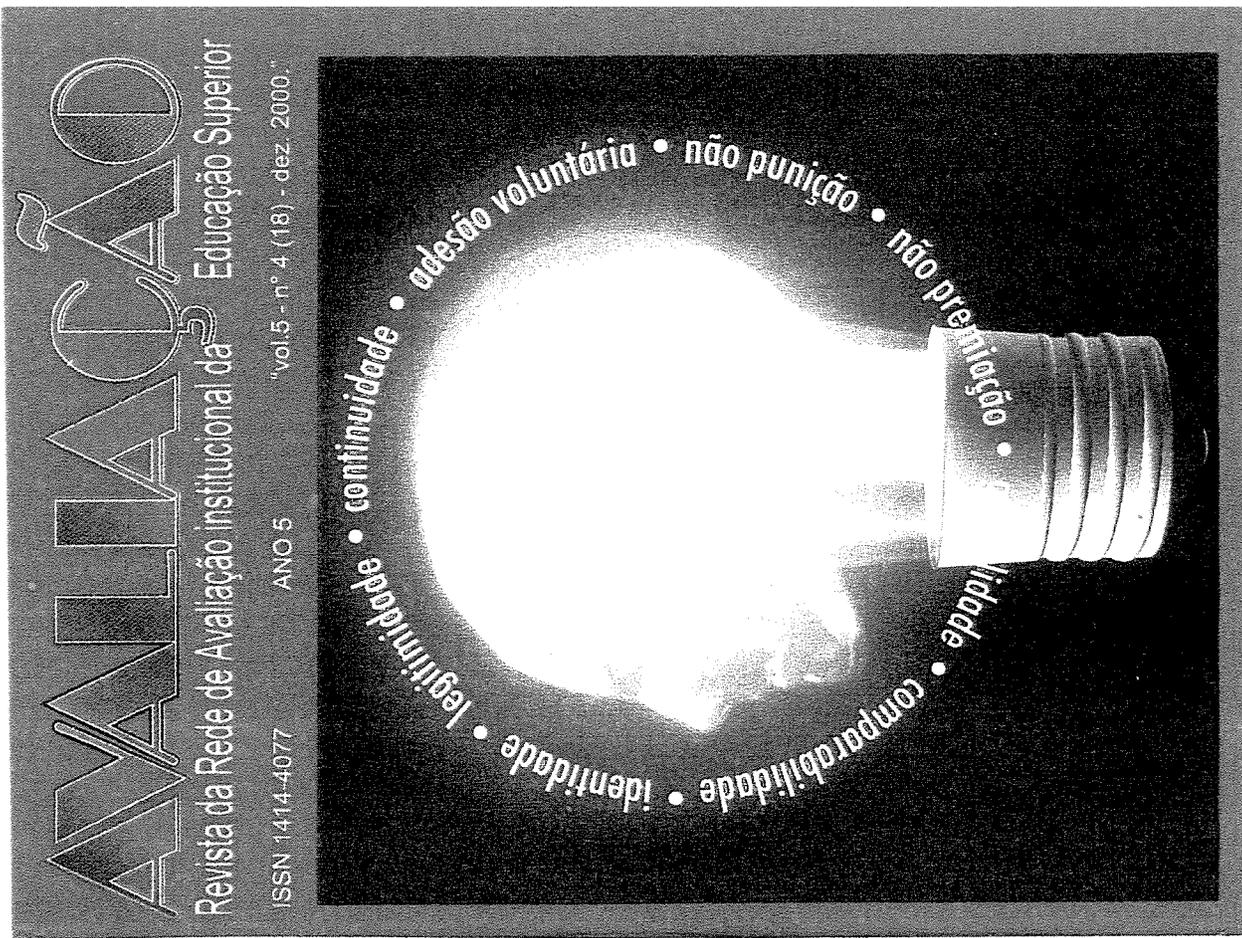
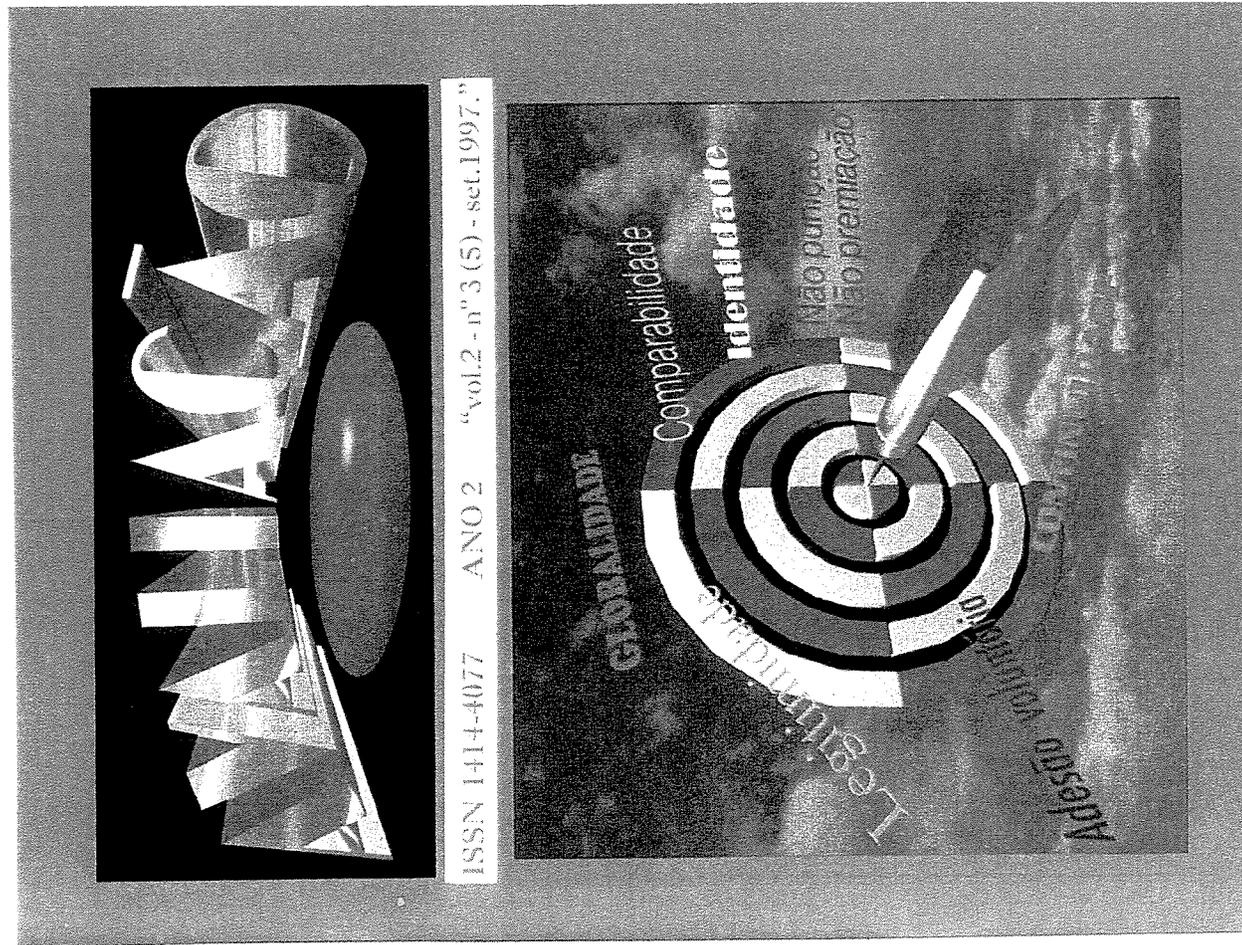
LUNA, S. V. de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000.

- MAIA FILHO, T.; PILATI, O. e LIRA, S. C. O Exame Nacional de Cursos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/RBEP**. Brasília, v.79, n.º 192, p. 74-91, maio/ago.1998.
- MANCEBO, D. A produção sobre avaliação da educação superior. In SGUISSARDI, V. e SILVA JR. (org.). **Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001; p. 131 – 167.
- MENEGUEL, S. M. e LAMAR, A. R. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, ano 6, v.6, nº4 (22) , p. 17 – 26, dez. 2001.
- MOROSINI, M. C. **Avaliação institucional e a onipresença do Estado: o debate em periódicos científicos nacionais, 1968 – 1995**. In SGUISSARDI, V. e SILVA JR. (org.). **Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001; p. 169 – 185.
- ORTEGA, C., FÁVERO, O., GARCIA, W. Análise dos periódicos brasileiros de educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/RBEP**. Brasília, v.79, n.º 193, p. 161 - 195, set./dez.1998.
- RISTOFF, D. I. **Avaliação Institucional: Afirmando Valores**. In **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999, pp.35 a 47.
- _____. **Avaliação Institucional: Pensando Princípios**. In **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999, p. 49 a 62.
- _____. **Avaliação Institucional: Buscando a Globalidade**. In **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular,1999, p.63 a 70.
- SADER, E. e GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. **Pós-neoliberalismo II : que Estado para que democracia ?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SANTOS FILHO, J. C. dos. e SÁNCHEZ GAMBOA, S. (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- SANTOS FILHO, J. C. dos. e SILVIA, E. M. (Org.). **Escola e universidade na pós-modernidade**. Campinas,SP. Mercado de Letras; São Paulo, FAPESP,2000, p.7–60, 163 – 200.

- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Cortez, 2000.
- SILVA JR. e SGUISSARDI, V. Introdução – A educação superior como tema de estudo. Eixos para uma agenda a partir do Banco de Dados Universitas/Br. In SGUISSARDI, V. e SILVA JR. (org.). **Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001; p. 7 – 43.
- SGUISSARDI, V. e SILVA JR. A produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): período 1968-1995. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**; Brasília, v.79, n.º 193, p. 95-112., set./dez. 1998.
- SGUISSARDI, V. (org.) **Avaliação universitária em questão**: reformas do estado e da educação superior. Campinas, SP. Autores Associados, 1997, p. 1 – 89.
- VIANNA, H. M. Estudos em avaliação educacional. In **Estudos em Avaliação Educacional**. FCC, São Paulo – SP, n. 17, p. 73 – 135, jan. – jun. de 1998.
- VIANNA, H. M. **Avaliação Educacional**: teoria, planejamento, modelos. São Paulo – SP, IBRASA, 2000.
- WARDE, M. J. **Liberalismo e Educação**, 1984. 162f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP.
- ZAVERUCHA, J. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990 – 1998). Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 2000. p. 7-56.

ANEXOS

ANEXO - I



ANEXO - 1.1

AVALLIAÇÃO

Neste número

José Dias Sobrinho, Elisabete
M. A. Pereira, Mauro M. Braga,
Maria do Carmo L. Peixoto,
Lisangela F. Diniz, Tânia F.
Bogutchi, Ernesto F.
Villanueva, María C. P.
Sandoval, Moema M. Siqueira,
Sueida S. Peralta



RAIES

Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior

ISSN 1414-4077 ANO 7 "Vol.7 - nº 1 - mar. 2002"

ANEXO 2

LEVANTAMENTO DA QUANTIDADE, NACIONALIDADE E VÍNCULO DE AUTORES E AUTORIAS NA REVISTA AVALIAÇÃO - de 1996 a 2002^β

^β Anexo da Dissertação de Mestrado: “*Enfoques de avaliação institucional em educação superior - estudo da Revista Avaliação de julho de 1996 a junho de 2002*”.

ANEXO 2

Levantamento da quantidade, nacionalidade e vínculo de autores e autorias na Revista Avaliação - de 1996 a 2002 .

Revista e Nomes dos autores Edição da Revista¹ () Nacionalidade e Instituição País e Região

v.1, nº 1, (1) Julho/96

1- Hélgio Trindade	1, 6	Nacional – UFRGS	Brasil / RS / Sul
2- José Dias Sobrinho	1,4,6,8,9,10,12,13,15,21,23	Nacional – UNICAMP	Brasil / SP – Sudeste
3- Dilvo Ilvo Ristoff	1, 1, 3, 6, 17*, 18, 21,	Nacional – UFSC	Brasil / SC / Sul
4- Carlos E. Bielschowski	1, 8,	Nacional – UFRJ	Brasil / RJ / Sudeste
5- Denise Leite	1,3, 10, 24,	Nacional – UFRGS	Brasil / RS / Sul
PAIUB	1	Nacional	Brasil
Manifesto/Carta de Recife	1	Nacional	Brasil
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
5 autores	-	5 brasil e 0 estrangeiro	3 Sul, 2 Sudeste

* O asterístico informa que o artigo é coletivo (mais de um autor), e os co-autores estão na seqüência direta da numeração no mesmo quadro. Quando o co-autor está em outro quadro, o asterístico foi colocado no nº da edição da Revista.

¹ No anexo, tendo em vista o estudo e a representação no quadro, identificamos a edição da revista pelo número de totalização que aparece entre parênteses nas capas da Revista Avaliação e por sua seqüência numérica lógica. Esta forma auxiliou na seqüência das Revistas editadas. Quando utilizado no corpo do texto dissertativo foi convertido para sua forma convencional (volume, nº, mês e ano). Por exemplo, o nº6, de dez. 1997 corresponde ao v.2, nº 4.

Revista e Nomes dos autores
v.1, nº 2, (2) dez.1996

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

6- Isaura Belloni	2, 10,	Nacional – UNB	Brasil / DF – Centro Oeste
7- Amilcar Davyt**	2, 5	Estrangeiro- Universidad de la República	Uruguai / América Latina
8 – Francisco Figaredo**	2, 5	Estrangeiro – Universidad de Camagtey	CUBA / América Latina
9- José Tomaz V. Pereira	2, 5,	Nacional – UNICAMP	Brasil/ SP – Sudeste
10- María P. Echeverriarza	2,	Estrangeiro- Universidad de la República	Uruguai / América Latina
11- Carlos Vogt	2, 5*,	Nacional/UNICAMP Reit.	Brasil/ SP / Sudeste
12- Neraldo Azevedo*	2,	Nacional – UFPB	Brasil/ PB – Nordeste
13 - Ester de C. Diniz*	2,	Nacional – UFPB	Brasil/ PB – Nordeste
14 – Janselice Torres*	2,	Nacional – UFPB	Brasil/ PB – Nordeste
15 – João R. Lavieri*	2,	Nacional – UFPB	Brasil/ PB – Nordeste
16 – Marta V. Der Linden*	2,	Nacional – UFPB	Brasil/ PB – Nordeste
17 – Renata P. Jerônimo*	2,	Nacional – UFPB	Brasil/ PB – Nordeste
18 – Vera E. J. C. Ireland*	2,	Nacional – UFPB	Brasil/ PB – Nordeste
19 - Maria C. da S. Crema	2,3*,	Nacional – UFSC / UDESC	Brasil/ SC – Sul
Carta/PAIUB: Região Sul	2,	-	Brasil
Relat. Comissão especial	2,	-	Brasil
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
14 autores	-	11 Brasil e 3 estrangeiros	2 Sudeste 7 nordeste 1 sul e 1 Centro Oeste .
			Países: Cuba 1 e Uruguai 2

Revista e Nomes dos autores
v.2, nº 1, (3) mar. 1997

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

20 – Jadna L. N. Heinzen*	3,	Nacional – UDESC	Brasil – SC / Sul
21 – José Erno Taglieber*	3,	Nacional – UDESC	Brasil – SC / Sul
22 – Sandra M. Salles*	3,	Nacional – UDESC	Brasil – SC / Sul
23 – Fernando M. de Souza	3,3	Nacional – Psic. UFPE	Brasil – PE / Nordeste
24 – Bruno C. de Souza	3,	Nacional – Psic. Consultor	Brasil – PE / Nordeste
25- Heloisa H. Sant’Anna*	3,	Nacional – UEL	Brasil – PR – Sul
26 – Neide F. M. Veras*	3,	Nacional – UFC	Brasil – CE – Nordeste
27 – Nelson Card. Amaral	3,	Nacional – UFG – v. Reitor	Brasil – GO – Centro Oeste
28 – Maria A. R. Martins*	3,	Nacional – UniSantos	Brasil – SP – Sudeste
29 – Benalva da S. Vitório*	3,	Nacional – UniSantos	Brasil – SP – Sudeste
30 – Cíleda Q.S.Coutinho*	3,	Nacional – UniSantos	Brasil – SP – Sudeste
31 – Derna Pescuma*	3,	Nacional – UniSantos	Brasil – SP – Sudeste
Citações/R. Bibliográficas.	3, 4, 5, 6, 7	Nacional	Brasil
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
12 autores	-	12 Brasil e 0 estrangeiros	4 Sudeste 3 nordeste 4 sul e 1 Centro Oeste .

Revista e Nomes dos autores
v.2, nº 2, (4) jun.1997

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

32- Francisco J.T. Tejedor*	4,		Estrangeiro – Universidad de Salamanca	Espanha / Europa
33- Laurentino S. Blanco*	4,		Estrangeiro – Universidad de Cantabria	Espanha / Europa
34- Ana M.F.P.M.Almeida	4, 17,		Nacional – UNESP/Bauru	Brasil- SP / Sudeste
35- Tânia M. Baibich*	4,		Nacional – UFPR / Fórum	Brasil – PR / Sul
36- Yvelise S. Arco-Verde*	4,		Nacional – UFPR /	Brasil – PR / Sul
37- Alberto Noe	4, 15, 17,		Estrangeiro/visit. UFRJ	Estrangeiro / Sudeste
38- Maria C. de Camargo*	4,		Nacional – UFPR.	Brasil – PR / Sul
39- Martha G. G. Sánchez*	4,		Nacional – UFPR.	Brasil – PR / Sul
Coord. do Fórum de Pró-Reitores de Graduação	4,		-	Brasil
Subtotal:	-		Subtotal:	Subtotal:
8 autores	-		5 Brasil e 3 estrangeiros	2 Sudeste, 4 sul Países: Espanha 2 (Europa)

Revista e Nomes dos autores
v.2, nº 3, (5) set.1997

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

40-Cesar Ciacco*	5,	Nacional - UNICAMP	Brasil/ SP – Sudeste
41- Waldemar Marques	5, 21,	Nacional – UFSCAR	Brasil- SP / Sudeste
42- Ivo José Both	5,	Nacional – UEPG	Brasil – PR / Sul
43- Ildeu Moreira Coêlho	5, 9,	Nacional – UFG	Brasil –GO/Centro Oeste
44- Pedro Goergen	5,22,	Nacional – UNICAMP	Brasil – SP/ Sudeste
45- Vera L. Bazzo*	5,	Nacional – UFSC	Brasil– SC / Sul
46 – Mérciles T. Moretti*	5,	Nacional – UFSC	Brasil– SC / Sul
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
7 autores	-	7 Brasil e 0 estrangeiros	3 Sudeste, 3 sul e 1 Centro Oeste

Revista e Nomes dos autores
v.2, nº 4, (6) dez.1997

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

47- Afrânio Mendes Catani	6, 17*, 22*	Nacional - USP	Brasil – SP / Sudeste
48- Luiz Antônio Cunha	6,	Nacional – UFRJ	Brasil – RJ / Sudeste
49-Juan Carlos Campbell E	6,	Estrang.: U.C. Valparaiso	Chile / América Latina
50- Pedro Krotsch	6,	Estrang.: U. Buenos Aires	Argentina / América Latina
51- Ana Misako Yendo*	6,	Nacional – UEL	Brasil – PR / Sul
52 - Adriana Mitsue Ivana*	6	Nacional – UEL	Brasil – PR / Sul
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
6 autores	-	4 Brasil e 2 estrangeiros	2 Sudeste, 2 sul Países: Chile1,Argentina1

Revista e Nomes dos autores
v.3, nº 1, (7) mar.1998

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

53 – Marcela Mollis	7	Estran. UBA: Buenos Aires	Argentina / América Latina
54 – Renato Dagnino*	7, 10, 13, 19,	Nacional - UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
55 – Hernán Thomas*	7, 10, 19,	Estrang. U. N. de Luján	Argentina / América Latina
56 – Ivo José Both	7,	Nacional – UEFG	Brasil – PR / Sul
57- Mara Regina L. d Sordi	7,	Nac. UNICAMP e PUCC	Brasil – SP – Sudeste
58- Maria Cecília L. Leite	7,	Nacional – UFP (Pelotas)	Brasil – RS – Sul
59- José Martins Filho	7	Nacional – UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
7 autores	-	5 Brasil e 2 estrangeiros	3 Sudeste, 2 sul Países: Argentina2

Revista e Nomes dos autores
v.3, nº 2, (8) jun.1998

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

60 – Antonio T. Requena	8,	Estrangeiro:Univ.Granada	Espanha / Europa
61 – Mario Riedl	8,	Nacional–UFRGS e UFSM	Brasil – RS – Sul
62 – Fernando Dias Lopes*	8,	Nacional – UNIJUI	Brasil – RS – Sul
63 – Ilton Benoni da Silva*	8,	Nacional – UNIJUI	Brasil – RS – Sul
64 – Alcindo A. Ferla	8,	Nacional – CINAEM	Brasil
65 - J. Félix Angulo Rasco	8, 12,	Estran. U. Cádiz : Espanha	Espanha / Europa
RELATÓRIO da Avaliação Internacional da CAPES	8,	-	Brasil
R. Comis. de Especialistas	8,	-	Brasil
CIPEDES-3 autores/artigos	8,	-	Brasil
CIPEDES–Bibliografia: ES	8,	-	Brasil
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
6 autores	-	4 Brasil e 2 estrangeiros	3 sul. / País: Espanha 2

Revista e Nomes dos autores Edição da Revista () Nacionalidade e Instituição País e Região
v.3, nº 3, (9) set.1998

66 – Lina Cardoso Nunes*	9,		Nacional-UNESA(privada)	Brasil – RJ – Sudeste
67 – Vera M. M.Simonetti*	9,		Nacional – UNESA	Brasil – RJ Sudeste
68 – Regina M. Michelotto	9,		Nacional-UFPR	Brasil – PR / Sul
69 – Newton Cesar Balzan	9,		Nacion. UNICAMP/PUCC	Brasil – SP – Sudeste
70 - Romualdo Portela*	9,		Nacional – USP	Brasil- SP / Sudeste
71 – Sandra Zákia*	9,		Nacional – USP	Brasil- SP / Sudeste
72- Celso de Rui Beisiegel	9,		Nacional – USP	Brasil – SP / Sudeste
CIPEDES-3 autores/artigos	8, 9,		-	Brasil
CIPEDES –Bibliografia internacional Ens. Superior	8,9		-	Brasil
Subtotal:	-		Subtotal:	Subtotal:
7 autores	-		7 Brasil e 0 estrangeiros	6 sudeste e 1 sul

Revista e Nomes dos autores
v.3, nº 4, (10) dez.1998

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

73 – Luis Yarzábal	10,		Estrangeiro - UNESCO	Caracas – Venezuela
74 – Ana Maria Navarro*	10,		Estrangeiro: U. N. de Salta	Argentina / América Latina
75 - Juan Carlos Gottifredi*	10,		Estrangeiro: U. N. de Salta	Argentina / América Latina
76- Oscar F. O. Balarine	10,		Nacional –PUCRS	Brasil- RS – Sul
77- Erly M. de C. e Silva*	10, 11,		Nacional – UFAlfenas	Brasil – MG / Sudeste
78 - Eliana B. Lourenço*	10, 11		Nacional – UFAlfenas	Brasil – MG / Sudeste
CIPEDES-2 autores/artigos	8, 9, 10,		-	Brasil
CIPEDES: Doc. UNESCO: Declaração Mundial sobre la Educación Superior en...	10,		-	UNESCO
CIPEDES: Doc. UNESCO: Proyeto ... Ed. Superior.	10,		-	UNESCO
Subtotal:	-		Subtotal:	Subtotal:
6 autores	-		3 Brasil e 3 estrangeiros	2 sudeste, 1 sul. Países: Argentina 2 e Venezuela 1

Revista e Nomes dos autores
v.4, nº 1, (11) mar.1999

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

79 – Stela M. Meneguel*	11, 18*,22*	Nacional – FURB	Brasil – SC / Sul
80 – Débora L. Mello*	11,	Nacional - UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
81 – Sandra de N. Brisolla*	11,	Nacional - UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
82 – Maria A. S. Zainko	11, 22	Nacional - UFPR	Brasil - PR – Sul
83-Carlos Olivares Faúndez	11, 15	Estrangeiro: Consultor	Chile e Espanha. / América Latina e Europa.
84- María E. C. Sjostrand	11, 17*	Estrangeiro.: UCV	Venezuela/América Latina
85- Rosângela J. Rodrigues	11,	Nacional – UEL	Brasil – PR / Sul
86- Maria da G. J. Setton	11,	Nacional – USP	Brasil – SP / Sudeste
CIPEDS-2 autores/artigos	8, 9, 10, 11,	-	Brasil
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
8 autores	-	6 Brasil e 2 estrangeiros	3 sudeste , 3 sul, Países: Chile e Venezuela

Revista e Nomes dos autores
v.4, nº 2, (12) jun.1999

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

87 – Zenir M. F. Cechin	12,		Nacional – UFSM	Brasil – RS / Sul
88 – Maria da G.P. Bulhões	12,		Nacional – UFRGS	Brasil- RS / Sul
89- Maria C. L. Peixoto*,	12, 23*		Nacional – UFMG	Brasil – MG / Sudeste
90 - Mariza M. Carvalho*	12,		Nacional – UFMG	Brasil – MG / Sudeste
91 - Mauro M. Braga*	12, 23*		Nacional – UFMG	Brasil – MG / Sudeste
CIPEDES-2 autores/artigos	8, 9, 10, 11, 12		-	Brasil
Subtotal:	-		Subtotal:	Subtotal:
5 autores	-		5 Brasil e 0 estrangeiros	3 sudeste e 2 sul

Revista e Nomes dos autores
v.4, nº 3, (13) set1999

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

92- José Camilo dos Santos	13,		Nacional – UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
93- Agenor Gaspareto	13,		Nacional – UJESC	Bahia – Nordeste
CIPEDES-3 autores/artigos	8, 9, 10, 11, 12, 13,		Nacional	Brasil
Subtotal:	-		Subtotal:	Subtotal:
2 autores	-		2 Brasil e 0 estrangeiros	1 sudeste e 1 Nordeste

Revista e Nomes dos autores
v.4, nº 4, (14) dez.1999

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

94- Maria Isabel da Cunha	14, 20,	Nacional – UFPel (Pelotas)	Brasil – RS / Sul
95- Sônia Marcela Araújo	14,	Estran. UNC Buenos Aires	Argentina / América Latina
96- Horácio Frota	14,	Nacional – UECE	Brasil – CE / Nordeste
97- Elisabete Pereira	14, 23, 24*	Nacional – UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
98- Jean-Claude Régnier	14,	Estrangeiro: Lion 2 França	França / Europa
99- Adilson P. dos Santos	14,	Nacional – UFOP	Brasil – MG / Sudeste
100- Eduardo Búriço*	14,	Nacional – UNISUL	Brasil – Sul
101- Jailson Coelho*	14,	Nacional – UNISUL	Brasil – Sul
102- Marcos Hemkemeier*	14,	Nacional – UNISUL	Brasil – Sul
103- Paulina V. Wronski*	14,	Nacional – UNISUL	Brasil – Sul
CIPEDES - 4 autores	8, 9, 10, 11, 12, 13,14,	-	Brasil
CIPEDES – Resenha: Universidade em Ruínas...	14,	-	Brasil
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
10 autores	-	8 Brasil e 2 estrangeiros	5 sul, 2 sudeste e 1 nordeste. Países: Argentina 1 e França 1

Revista e Nomes dos autores
v.5, nº 1, (15) mar.2000

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

104- Cristina Contera	15, 18,		Estrangeiro – UDELAR - Univer. de la Republica	Uruguai / América Latina
105- Marta Lobo	15,		Nacional- UFRJ	Brasil / RJ / Sudeste
106- Aluí Oliveira Barbisan	15, 16		Nacional – UFRGS	Brasil – RS / Sul
107- Angela C.Corrêa*	15,		Nacional- UFSM	Brasil – RS / Sul
108 - Vitor F. Schuch Jr.*	15,		Nacional – UFSM	Brasil – RS / Sul
Resenha: Universidade em foco.	15,		-	Brasil
CIPEDES-4 autores/artigos	8, 9, 10, 11, 12, 13,14,15,		-	Brasil
Subtotal:	-		Subtotal:	Subtotal:
5 autores	-		4 Brasil e 1 estrangeiro	1 sudeste e 3 sul País: Uruguai I.

Revista e Nomes dos autores
v.5, nº 2, (16) jun.2000

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

109- Valdemar Sguissardi	16- 17,	Nacional - UNIMEP	Brasil – SP / Sudeste
110- Mercedes C.Camero	16-	Estrangeiro – UCV	Venezuela/América Latina
111- Acácia A.A. Santos*	16-	Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
112- Ricardo Primi*	16-	Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
113-Claudette Vendramini*	16-	Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
114- Fernanda Taxa*	16-	Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
115- Maria F. Lukjanenko*	16-	Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
116- Franz Müller*	16-	Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
117- Isabel Sampaio*	16-	Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
118- Salim Andraus Jr.*	16-	Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
119- Fátima Keiko Kuse*	16-	Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
120-Cíntia Heloína Bueno*	16-	Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
121-Francisco Rodrigues	16-	Nacional – UCPel (Pelotas)	Brasil – RS / Sul
122- Angela C. de Siqueira	16-	Nacional – UFF	Brasil – RJ / Sudeste
CIPEDES-3 autores/artigos	8,9,10,11,12,13,14,15,16,	-	Brasil
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
14 autores	-	13 Brasil e 1 estrangeiro	12 sudeste e 1 sul País: Venezuela

Revista e Nomes dos autores
v.5, nº 3, (17) set.2000

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

123 – João F. Oliveira	17*, 18*, 22*	Nacional – UFG	Brasil – GO / Centro Oeste
124 – Eduardo M. Rubio	17*-	Estrangeiro – U. C. V.	Venezuela/América Latina
125 - Delsi Fries Davok	17*-	Nacional –UnC:Contestado	Brasil – SC / Sul
126 – Anair L. Nicola*	17-	Nacional – UNIOESTE	Brasil – PR / Sul
127 – Kátia de C. Cunha*	17-	Nacional – UNIOESTE	Brasil – PR / Sul
Resenha: Universidade Desconstruída	17-	-	Brasil
CIPEDES-2 autores/artigos	8,9,10,11,12,13,14,15,16, 17,	-	Brasil
CIPEDES: Manifesto da Reitoria da USP – A presença da Univer. Pública	17,	-	Brasil
CIPEDES: Manifesto USP – Princípios para o aprimoramento da Universidade Pública	17,	-	Brasil
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
5 autores	-	4 Brasil e 1 estrangeiro	3 sul, 1 Centro Oeste País: Venezuela I.

Revista e Nomes dos autores
v.5, nº 4, (18) Dez.2000

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

128 - Sônia R. Paulino	18*,		Nacional – UNICAMP-IG	Brasil – SP / Sudeste
129 - José L. Domingues	18*,		Nacional - UFG	Brasil – GO / Centro Oeste
130 - Eronita S. Barcelos	18,		Nacional – Unijuí/RS	Brasil- RS / Sul
131 - Márcia R.F. de Brito*	18,		Nacional – UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
132 - Alicia M.H.Munhoz*	18,		Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
133 - Ricardo Primi*	18,		Nacional – USF	Brasil – SP / Sudeste
134 - Maria H. Gonzalez*	18,		Nacional – UNIP	Brasil – SP / Sudeste
135 - Viviane Rezi*	18,		Nac. PISIEM/UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
136 - Liliane F. Neves*	18,		Nac. PISIEM/ UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
137 - Maria H.F. Sanches*	18,		Nac. PISIEM/ UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
138-Fernanda Marinheiro*	18,		Nac. PISIEM/ UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
139 - Nina Beatriz Ranieri	18,		Nacional – USP	Brasil – SP / Sudeste
140 - Elenir R. Budag*	18,		Nacional – FURB/SC	Brasil – SC / Sul
141 - Mauro R. da Silva*	18,		Nacional – FURB/SC	Brasil – SC / Sul
CIPEDES-4 autores/artigos	8,9,10,11,12,13,14,15,16, 17, 18,		-	Brasil
Subtotal:	-		Subtotal	Subtotal:
14 autores	-		14 Brasil e 0 estrangeiro	3 sul, 10 sudeste e 1 Centro Oeste.

Revista e Nomes dos autores v.6, nº 1, (19) mar.2001	Edição da Revista ()	Nacionalidade e Instituição	País e Região
142- Francisco A. Palharini	19,	Nacional – UFF	Brasil – RJ / Sudeste
143- Erivânio S.Carvalho	19,	Nacional - PUC-SP	Brasil – SP / Sudeste
144 – Maria Gorete Brotti*	19,	Nacional – UFSC	Brasil – SC / Sul
145- Nelson Colossi*	19,	Nacional – UFSC	Brasil – SC / Sul
CRUB – 2001: Projeto de Avaliação Institucional	19,	-	Brasil
CIPEDES-3 autores/artigos	8,9,10,11,12,13,14,15,16, 17, 18, 19 ^Ω .	-	Brasil
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
4 autores	-	4 Brasil e 0 estrangeiros	2 sudeste e 2 sul

^Ω Esta foi a última edição com a SEPARATA CIPEDES. Ao todo, a Revista publicou doze separatas.

Revista e Nomes dos autores Edição da Revista () Nacionalidade e Instituição País e Região
v.6, nº 2, (20) jun.2001

146- Edson F. Carvalho*	20,		Nacional – UFAC	Brasil – Acre / Norte
147- José C. M. Porfiro*	20,		Nacional – UFAC	Brasil – Acre / Norte
148- Mariluce Bittar	20,		Nacional – UCDB	Brasil – MS / Centro Oeste
149- Wilma Baía	20,		Nacional – UFPA	Brasil – PA / Norte
150- Arlindo J. S. Júnior*	20,		Nacional – UFU	Brasil – MG / Sudeste
151- João F. C. Meyer*	20,		Nacional – UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
152- João Brant	20,		Nacional - ENECOS	Brasil – SP / Sudeste
Subtotal:	-		Subtotal:	Subtotal:
7 autores	-		7 Brasil e 0 estrangeiros	3 sudeste, 3 Norte e 1 Centro Oeste

Revista e Nomes dos autores
v.6, nº 3, (21) set.2001

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

153- Rui A Santiago*	21,		Estrang. Univer. de Aveiro	Portugal / Europa
154 – José Tavares*	21,		Estrang. Univer. de Aveiro	Portugal / Europa
155 – Maria C Taveira*	21,		Estrang. Univer. do Minho	Portugal / Europa
156- Leonor Lencastre*	21,		Estrang. Univer. do Porto	Portugal / Europa
157- Fernando Gonçalves*	21,		Estrang. Univ. do Algarve	Portugal / Europa
158 – Axel Didriksson	21,		Estrang. - UNAM	México / América Latina
159- Mauro M. da Silva*	21,		Nacional- UFRJ (COPPE)	Brasil – RJ / Sudeste
160- Elton Fernandes*	21,		Nacional – UFRJ (COPPE)	Brasil – RJ / Sudeste
161- Rogério E. Versieux	21,		Nacional -	Brasil – SP / Sudeste
Resenha: Pós-modernidade, ética e educação	21,		-	Brasil
Subtotal:	-		Subtotal:	Subtotal:
9 autores	-		3 Brasil e 6 estrangeiros	3 sudeste
				Países: Portugal e México

Revista e Nomes dos autores
v.6, nº 4, (22) dez.2001

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

162- Adolfo R. Lamar	22*-	Nacional – FURB	Brasil – SC / Sul
163- Vicente de P.A. Junior	22-	Nacional - UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
164- Luiz F. Dourado	22*-	Nacional – UFG	Brasil – GO / Centro Oeste
165- Marlis M. Polidori	22-	Nacional – UFRGS	Brasil – RS / Sul
166- Pablo Daniel Vain	22-	Estrangeiro – UNaM	Argentina / América Latina
167- Kátia Stancato	22-	Nacional – UNICAMP	Brasil – SP / Sudeste
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
6 autores	-	5 Brasil e 1 estrangeiro	2 sudeste, 2 sul e 1 Centro Oeste. / País: Argentina 1.

Revista e Nomes dos autores
v.7, nº 1, (23) mar.2002

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

168- Lisangela F. Diniz	23*,	Nacional / UFMG)	Brasil – MG / Sudeste
169- Tânia F. Bogutchi	23*,	Nacional – UFMG	Brasil – MG / Sudeste
170- Ernesto F. Villanueva	23,	Estrangeiro – CONEAU	Argentina / América Latina
171- Maria C. P. Sandoval	23,	Estrangeiro – Univ. Zulia	Venezuela/América Latina
172-Moema M. de Siqueira	23,	Nacional/UFMG/PUC	Brasil – MG / Sudeste
173- Sueda Soares Peralta	23,	Nacional / FIEO	Brasil – SP / Sudeste
Subtotal:	-	Subtotal:	Subtotal:
6 autores	-	4 Brasil e 2 estrangeiros	4 sudeste. Países: Venezuela 1 e Argentina 1

Revista e Nomes dos autores
v.7, nº 2, (24) jun.2002

Edição da Revista ()

Nacionalidade e Instituição

País e Região

174- Telma Mildner*	24,		Nacional – UFPE	Brasil – PE / Nordeste
175- Alessandro da Silva*	24,		Nacional – UFPE	Brasil – PE / Nordeste
176- Angel Diaz Barriga	24,		Estrangeiro – UNAM	México / América Latina
177- Lillian A. Wachowicz*	24,		Nacional – PUC/PR	Brasil – PR / Sul
178-Joana P. Romanowski*	24,		Nacional – PUC/PR	Brasil – PR / Sul
179- Adriana Chiroleu	24,		Estrangeiro - Univ. Nac. de Rosário e CONICET	Argentina / América Latina
180- Graziela G. Pachane	24*,		Nacional – ISCA: Limeira	Brasil – SP / Sudeste
181- Sílvia Caetano	24,		Nacional / Unicamp	Brasil – SP / Sudeste
Subtotal:	-		Subtotal:	Subtotal:
8 autores	-		6 Brasil e 2 estrangeiros	2 sudeste, 2 sul e 2 nordeste País: México1, Argentina1

* Observa que a Revista Avaliação reuniu em torno de sua produção teórica, 181 autores (nacionais e estrangeiros).

ANEXO 3

Títulos dos artigos publicados na Revista avaliação Julho de 1996 a junho de 2002 - Seis anos de Revista Avaliação⁸

⁸ Anexo da Dissertação de Mestrado: “Enfoques de avaliação institucional em educação superior - estudo da Revista Avaliação de julho de 1996 a junho de 2002”

Anexo 3

Títulos dos artigos publicados na Revista avaliação Julho de 1996 a junho de 2002 - Seis anos de Revista Avaliação¹.

Revista [v.1, nº1, (1), jul.1996] Título dos artigos

	1- A avaliação institucional das universidades federais: resistência e construção
(1)	2- Avaliação institucional: Marco teórico e campo político
Jul.96	3- Avaliação na Universidade Federal de Santa Catarina: uma proposta de metodologia
	4- Avaliação na Universidade Federal do Rio de Janeiro: a metodologia
	5- Avaliação em prática

OBS. Neste 1º número, a Revista Avaliação também publicou o Documento Básico do PAIUB e seus princípios.

Revista [v.1, nº2, (2), dez.1996] Título dos artigos

	6- A universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social
	7- Dos enfoques sobre la educación superior
(2)	8- Uma contribuição para o entendimento da evasão – um estudo de caso: UNICAMP
Dez.96	9- Conociendo la situación de los estudiantes: un primer paso hacia la evaluación institucional
	10- Autonomia e avaliação institucional: a experiência da UNICAMP (1990 – 1994)
	11- Avaliação Institucional da UFPB – construindo o autoconhecimento
	12- A questão da avaliação na universidade – subsídios e parâmetros

OBS. No 2º número a Revista Avaliação também publicou o Relatório do PAIUB na Região Sul (1º Workshop), e o Relatório da Comissão Especial nomeada pela SESu / MEC.

¹ OS ARTIGOS DA REVISTA AVALIAÇÃO EM ESPANHOL, SERÃO DESTACADOS EM NEGRITO.

Revista [v.2, n°1, (3), mar.1997] **Título dos artigos**

	13- Avaliação e tensões de Estado, universidade e sociedade na América latina
	14- A avaliação institucional na UDESC: visualizando o fluxograma processual
	15- O sistema federal de ensino brasileiro : organização e financiamento
(3)	16- Alguns indicadores do ensino superior no Brasil
Mar.97	17- Parâmetros para análise e utilização de resultados estatísticos na avaliação institucional
	18- O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB): Caminhos percorridos e perspectivas futuras
	19- Avaliação institucional e a mídia
	20- A avaliação Institucional da Universidade Católica de Santos

OBS. No 3º número a Revista Avaliação também publicou sugestões de citações e referências bibliográficas na área

Revista [v.2, n°2, (4), jun.1997] **Título dos artigos**

	21- La evaluacion institucional en el ámbito universitario
	22- Avaliação Institucional: integração e ação integradora
(4)	23- Globalização, Revolução Científico-Técnica e a Universidade
Jun.97	24- A avaliação da aprendizagem e seus desdobramentos
	25- Avaliando a extensão
	26- Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório

OBS. O 4º número da Revista Avaliação publicou além dos artigos, sugestões de citações e referências bibliográficas na área e um Texto Contribuição da Coordenação Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Graduação.

Revista [v.2, nº3, (5), set.1997] **Título dos artigos**

	27- A qualidade do sistema de ensino superior e o mercado de trabalho
	28- Calidad y Evaluación de la Educación Superior en los documentos de la UNESCO
(5)	29- O quantitativo e o Qualitativo na pesquisa educacional
Set. 97	30- Avaliação Institucional: objetivos e critérios
	31- Avaliação institucional: agente de modernização administrativa e da educação
	32- Avaliação Institucional na Universidade Pública
	33- A avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade
	34- Programa de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina: fala o ex-aluno

OBS. O 5º número da Revista Avaliação publicou além dos artigos, sugestões de citações e referências bibliográficas na área.

Revista [v.2, nº4, (6), dez.1997] **Título dos artigos**

	35- A Universidade Latino-Americana entre o público e o privado: breves considerações
	36- Público e o privado no ensino superior brasileiro : fronteira em movimento ?
(6)	37- La educación superior em Chile: cambios e desafios
Dez.97	38- El peso de la tradición y las recientes tendencias de privatización en la universidad Argentina: hacia una relación público – privado.
	39- Privatização não faz escola
	40- Um retrato da educação superior frente a estratégia do governo
	41- Universidade pública e processos de privatização da educação superior: papéis da avaliação institucional
	42- Indicadores do desempenho global nos cursos do CCS/UDEL, um estudo comparativo nos regimes de crédito e seriado

OBS. O 4º número da Revista Avaliação publicou além dos artigos, sugestões de citações e referências bibliográficas na área.

Revista [v.3, nº1, (7), mar.1998] Título dos artigos

	43- El campo de la evaluación universitaria argentina y los organismos internacionales: entre la autonomía y la heteronomia
(7)	44- Os caminhos da política científica e tecnológica latino-americana e a comunidade de pesquisa: ética corporativa ou ética social ?
Mar. 98	45- Avaliação Institucional: agente de modernização administrativa e da educação
	46- A face perversa da avaliação: elementos para uma leitura do papel da avaliação no projeto neoliberal
	47- Avaliação e relações de poder: Paiub e exame nacional de cursos
	48- Percepções sociais da universidade Latino-americana

OES. O 4º número da Revista Avaliação publicou além dos artigos, sugestões de citações e referências bibliográficas na área.

Revista [v.3, nº2, (8), jun.1998] Título dos artigos

	49- Una experiencia de evaluación interna en organizaciones universitarias
	50- A informática como linguagem e recurso de avaliação
(8)	51- A Metodologia de pesquisa dos indicadores de nível sócio-econômico
Jun.98	52- UNIJUI – Uma experiência de avaliação institucional participada
	53- Avaliação CINAEM do ensino médico: medicalização ou inovação
	54- Funcionamento e modos sociais da avaliação institucional
	55- La autoevaluación institucional como proceso de formación del profesorado

Obs.1- O 8º número da Revista Avaliação publicou além dos artigos, dois Relatórios que envolvem a questão da avaliação no Sistema: sobre a Avaliação Internacional da CAPES e sobre as Condições de oferta de cursos de graduação da Comissão de Especialistas.

Obs.2- Foi publicado neste número também, a 1ª Separata CIPEDES, com 3 artigos (sobre os artigos do CIPEDES, ver Anexo 4).

Revista [v.3, nº3, (9), set.1998] **Título dos artigos**

	56- Graduação: rumos e perspectivas
	57- O ensino de graduação e a pesquisa: construção e reconstrução do conhecimento e sociedade
(9)	58- Avaliação institucional e teorias das representações sociais
Set. 98	59- A avaliação da universidade italiana
	60- Inovações nos exames vestibulares: em direção à transformação e à equidade
	61- Curso de pedagogia FEUSP: perfil de ingressantes, trajetória acadêmica e destino profissional dos formandos
	62- Contribuição à história da formação de educadores na USP

Obs.2- Foi publicado neste número a 2ª Separata CIPEDES, com 3 artigos (sobre os artigos do CIPEDES, ver Anexo 4).

Revista [v.3, nº4, (10), dez.1998] **Título dos artigos**

	63- La evaluación como estrategia de cambio de la educación superior
	64- Surgimiento de la evaluación en las universidades argentinas
(10)	65- Avaliação Institucional da Educação Superior: fontes externas e fontes internas
Dez.98	66- A função social da avaliação institucional
	67- Avaliação institucional das universidades: quantificação de impactos e mudanças associados.
	68- Avaliação Institucional no Brasil : contexto e perspectivas
	69- La cuestión social en las políticas de vinculación universidad – sector productivo (la transición de los ‘60 a los 90’ en América Latina)

Obs.2- Foi publicado neste número a 3ª Separata CIPEDES, com 2 artigos e 2 documentos da UNESCO sobre o Ensino Superior (ver Anexo 4).

Revista [v.4, nº1, (11), mar.1999]

Título dos artigos

	70- Relação universidade x empresa no Brasil: transformações recentes e implicações para a Avaliação Institucional
	71- A gestão do ensino superior e os desafios da sociedade do conhecimento, da informação e da educação
(11)	72- Desafios impostos à universidade
Mar. 99	73- Hacia la creacion de una cultura de la evaluacion como garantia de calidad de las universidades
	74- La universidad publica venezolana en las cuatro ultimas décadas del siglo xx. Sus tendencias y desafios
	75- Meta-avaliação: o relato de uma experiência na universidade
	76- Os projetos de profissionalização dos estudantes da FFLCH-USP: algumas considerações

Obs. Foi publicado neste número a 4ª Separata CIPEDES, com 2 artigos (maiores informações, ver Anexo 4).

Revista [v.4, nº2, (12), jun.1999]

Título dos artigos

	77- Inovação, universidade e sociedade rede
	78- Concepções de universidade e de avaliação institucional
(12)	79- Cidadania, universidade e ação comunicativa
Jun.99	80- Construção de uma metodologia de avaliação dos planos estaduais de qualificação profissional: a experiência do Rio Grande do Sul
	81- Perfil dos formandos no curso de Química da UFMG na década de 90

Obs. Foi publicado neste número a 5ª Separata CIPEDES, com 2 artigos (maiores informações, ver Anexo 4).

Revista [v.4, nº3, (13), set.1999] **Título dos artigos**

	82- Análise teórico – política do Exame Nacional de Cursos
(13)	83- Exames Gerais, Provão e Avaliação Educativa
Set. 99	84- A GED e o Movimento Docente: balanço e perspectivas
	85- Avaliação Institucional: processo doloroso de mudança; a experiência da UESC, Ilhéus, Bahia.

Obs. Foi publicado neste número a 6ª Separata CIPEDES, com 3 artigos (maiores informações, ver Anexo 4).

Revista [v.4, nº4, (14), dez.1999] **Título dos artigos**

	86- A avaliação da aprendizagem no ensino superior
	87- La dimensión europea en la evaluación de la calidad de la educación superior: ¿hacia una ideología mundial de la calidad vía ‘transferência internacional’?
(14)	88- Avaliação da UECE: desafio institucional
Dez.99	89- Universidade e novas formas de estruturar o conhecimento: a questão departamental
	90- A auto-avaliação na prática pedagógica
	91- Diagnóstico do fluxo de estudantes nos cursos de graduação da UFOP. Retenção, diplomação e evasão.
	92- A avaliação institucional – um processo permanente

Obs. Foi publicado neste número a 7ª Separata CIPEDES, com 3 artigos e uma Resenha do livro: Universidade em Ruínas na República dos professores. (maiores informações, ver Anexo 4).

Revista [v.5, nº1, (15), mar.2000]

Título dos artigos

	93- Modelos de evaluación de la calidad de la Educación Superior
(15)	94- A educação profissional na sociedade globalizada
Mar. 00	95- Evaluacion Institucional : el proceso de autoevaluación del Instituto Universitario de Ciências da La Salud, Fundación Barceló
	96- Uma proposta alternativa de avaliação: o estabelecimento de níveis de divulgação científica

Obs.1. Foi publicado neste número uma Resenha do livro: Universidade em Foco: reflexões sobre a Educação Superior.

Obs.2 - Foi publicado neste número também, a 8ª Separata CIPEDES, com 4 artigos (ver Anexo 4).

Revista [v.5, nº2, (16), jun.2000]

Título dos artigos

	97- O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas ?
	98- La evaluación Institucional de la Universidad Central de Venezuela (U.C.V.). Su fundamentación teórica y procedimental, alcances, logros y limitaciones
(16)	99- Habilidades básicas de universitários ingressantes
Jun.00	100- Calma, que o “Provão” é manso !
	101- Censo do Ensino Superior 98: uma breve análise da questão do público e do privado
	102- Modelo institucional de Avaliação da extensão: parâmetros e indicadores

Obs. - Foi publicado neste número a 9ª Separata CIPEDES, com 3 artigos (ver Anexo 4).

Revista [v.5, nº3, (17), set.2000] **Título dos artigos**

	103- O sistema e a política de avaliação da educação superior no Brasil
	104- Revisión histórica del proceso de renovación en la Universidad Venezolana
(17)	105- A relação educação e sociedade: os fatores sociais que intervêm no processo educativo
Set. 00	106- Mudanças e resistências na construção da cultura da avaliação institucional
	107- A abordagem etnográfica para o estudo da avaliação do rendimento acadêmico em curso de pós-graduação em Ciências Agronômicas
	108- Avaliação de desempenho docente em estágio probatório em uma instituição pública de ensino superior

Obs.1. Foi publicado neste número a Resenha do livro: Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência.

Obs.2 - Foi publicado neste número também, a 10ª Separata CIPEDES, com 2 artigos e um Manifesto em defesa da Universidade Pública (ver Anexo 4).

Revista [v.5, nº4, (18), dez.2000] **Título dos artigos**

	109- “Legislação de ensino: há espaços para a liberdade de iniciativa nas instituições de ensino superior?” Reflexões sobre as implicações da legislação de ensino na vida acadêmica
	110- Concepções e práticas de avaliação da educação superior no governo Fernando Henrique Cardoso
(18)	111- El “Estado Evaluador” de la educación superior en contextos de democracias de “baja intensidad”
Dez.00	112- Avaliação Institucional: um processo de reflexão e sistematização para o aperfeiçoamento da atuação universitária
	113- Avaliação de programas educacionais : discutindo padrões
	114- Exames Nacionais: uma análise do ENEM aplicado à Matemática
	115- Cooperação universitária no Mercosul – a AUGM no Brasil
	116- Avaliação externa: a vez e a voz do ex-aluno

Obs. - Foi publicado neste número a 11ª Separata CIPEDES, com 4 artigos (ver Anexo 4).

Revista [v.6, nº1, (19), mar.2001] **Título dos artigos**

	117- Tormento e paixão pelos caminhos do PAIUB
(19)	118- A concepção de Educação profissional no Exame Nacional de Cursos
Mar. 01	119- Elementos para uma renovação explicativa-normativa de las políticas de innovación latinoamericanas
	120- Autonomia: um estudo na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Obs.1. Foi publicado neste número o Projeto de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras do CRUB (Conselho de Reitores).

Obs.2 - Foi publicado neste número também, a 12ª Separata CIPEDES, com 3 artigos (ver Anexo 4).

Obs.3- Até a 24ª edição da Revista, não houve publicação da Separata CIPEDES.

Revista [v.6, nº2, (20), jun.2001] **Título dos artigos**

	121- Formatos avaliativos e a construção da docência: implicações políticas e pedagógicas
	122- Avaliação institucional: a experiência da Universidade Federal do Acre
(20)	123- O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias
Jun.01	124- O pensamento liberal e as universidades federais: notas preliminares
	125- A produção coletiva de saberes e o processo de avaliação na universidade: a presença do computador no trabalho pedagógico
	126- O discreto charme de uma audiência pública

Revista [v.6, nº3, (21), set.2001] **Título dos artigos**

	127- Avaliação: técnica e ética
	128- O Exame Nacional de Cursos e a Avaliação Institucional
(21)	129- Promover o sucesso acadêmico através da avaliação e intervenção na universidade
Set. 01	130- A formação do aluno na graduação: o papel da disciplina metodologia do trabalho científico
	131- Um estudo da eficiência dos programas de pós-graduação em engenharia no Brasil
	132- A avaliação do curso de pedagogia no Exame Nacional de Cursos
	133- La universidad publica y el nuevo gobierno: la paradoja de la modernización conservadora

Obs1. Foi publicado neste número a Resenha do livro: Pós-modernidade, ética e educação.

Revista [v.6, nº4, (22), dez.2001] **Título dos artigos**

	134 – A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão
	135 – Avaliação como Construção Social – reflexões sobre as políticas de avaliação da educação no Brasil
(22)	136 – A avaliação da educação superior no contexto das políticas educacionais
Dez.01	137 – Avaliação do ensino superior: as influências na implantação dos sistemas – os casos brasileiro e português
	138 – Evaluación de la docencia universitaria: mitos y realidades
	139 – Ensino superior e formação: elementos para um olhar ampliado de avaliação
	140– O processo de avaliação com relação ao papel do enfermeiro na unidade de trabalho
	141 – Dos saberes às competências: o desafio da construção da proposta pedagógica da escola

Revista [v.7, nº1, (23), mar.2002]

Título dos artigos

	142 – Quase – mercado, quase – educação, Quase – qualidade: tendências e tensões na educação superior
	143 – Implicações da pós - modernidade para a Universidade
(23)	144 – A evasão no ensino superior noturno: o caso do curso de Química da UFMG
mar.02	145 – La CONEAU y el Mejoramiento de la Calidad
	146 – Los cambios en las políticas de Educación Superior venezolana y la profesión académica
	147 – Avaliação docente: implicações éticas
	148 – Auto – avaliação institucional e a formação docente

Obs. A partir deste número a Revista Avaliação encontrou-se com formato novo. O tamanho da Revista ganhou o formato livro e a cor azul de sua capa deverá permanecer por um ano (4 números seguidos), segundo informações do editor. O desenho da capa também foi alterado, os princípios da avaliação institucional que compunham a capa da Revista já não são mais expostos na capa, somente os nomes dos pesquisadores que escreveram naquele determinado número. Conforme Anexos 1 e 1.1.

Revista [v.7, nº2, (24), jun.2002]

Título dos artigos

	149 – A avaliação no marco das políticas para a educação superior: desafios e perspectivas
	150 – Avaliação institucional, reformas e redesenho capitalista das universidades
(24)	151 – O Enem como forma alternativa ou complementar aos concursos vestibulares no caso das áreas de conhecimento “Língua Portuguesa e Literatura”: relevante ou passível de refutação ?
jun.02	152 – Avaliação: que realidade é essa ?
	153– Las políticas de educación superior en Argentina y Brasil: los márgenes de autonomía en la gestión
	154 – Formação de professores universitários: a experiência da UNICAMP
	155 – Contribuição à avaliação do curso de graduação da faculdade de engenharia de alimentos da UNICAMP em face dos saberes da prática profissional de seus egressos

Obs. Até sua 24ª edição, a Revista Avaliação publicou sob sua linha editorial: 155 artigos. Destes, 129 em Língua Portuguesa e 26 em Espanhol.

ANEXO 4

Títulos dos artigos do CIPEDES publicados em SEPARATA
na Revista Avaliação de junho de 1998 a março de 2001^Ω

^Ω Anexo da Dissertação de Mestrado: “*Enfoques de avaliação institucional em educação superior - estudo da Revista Avaliação de julho de 1996 a junho de 2002*”.

ANEXO 4

Títulos dos artigos¹ do CIPEDES publicados em SEPARATA na Revista Avaliação de junho de 1998 a março de 2001²

Cipedes, nº1 (1) – jun. 1998	Título dos artigos	Autores
(1) Jun.98	1- Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território 2- “Por um modelo europeu de ensino superior”: comentário ao “Rapport Jacques Attali” sobre a reforma do ensino superior francês	Luiz A. Cunha Hélgio Trindade

* Este número trouxe também, sugestões bibliográficas: Fontes internacionais para pesquisa em educação superior e dois manifestos em defesa da Universidade Pública – da UFRJ e CIPEDES.

Cipedes, nº1 (2) – set. 1998	Título dos artigos	Autores
(2) Set. 98	3- Aspectos do modelo de educação superior dos EEUU 4- O perfil sócio – econômico dos alunos de graduação e o financiamento das IFES: dez argumentos a favor da gratuidade 5- As polêmicas visões da autonomia universitária	Dilvo Ristoff Nelson Cardoso Amaral Maria F. P. Coelho

* Este número trouxe sugestões bibliográficas: Fontes internacionais para pesquisa em educação superior.

¹ OS ARTIGOS DA SEPARATA CIPEDES, EM ESPANHOL, FORAM DESTACADOS EM NEGRITO.

² A Separata CIPEDES foi publicada até a 19^a edição da Revista Avaliação (Março de 2001), perfazendo 12 números.

Cipedes, nº1 (3) – dez. 1998 **Título dos artigos**

		Autores
(3)	6- A Conferência Mundial da UNESCO e os cenários da educação superior na América Latina	Hélgio Trindade
Dez.98	7 - Perfil de la educación superior en Venezuela	Maria C. Parra

* Este número trouxe publicado também, dois documentos da UNESCO: Declaração Mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción e Proyecto marco de acción prioritaria para la mudanza y el desarrollo de la educación superior.

Cipedes, nº1 (4) – mar. 1999³ **Título dos artigos**

		Autores
(4)	8- A globalização da inovação, competição nacionalista e a internacionalização do treinamento científico	Martin Carnoy
Mar. 99	9- La universidad pública frente a la nueva lógica de las políticas públicas y del mercado	Ana M. García de Fanelli

Cipedes, nº2 (5) – jun. 1999⁴ **Título dos artigos**

		Autores
(5)	10- Elites, pobladores y educación superior en Chile, 1842 – 1952	Robert Austin
Jun.99	11- La universidad y la empresa en Canada en los 90	Silvia Llomovatte

³ Estamos seguindo a numeração correta publicada como errata no CIPEDES, nº3 (10) – set. 2000; p. 36.

⁴ IDEM.

Cipedes, nº2 (6) – set. 1999⁵ Título dos artigos

		Autores
(6)	12- A universidade operacional	Marilena Chaui
Set. 99	13- A tríplice crise da universidade brasileira	Dilvo Ristoff
	14- O Dearing Report. – Serão as mudanças na educação superior britânica “modelo” para o Brasil ?	Valdemar Sguissard

Cipedes, nº2 (7) – dez. 1999⁶ Título dos artigos

		Autores
(7)	15- As Humanas e sua aplicação prática: proposta para uma nova leitura da política científica e do desenvolvimento	Renato Jamine Ribeiro
Dez.99	16- Universidad – Estado – Sector Productivo: una relación estratégica	Maria C. Parra
	17- A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão	Afrânio M. Catani & João F. de Oliveira

* Este número trouxe publicado também, uma Resenha do livro: Universidade em Ruínas na República dos professores.

Cipedes, nº2 (8) – mar. 2000⁷ Título dos artigos

		Autores
(8)	18- Legislaciones y educación superior en América Latina: una mirada comparada a las instancias de coordinación	Carmen García – Guadilla
Mar. 00	19- Políticas do Ensino Superior – perspectivas para a próxima década	Silke Weber
	20- La universidad frente a los desafíos de la imprevisibilidad y la integración social	Pedro Krotsch
	21- O MEC – quem diria ? – não acredita em avaliação	Myriam Krasilchik

⁵ Estamos seguindo a numeração correta publicada (em errata), no CIPEDES, nº3 (10) – set. 2000; p. 36.

⁶ IDEM.

⁷ IDEM.

Cipedes, nº3 (9) – jun. 2000⁸ Título dos artigos

		Autores
(9)	22- Investigación y toma de decisiones en educación superior : una interacción a construir	Carmen García Guadilla
Jun.00	23- Trajetória e tendências recentes do setor privado de ensino superior no Brasil	Helena Sampaio
	24- ‘Un modelo universitario en transición: cambios recientes de la enseñanza superior en el Uruguay (1985 – 1999)’	Miguel Serna

Cipedes, nº3 (10) – set. 2000 Título dos artigos

		Autores
(10)	25- La nueva Reforma Universitária vista desde el Uruguay	Rodrigo Arocena e Judith Sutz
Set. 00	26- El conflicto de la UNAM 1999 – 2000 ?los límites de la reforma ?	Hugo C. Cardiel e Roberto R. Gómez

* Este número trouxe também um manifesto da Reitoria da USP em defesa da Universidade Pública: “A presença da Universidade Pública”.

Cipedes, nº3 (11) – dez. 2000 Título dos artigos

		Autores
(11)	27- Universidad Nacional Autónoma de México – dos años después, un conflicto que no termina	Hugo Aboites
Dez.00	28- A política da diversidade no ensino superior	Eneida Shiroma
	29- A fragmentação do conceito de universidade no Brasil	Luiz A. Cunha
	30- Rumos da política de educação superior	Maria do Carmo L. Peixoto

⁸ Estamos seguindo a numeração correta publicada (em errata), no CIPEDES, nº3 (10) – set. 2000, p. 36.

Cipedes, nº1^y (12) – mar. 2001 **Título dos artigos**

Autores

	31- World Bank / UNESCO Joint Document on Higher Education	Angela C.de Siqueira
(12)	32- Impactos del neoliberalismo sobre la educacion superior en América Latina	Luis Yarzabal
Mar. 01	33- La privatizacion de la Educacion Superior : perspectivas del Sur no Angloparlante	Marcela Mollis

OBS. Esta separata foi a última publicada no período estudado. No total a Separata CIPEDES publicou: 33 artigos, sendo 19 em Língua Portuguesa e 14 em Língua Espanhola.

^y O número correto é 3, informou o editor da Revista Avaliação.

ANEXO 5

Estudos do editorial da Revista Avaliação^Σ

^Σ Anexo da Dissertação de Mestrado: “*Enfoques de avaliação institucional em educação superior- estudo da Revista Avaliação*”.

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
1ª edição – Julho de 1996

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p><u>Lançamento</u> da Revista Avaliação. Esta como <u>um canal de estudos e debates</u> sobre a Avaliação Institucional das IES. Um tipo de avaliação, (<u>nova no Brasil</u> mas já <u>desenvolvida nos EUA e Europa</u>), que desenvolveu-se a partir dos <u>anos 90 pela comunidade acadêmica</u>, com <u>discussões nas IES, ANDIFES, ABRUEM, CRUB, Fórum de Pró-Reitores e Sesu-MEC</u>. Defendeu como princípio, que <u>a comunidade científica deveria ter a titularidade</u> da avaliação institucional. Que a <u>avaliação seria um poderoso instrumento de mudanças qualitativas, de transparência institucional, defesa e fortalecimento da instituição pública</u>. A Revista <u>catalisaria a atuação da Comissão Nacional de Avaliação e de seu Comitê Assessor</u> (constituídos por representantes da comunidade científica), para implementar o PAIUB, criado em 1993, no âmbito da Sesu. <u>A Revista para consolidar e enriquecer o PAIUB, um cimento entre as partes e ponte entre os conjuntos</u>. Em três anos de PAIUB, cerca de 90 IES praticavam a avaliação pelo Programa. A Revista para provocar e amplificar a voz dos agentes universitários, para dinamizar as iniciativas teóricas e relatos de experiências. A revista publicou a apresentação oficial do PAIUB pela Sesu/MEC em 1994, assinado pela Comissão Nacional de Avaliação e também publicou <u>as experiências metodológicas em avaliação da UFRGS, UFRJ e UFSC</u>. O editor faz referências ao incentivo definitivo para o <u>surgimento da Revista no II Workshop de Avaliação Institucional das Universidades do Nordeste e do Norte em abril de 1996, na Universidade Católica de Pernambuco</u>.</p>
<p>Motivadores Possíveis</p>	<p><u>Adesão crescente ao PAIUaB</u>. Seminários e Workshop regionais sobre avaliação institucional. II Workshop do Nordeste e Norte em abril de 1996. <u>A pequena, mas significativa produção teórica existente no período</u>.</p>
<p>Contexto</p>	<p><u>Início do Governo FHC com Paulo Renato no Ministério, LDB</u> estava sendo debatida e aprovada no Congresso. Ministério havia baixado um conjunto de <u>normativas para a construção do Sistema Nacional de Avaliação da educação. Diversidade de idéias sobre avaliação</u>.</p>
<p>Questões chaves</p>	<p>A defesa da titularidade da avaliação à comunidade universitária A avaliação como instrumento de mudança qualitativa A avaliação como defesa e qualidade da instituição pública Revista avaliação como articulação da produção teórica e dos relatos de experiências das avaliações praticadas no âmbito do PAIUB.</p>
<p>Projeção da Linha editorial</p>	<p>Defesa da Universidade Pública. A avaliação como instrumento de melhoria da própria instituição pública e um instrumento de mudança qualitativa. A titularidade da avaliação à comunidade científica. O fortalecimento dos princípios e da importância da avaliação institucional, como do modelo PAIUB (criado pela comunidade).</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
2ª edição – Dezembro de 1996

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>A Revista Avaliação cumprindo uma <u>função de interesse social</u>. Avançando a produção teórica da área e tornando público os processos, resultados e a relevância da Avaliação Institucional. A Revista para <u>solidificar o esforço e os princípios de um Programa Nacional de Avaliação (PAIUB)</u>. O PAIUB como construtor da solidariedade e cooperação inter-universidades, <u>como uma feliz parceria entre o Mec e as IES</u>.</p> <p>Dos artigos, destaca: a reflexão sobre o compromisso da <u>avaliação institucional na reconstrução do espaço social</u>; <u>a avaliação como melhoria da qualidade dos processos internos da universidade e do compromisso filosófico, social e político</u>; o papel da Educação Superior no desenvolvimento dos países pobres: duas concepções distintas: UNESCO e Banco Mundial. A questão da evasão no ensino superior: a falta de clareza conceitual e metodológica sobre a questão; as <u>experiências em avaliação: da UNICAMP e da UFPB</u>.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Manifestações positivas de acolhida da Revista 1. A necessidade e o incentivo à produção teórica nas IES em avaliação institucional. <u>O I Workshop realizado na Região Sul em setembro de 1996.</u> A divulgação de experiências em avaliação da UNICAMP e UFPB.</p>
<p>Contexto</p>	<p>Governo FHC, aprovação da nova LDB, <u>legitimação legal dos exames gerais (ENC, ENEM, entre outros)</u>, <u>Início do 1º ENC</u> com três curso de graduação – Administração, Direito e Medicina.</p>
<p>Questões chaves</p>	<p>Finalidade da Revista Avaliação, O fortalecimento dos princípios do PAIUB, As experiências em avaliação motivadas pelo PAIUB O papel do Ensino Superior A questão da evasão (conceito e metodologia) A questão da autonomia</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>O fortalecimento dos princípios do PAIUB e da feliz parceria com o MEC. As experiências em avaliação e os encontros regionalizados Avaliação como processo de melhoria das IES</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
3ª edição – Março de 1997

Conteúdo do editorial	<p>A Revista para <u>consolidar a avaliação institucional como área de estudos e campo de desenvolvimento das práticas institucionais</u>. Dar maior consistência ao âmbito <u>teórico e metodológico</u>. Dos artigos, destaca: <u>a avaliação e as tensões nas relações entre o Estado, a Universidade e a Sociedade, no Brasil e na América Latina como um todo</u>; no contexto dos <u>limites orçamentários</u> nos países latino-americanos; as tensões entre a <u>universidade e a mídia</u>; os <u>ranqueamentos</u> elaborados pela <u>imprensa</u>; parâmetros para análise e utilização de resultados estatísticos na Avaliação Institucional; a necessidade de se imbricar <u>dados qualitativos e quantitativos</u>; a distribuição de <u>recursos e o sistema federal de ensino superior brasileiro, sua organização e financiamento</u>; o <u>PAIUB</u>, andamentos. Também trouxe a <u>experiência</u> em Avaliação Institucional da UNISANTOS (confessional) e <u>sugestões bibliográficas</u> para ampliar o conhecimento em avaliação institucional.</p>
Motivadores possíveis	<ul style="list-style-type: none"> - O poder da mídia no ranqueamento das IES - Avaliação no centro das tensões das relações da universidade - O problema dos orçamentos limitados para a universidade - A Revista Avaliação como construtora de um espaço de debates e de produções teóricas sobre a avaliação.
Contexto	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração na mídia dos primeiros resultados do Provão, a lógica do ranqueamento se colocou novamente e se deu ênfase a aspectos limitados da realidade das IES.
Questões chaves	<p>A Revista Avaliação para consolidar a avaliação institucional como campo de estudos e sugerir metodologias para as experiências avaliativas. Sugestões bibliográficas</p>
Projeção da linha editorial	<p>A complexidade do ensino superior, sua necessidade de financiamento. A Revista como construtora de um espaço de produções teórico/metodológicas e troca de experiências. A crítica aos ranqueamentos explorados na mídia, via avaliação do ENC ou CAPES. A avaliação e as tensões na relação Universidade, Estado e Sociedade no Brasil e na América Latina.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
4ª edição – Junho de 1997

Conteúdo do editorial	<p>Identificação no cenário brasileiro de <u>duas concepções de avaliação institucional</u>. Uma centrada em aspectos teórico – técnicos, com a finalidade de <u>políticas de controle e organização de hierarquias institucionais</u>, instrumento do pensamento neo-conservador, seguidora das orientações das agências financeiras internacionais. <u>A outra, centrada no valor social e formativo da avaliação, com a finalidade de melhoria dos processos de cada instituição e do sistema universitário como um todo, assumindo sua significação mais política e portanto portadora de transformação, conhecida como avaliação formativa.</u></p> <p>A revista Avaliação contribuindo com o <u>debate</u> das principais tendências em avaliação, com a área de estudos deste campo, respeitando as diversidades e a intersubjetividade, fortalecendo elos de solidariedade e <u>sentidos de cooperação</u>.</p> <p>Aponta que no cenário internacional, a <u>avaliação estaria na agenda das políticas educacionais para redirecionar a educação às exigências de produtividade e competitividade mercadológicas</u>. O Banco Mundial e a UNESCO promoveram padrões avaliativos a serem seguidos. Estes por patrocinarem concepções de avaliação com finalidade de controle, ganharam forças nos governos, na grande imprensa e em partes das universidade, não faltando recursos financeiros e poder político. A Revista aponta <u>outra alternativa</u>, gestada pelos sujeitos da educação, uma avaliação <u>processual e formativa</u>.</p> <p>Dos artigos, destaca: a <u>avaliação nas instituições européias, suas tendências e razões para sua adoção; a globalidade como um dos princípios mais importantes da avaliação formativa</u>, superando as características episódicas e fragmentárias; a implantação do modelo neoliberal na América Latina e seus impactos na universidade; as interfaces da avaliação institucional com a avaliação educacional: as concepções e atribuições da avaliação de aprendizagem e as implicações no ensino superior; o ensino de graduação visto pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação.</p> <p>Publicou-se <u>dois relatos de experiências</u>: uma da UFPR sobre a extensão na universidade e a outra da UFPR sobre a avaliação de desempenho em estágio probatório.</p>
Motivadores possíveis	<p>A concepção de avaliação predominante no MEC, em especial do ENC, orientada para o controle e para o mercado.</p> <p>A identificação da <u>tendência aos exames controladores no âmbito das reformas governamentais voltadas para o mercado</u>, em nível mundial.</p> <p>As orientações do Banco Mundial e da UNESCO para os países constituírem políticas para reformas do Estado e da educação, utilizando a avaliação como um de seus mecanismos. A afirmação da concepção de avaliação centrada na melhoria das IES</p>

<p>Contexto</p>	<p>O <u>fortalecimento do ENC</u> e da linha controladora em avaliação no âmbito do Governo Federal. <u>Pouco incentivo ao PAIUB</u> no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação.</p>
<p>Questões chaves</p>	<p>A expansão da concepção produtivista e controladora em avaliação. A centralidade da avaliação nas políticas reformistas em educação no Brasil e no mundo. As orientações do Banco Mundial e da UNESCO. A reafirmação da concepção formativa em avaliação, sistematizada no PAIUB.</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>O questionamento das finalidades e concepções que orientam a avaliação institucional no âmbito das políticas oficiais. A contraposição do PAIUB ao ENC em relação aos princípios e finalidades. A constatação do alinhamento da concepção hegemônica de avaliação no âmbito do governo federal, com o neoliberalismo em educação e a centralidade da avaliação nas políticas reformistas em educação no Brasil e em diversos países da América e da Europa.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
5ª edição – Setembro de 1997

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>Na avaliação institucional das IES, não é possível supor uma universidade estática, á - histórica, á - crítica. Não se pode centrar somente nos indivíduos que nela trabalham, <u>mas também nos sentidos da instituição</u>, tendo como referência a sociedade atual e a que se quer construir, <u>os sentidos da transformação e da qualidade</u>.</p> <p>Dos artigos destaca: o que significa para a universidade a crise da modernidade ? ; qual o sentido do ensino e da pesquisa na construção do novo do ponto de vista da sociedade ? ; a avaliação institucional enquanto processo contínuo e combinando diversas metodologias para as IES repensarem suas práticas e seus papéis sociais; a avaliação institucional deve-se se desenvolver tendo claro os critérios, objetivos e as características regionais e local da instituição; a qualidade em nível de sistema; o significado de “qualidade” para a UNESCO, a necessidade da superação da falsa dicotomia em avaliação qualitativa e quantitativa.</p> <p>Trouxe aspectos da <u>experiência em avaliação</u> de um subprojeto da UFSC (fala o ex-aluno).</p> <p>Trouxe um conjunto de citações e referências bibliográficas.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>A crise epistemológica da universidade e sua influência na avaliação.</p> <p>A <u>crítica pós-moderna à universidade e a Globalização</u>, influenciando um novo posicionamento em relação à universidade.</p> <p>A avaliação deve-se <u>perguntar pelo sentido da universidade</u> e não só verificar se o estudante aprendeu bem, determinado conhecimento.</p>
<p>Contexto</p>	<p>As críticas dos pós-modernas à universidade</p> <p>Propugnação da idéia de que vivemos numa era rumo a sociedade do conhecimento.</p>
<p>Questões Chaves</p>	<p>O debate sobre a crise da universidade.</p> <p>O movimento intelectual pós-moderno e a universidade.</p> <p>Uma avaliação que preocupa-se com os sentidos da instituição.</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>Os sentidos da universidade no atual contexto</p> <p>Destaca que nem todas as concepções de avaliação institucional se preocupam em entender seu momento histórico.</p> <p>Diálogo com a crítica pós-moderna à idéia de universidade e avaliação: a Revista Avaliação como espaço crítico e aberto a novas explicações e teorias sobre a universidade e o conhecimento.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**

6ª edição – Dezembro de 1997

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>Um levantamento e reforço das principais idéias tratadas nos 5 números da Revista Avaliação anteriores: <u>a concepção de avaliação democrática e participativa orientada para a melhoria da qualidade das IES e para sua missão institucional</u>. A função pública da Revista, a sua preocupação com <u>o sentido político da avaliação em seus contextos</u>. A reafirmação de uma <u>concepção de universidade que não fique alheia à globalização e movimentos pós-modernos</u>.</p> <p>Neste número: as políticas neoliberais de “modernização” que favoreceram a expansão de instituições privadas sem compromisso com o valor público da educação, nos casos da Argentina, do Chile e do Brasil; <u>as tendências políticas</u> da educação superior no Brasil; o papel da educação superior.</p> <p>Trouxe o relato de parte de uma <u>experiência</u> em Avaliação da UEL.</p> <p>Trouxe o manifesto da RAIES para a <u>criação do CIPEDES</u> – Centro Interdisciplinar de Pesquisa para o Desenvolvimento da Educação Superior.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Um ano e meio da Revista Avaliação.</p> <p>Reafirmar a concepção de avaliação institucional da Revista</p> <p>Motivar o debate sobre a globalização e as concepções pós-modernas.</p> <p>Crítica as políticas de favorecimento à expansão das IES privadas, no Brasil e na América Latina. A criação do CIPEDES, para dinamizar estudos e pesquisas sobre o ensino superior.</p>
<p>Contexto</p>	<p>Crescente preocupação com os rumos do ensino superior no Brasil – as <u>políticas de expansão</u> das IES privadas.</p> <p>A criação do CIPEDES – com a indicação do Prof. Héglio Trindade para a Coordenação.</p>
<p>Questões Chaves</p>	<p>As <u>teorias pós-modernas</u> influenciaram novas críticas às IES.</p> <p>Políticas de reformas do ensino superior, com <u>centralidade</u> na avaliação guardam semelhança com outros países latino-americanos.</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>A Revista avaliação aberta ao debate das teorias que pensam e repensam a universidade: debate sobre os pós-modernos e sobre a globalização.</p> <p>A avaliação institucional ancorada nas preocupações com a universidade como um todo. Exemplo: da criação do CIPEDES pela RAIES.</p> <p>A avaliação institucional na Universidade Latino - americana.</p>

Estudo do editorial da REVISTA AVALIAÇÃO
7ª edição – Março de 1998

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>Referência à importância e quantidade das <u>produções teóricas</u> da Revista, já em seu 3º ano. A avaliação institucional passa a ser entendida por <u>suas relações conflitivas</u>, nacionais e internacionais: as orientações do Banco Mundial, do FMI e da UNESCO apoiando reformas educativas com <u>centralidade na avaliação</u>. Os conflitos são entre <u>a comunidade acadêmica e os governos de diversos países</u> e guardam <u>traços comuns</u>: expansão do número de matrículas e acentuada diminuição de recursos públicos, obsessão pela eficiência e controle do desempenho, autonomia com contrapartidas reguladoras. Exemplos dos países do Reino Unido, Suécia e França (na Europa); e México, Chile, Argentina e Brasil (na América Latina). Do Reino Unido destacou a <u>formação dos vários comitês e agências para a avaliação</u>, criados tanto pelos governos quanto pelas comunidades acadêmicas; desde o Governo neoliberal de M. Thatcher a avaliação foi ligada fortemente a objetivos economicistas, acarretando uma forte elitização e seletividade das pesquisas. Da Suécia destacou a reforma educacional de 1993, que tornou a avaliação imperativa: apesar da <u>tradição de maior autonomia das universidades</u>, o que ainda permite o desenvolvimento de <u>avaliações formativas</u>, houve a evolução de um modelo de controle estatal para um modelo de supervisão, de maior <u>responsabilização das universidades</u> e no plano da supervisão, a convivência com critérios de competitividade. Da França, destacou o <u>modelo dos contratos</u> celebrados entre o Governo e cada instituição superior, que preservou a autonomia da universidade e estabeleceu prioridades garantidas em contrato, o modelo produziu maior centralização administrativa com tendência a burocratização, bem como maior valorização da diferenciação entre as universidades. Na América Latina, o México, o Chile, a Argentina e o Brasil tiveram a evolução de seus modelos de avaliação institucional com várias semelhanças. <u>Em geral, a comunidade acadêmica deu o primeiro passo e em seguida o Governo passou a controlá-las</u>. No México, embora a avaliação tenha sido gerada com forte autonomia universitária, aos poucos a avaliação foi se adequando às exigências economicistas do NAFTA, além da presença reguladora crescente do Estado. Na Argentina, algo semelhante, no início dos anos 90 as universidades gestaram um modelo de avaliação onde eram protagonistas, o Estado, <u>posteriormente à assimilação de várias propostas da comunidade, criou o modelo de acreditação do CONEAU</u>, a avaliação ocorre sob tensões constantes. No Brasil, as avaliações da CAPES e PAIUB (1993) receberam grande adesão e crédito da comunidade universitária, mas em 1996 o Ministério da Educação criou o ENC – Exame Nacional de Cursos, que gerou muitas resistências e críticas na comunidade, pois o <u>Exame criado unilateralmente pelo MEC</u>, passou a receber maior apoio que os outros modelos. PAIUB e ENC carregariam concepções muito diferenciadas.</p>
-------------------------------------	---

	<p><u>Para preservar o sistema nacional, mesmo sabendo da concepção limitada de avaliação do ENC, a Revista Avaliação levantou a bandeira da tentativa de integração no sistema e que não se poderia rumar para um único modelo ou instrumento avaliativo, dada as limitações de todos eles, em especial o ENC.</u> Comparado, o PAIUB era um modelo que assumia a complexidade das IES do país.</p> <p>Dos artigos, destaca: a avaliação é consistente quanto mais social e coletiva for realizada; a autonomia e a heteronomia na universidade Argentina; a ética corporativa e a ética social na política científica e tecnológica latino-americana; o papel de intervenção social das universidades públicas latino-americanas.</p> <p>Por fim há um conjunto de citações e referências bibliográficas em inglês, sendo indicadas. Obs. Diferente dos outros números, não há nenhuma experiência em avaliação sendo relatada.</p>
Motivadores possíveis	<ul style="list-style-type: none"> • Traços comuns nas políticas de reforma educacional com centralidade nas avaliações da Europa e da América Latina. • Emergência do Estado Avaliador que passou a controlar o sistema educacional com políticas educacionais. • O espaço de credibilidade governamental do ENC que passou a repercutir no sistema como um todo, em detrimento do PAIUB. • A interferência das agências internacionais, como o Banco Mundial, FMI e UNESCO na indução de políticas avaliativas com ênfase no controle das IES.
Contexto	<p>A política neoliberal em educação expande-se.</p> <p>Diferentes países da América Latina e Europa adotam reformas educacionais com centralidade na avaliação.</p> <p><u>Na Suécia haveria uma forte tradição democrática na sociedade, isto provavelmente implicaria numa tradição em avaliações formativas.</u></p>
Questões Chaves	<p>A relevância da Revista na produção teórica sobre avaliação.</p> <p>A avaliação no centro dos conflitos de interesses.</p> <p>As reformas educacionais com centralidade na avaliação.</p> <p>Os traços comuns das orientações neoliberais em educação, para os diferentes países na América Latina e Europa.</p> <p>O crescimento e apoio do PAIUB de 1993 a 1996.</p> <p>A opção do Governo pelo ENC em detrimento do PAIUB.</p> <p>O Sistema Nacional de Avaliação no Brasil caracterizou-se por diferentes tendências e proposições em avaliação institucional.</p>
Projeção da linha editorial	<p>Focar as diferentes concepções em avaliação institucional de outros países, identificar seus traços comuns. Denunciar tentativas unilaterais de avaliação que teriam objetivos de controlar as IES. Abrir o espaço da Revista para contribuições teóricas internacionais.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
8ª edição – Junho de 1998

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>Sugerido pelo editor José Dias, o editorial foi escrito por <u>DENISE LEITE</u>¹ e voltado para aspectos metodológicos. Também inaugurou a Segunda publicação do CIPEDES. Destaca <u>os diferentes formatos avaliativos que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: CAPES, CINAEM, PAIUB, ENC e Comissão de Especialistas para verificação</u>. Deles esclarece a necessidade de se conhecer os diferentes formatos e destacar <u>a concepção defendida pela Revista</u>. Também que <u>a responsabilidade por consolidar e compatibilizar os diferentes procedimentos em avaliação ficou com a Sesu/MEC</u>.</p> <p>Sobre a CAPES destaca em geral que surgiu em 1979 e trabalha com <u>dados quantitativos (ex. do DataCapes)</u>, também faz visitas in loco e estabelece pareceres. Confere <u>conceitos e classificação aos cursos</u> que são divulgados pela imprensa. <u>Vincula a avaliação à concessão de bolsas às IES públicas e privadas</u>. <u>Não prevê a participação do docente e do discente e nem a discussão do parecer</u>.</p> <p>Quanto a CINAEM (Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico): informa que foi criada em 1991 pelo Conselho Federal de Medicina e as entidades representativas da categoria. Tem um formato próprio e específico. Em geral levanta indicadores quantitativos e qualitativos para estudar o ensino médico. Usa provas padronizadas aplicadas a uma amostra. Faz análise de processo e de resultados, as avaliações são devolvidas às escolas e divulgadas na imprensa sem nomear ou classificar as escolas médicas.</p> <p>Sobre o PAIUB – Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – destaca que o mesmo foi um programa de <u>avaliação consensual no meio acadêmico e reuniu a experiência das universidades que individualmente tinham uma história de avaliação institucional</u>. O PAIUB inclui a avaliação interna (diagnóstica e auto – avaliação), avaliação externa e reavaliação. É um formato avaliativo proposto inicialmente no I ciclo, isto é, ao ensino de graduação. <u>Trabalha com dados qualitativos e quantitativos</u>, tendo como pano de fundo os objetivos e a missão de cada curso/carreira profissional e da universidade como um todo, no contexto local, regional, nacional e internacional, resultando em um relatório. Como escreveu no editorial: <i>“Este relatório é encaminhado a um Comitê de avaliadores externos que pode incluir acadêmicos, empresários, representantes de associações profissionais, sindicais e outros, que fazem visitas in loco. O Parecer dessa comissão de avaliadores externos é lido e discutido com professores, alunos, técnicos, direção e colegiados de cursos.</i></p>
-------------------------------------	---

¹ DENISE LEITE – Docente e pesquisadora no Departamento de Ensino e Currículo da UFRGS, foi Coordenadora da Comissão Executiva do programa de avaliação institucional da mesma universidade e membro do Comitê Assessor do PAIUB.

Pontos fortes e fracos detectados são analisados pela comissão e sugestões de melhorias discutidas com todos. O processo de implantação de mudanças é estimulado pela Reavaliação que tem também a finalidade de atualizar o processo, revisá-lo e acompanhar ou estimular as mudanças na direção considerada desejável e necessária à instituição. Os resultados são de uso da comunidade acadêmica que os divulga através de seminários, na Internet, e na imprensa, quando for o caso. O PAIUB não propõe classificação de cursos ou instituições, ainda que os indicadores permitam comparações.

Quanto ao Exame Nacional de Cursos – ENC, avalia os cursos de graduação através de seus resultados, avaliação pós facto, através de provas (exit exam). Junto com a prova realiza um diagnóstico das condições de oferta dos cursos, através de indicadores quantitativos. Os resultados do ENC são dados através dos conceitos A, B, C, D e E. Os resultados das provas são oferecidos apenas aos alunos, mas o conceito geral do curso e o ranqueamento dos cursos são divulgados na imprensa, como destaque dos cursos melhores e piores.

Sobre a Comissão de Especialistas da SESu / MEC, destaca duas atribuições: uma ligada a discussão da verticalidade e manutenção dos mínimos curriculares por carreira profissional e a outra, a verificação *in loco* dos cursos que obtiveram conceitos D e E no “Provão”, procedendo à avaliação das condições de ofertas dos cursos. Os Verificadores são acadêmicos da área do conhecimento em questão e realizam a avaliação/verificação com a ajuda de instrumento especial de coleta de informações que medem três dimensões dos cursos: qualificação do corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações, ao final produzindo um relatório de verificação com sugestões.

O editorial apresenta um quadro comparativo entre os distintos formatos avaliativos das IES (Quadro I, pág. 9), em relação, às unidades de análise (tipos de cursos), metodologias (procedimentos e instrumentos) e Resultados. O Editorial chama a atenção para a configuração do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, formado com grandes diferenças em suas propostas, procedimentos, processos e resultados. Neste quadro diverso, o editorial chama a atenção para as funções da avaliação que *“nem sempre são claras”*. PAIUB e CINAEM teriam uma preocupação com a totalidade, com o processo e com a missão das instituições na sociedade. Nas avaliações CAPES, ENC e Comissão de verificação apareceria uma preocupação com resultados, com controle do desempenho frente a um padrão estabelecido (assessment), objetivando em sua finalidade a produtividade voltada ao cliente. As *“finalidades”* e o *“tempo”* destas avaliações as diferenciariam ainda mais. Portanto, um sistema de ensino superior não homogêneo, só poderia ser contemplado por diferentes formatos avaliativos.

Após demonstração do potencial de cada formato avaliativo no sistema,

	<p>o editorial indaga sobre o surgimento de tantos e variados formatos no curto espaço de tempo de 6 anos. Responde resgatando R. Cowen – isto é, <u>o Estado orientando as instituições para o mercado</u>.</p> <p>Segundo o editorial, a questão das metodologias e dos formatos avaliativos <u>requer análise adequada</u>. Tanto a lógica reguladora Quanto a emancipadora poderiam conviver com metodologias qualitativas e quantitativas, <u>esta seria uma falsa questão</u>. <u>As opções metodológicas deveriam balizar-se pelas finalidades da avaliação, suas possibilidades na construção da utopia da universidade possível</u>. O uso dessas metodologias pressuporia o conhecimento ético.</p> <p>Dos artigos destaca: <u>uma experiência de avaliação interna em organização universitária (Universidade de Granada – Espanha), a informática como linguagem e recurso de avaliação (UFRJ), os princípios metodológicos em pesquisa de indicadores de nível sócio – econômico de uma família ou grupo social (UFRGS e UFSM), a avaliação institucional da UNIJUÍ, a avaliação CINAEM do Ensino Médico, funcionamento e modos sociais da avaliação institucional, a auto-avaliação institucional como processo de formação de professores</u>.</p> <p>A Revista comportou ainda a primeira edição da Separata CIPEDDES, com artigos voltados para a Educação Superior.</p>
Motivadores possíveis	<p>A importante contribuição teórica de Denise Leite para a Avaliação Institucional.</p> <p>Lançamento da 1ª Separata CIPEDDES</p> <p>Estudos do Sistema de Avaliação / identificando os diferentes formatos: CAPES, CINAEM, PAIUB, ENC e Comissão de Especialistas. E deste conjunto, o destaque ao modelo do PAIUB – defendido pela Revista Avaliação.</p> <p>As finalidades e o tempo seriam as principais diferenças entre elas</p> <p>As avaliações reguladoras estariam interessadas em orientar as instituições, para o Mercado.</p>
Contexto	<p>A composição do Sistema Nacional de Avaliação</p> <p>A produção do CIPEDDES – 1ª</p>
Questões chaves	<p>CIPEDDES</p> <p>Diferentes formatos avaliativos</p> <p>A diferentes finalidade e tempos empregados</p> <p>A orientação para o Mercado, das avaliações no âmbito do Estado.</p>
Projeção da linha editorial	<p>As diferentes metodologias da avaliação no âmbito do sistema.</p> <p>Os diferentes formatos avaliativos orientados para a regulação (controle no âmbito do Estado) e emancipação (no âmbito da instituição).</p> <p>A orientação para o Mercado, das avaliações no âmbito do Estado.</p> <p>As opções metodológicas deveriam balizar-se pelas finalidades das avaliações.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
9ª edição – Setembro de 1998

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p><u>A graduação, com menos reconhecimento e visibilidade que a pesquisa. A avaliação institucional com seu princípio de globalidade, deve resgatar o ensino de graduação em seu valor fundamental. Dos artigos destaca: graduação – rumos e perspectivas focando uma formação que deve ir além da mera formação técnica técnica e profissional; o ensino de graduação e a pesquisa – construção e reconstrução do conhecimento e da sociedade; a avaliação e a teoria das representações sociais; a avaliação da universidade (democrática italiana); inovações nos exames vestibulares (da UNICAMP 87 – 97) – em direção à transformação e à equidade; curso de pedagogia da FEUSP – perfil dos ingressantes, trajetória acadêmica e destino profissional dos formandos; o destino profissional dos egressos do curso de pedagogia da USP (1942 – 1996). A publicação da Separata CIPEDES (2ª edição).</u></p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Desvalorização do ensino na relação com a pesquisa Movimento pela revalorização da graduação no ensino superior a partir da avaliação institucional (princípio da globalidade).</p>
<p>Contexto</p>	<p>Encontro dos Pró-reitores de graduação no período Destaque da situação da graduação nas IES públicas pelas avaliações e relatórios já praticados.</p>
<p>Questões chaves</p>	<p>Ensino de graduação – revalorização O princípio da globalidade na avaliação institucional preservando o tripé da universidade: ensino – pesquisa – extensão.</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>Avaliação institucional que leve em conta as dimensões da universidade. Fortalecer os princípios do tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**

10ª edição – Dezembro de 1998

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p><u>A efetiva contribuição teórica da Revista ao Campo da Avaliação e especificamente à avaliação institucional universitária : instigando a reflexão para socialização de teorias, experiências, instrumentos, catalisando esforços. A publicação de partes dos artigos em espanhol, devido a inserção latino-americana da avaliação. Discussões e estudos sobre a educação superior, a universidade pública, daí a ampliação da contribuição teórica com o CIPEDS. Boa parte da produção teórica da Revista é consumida pelos programas de pós-graduação, orientando teses, dissertações e avaliações nas instituições superiores. Apresenta alguns textos do seminário sobre avaliação, realizado na FE-Unicamp em novembro de 1998. Temas destacados : as relações entre as políticas dos Estados e as Universidades – em países latino-americanos e caribenhos e os avanços nos estudos sobre avaliação institucional. Dos artigos destaca: a visão da UNESCO em relação a qualidade, pertinência e equidade no Ensino Superior, na América Latina e Caribe. O surgimento da avaliação institucional nas universidades argentinas e suas tensões – CONEAU: o estado da arte da avaliação. As tensões referentes a titularidade dos processos de avaliação: avaliação para o controle e a avaliação para o sentido social. A função social da avaliação para a transformação da sociedade. As tensões entre governo e acadêmicos nas concepções e objetivos da avaliação. A avaliação e a questão da qualidade. As políticas de vinculação entre universidade e setor produtivo durante os últimos quarenta anos e sua incidência latino-americana. Autores.</u></p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Seminário sobre Avaliação Institucional em novembro de 1998. Contribuições teóricas latino – americanas sobre avaliação: artigos em espanhol – o caso da Argentina. Publicações do CIPEDS – contribuindo para a compreensão das questões mais amplas relativas `a educação superior. A visão da UNESCO sobre Avaliação Institucional e Universidade: princípios comuns. As tensões: nas disputas pela titularidade da avaliação: governos e acadêmicos.</p>
<p>Contexto</p>	<p>A titularidade reflete a disputa ENC e PAIUB no âmbito do sistema. O governo de FHC venceu as eleições reelegendo-se para mais um mandato, permanecendo a política para o ensino superior. O seminário sobre avaliação realizado na FE-UNICAMP em novembro de 1998, trazendo representantes latino-americanos. Tensões sobre a titularidade da avaliação, PAIUB e ENC: Governo e Comunidade Universitária. A crítica da C&T na América latina</p>
<p>Questões chaves</p>	<p>Produção teórica em avaliação, a produção latino-americana em avaliação e ensino superior: políticas públicas, o CIPEDS, a titularidade, a avaliação como controle, a avaliação com sentido social.</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>Defesa da, titularidade da avaliação para a comunidade universitária e da avaliação com sentido social. Denúncia do uso da avaliação como controle. A fomentação de debates e seminários sobre avaliação.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
11ª edição – Março de 1999

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>Crise das IES devido o <u>corte de gastos</u>. O constrangimento da educação pública <u>não pode ser a solução</u> para os problemas da crise do Estado, pois condena ainda mais o país à pobreza. O sentido público da educação não se confunde com o estatal e nem com o mercado, requer participação e preservação dos espaços da vida social. Os riscos da privatização e de se tomar o mercado como parâmetro. <u>A avaliação como construção coletiva (participação) no ensino superior, para realizar sua missão como formadora de cidadãos e produtora de conhecimentos para o desenvolvimento e o melhoramento do conjunto da sociedade</u>. A Revista não propaga o pensamento único e uma concepção monolítica, há certa confluência nos compromissos de seus autores com a qualidade e a função pública do ensino superior. <u>A avaliação como construção democrática e não imposição de modelo pronto e acabado, ou prerrogativa de pessoas ou instituições</u>. A avaliação implica um adensamento das relações interpessoais. A universidade atual é uma instituição em transformação, sendo preciso <u>compreender os sentidos destas transformações</u>, pois impactam na avaliação institucional, dada a complexidade, <u>não sendo possível compreender a universidade em esquemas rígidos</u>. Os artigos tratam: das tendências da relação universidade e empresa no Brasil. A gestão do ensino superior e as transformações atuais relativas à sociedade do conhecimento, da informação e da educação. O papel da UNESCO na defesa dos valores da formação humana, da democracia e do desenvolvimento sustentado. <u>As tendências no contexto internacional em relação a qualidade dos produtos e serviços, através da avaliação e da “acreditación”</u>. A universidade pública venezuelana em relação à reconstrução do público: <u>a reafirmação da autonomia e gratuidade</u>. A avaliação de uma determinada prática avaliativa na UEL (meta – avaliação). Dados do perfil acadêmico dos alunos da FFLCH – USP.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Decisão do Governo em restringir verbas à Educação Superior, tornando o mercado como único caminho. Reafirmação da avaliação democrática, participativa, contrapondo-se à tendência do sistema em relação ao ENC. As transformações necessárias influenciadas pela sociedade do conhecimento e da informação que impactam a avaliação, sendo preciso entender os sentidos destas “transformações”. A UNESCO na defesa dos valores da formação, da democracia e do desenvolvimento sustentável. A Venezuela e a Universidade Pública</p>
<p>Contexto</p>	<p>O Governo e a contenção de gastos. O ataque das políticas oficiais ao sentido público da educação superior. <i>A “ideologia da sociedade do conhecimento”</i> que não explicita seus sentidos.</p>
<p>Questões chaves</p>	<p>Crise, privatização, sociedade do conhecimento e da informação.</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>O investimento no ensino superior para o enfrentamento da crise e não o seu contrário. A universidade como formadora de cidadãos, a avaliação democrática. Compreender os sentidos das mudanças sociais.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
12ª edição – Junho de 1999

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p><u>O apoio dos assinantes</u> comprovando o acerto de objetivos: <u>consolidar o campo teórico e subsidiar as práticas em avaliação</u>. A avaliação ganhou <u>centralidade</u>, como instrumento de melhoria da qualidade educativa e como parte das políticas reformistas da educação, justamente <u>num momento em que a universidade encontra-se debilitada, fragilizada pelas políticas de ajustes ao mercado</u>. Dos artigos, destaca: as reformas e a inovação (nem sempre conquistada), a universidade <u>e a sociedade em rede (Castells)</u>, a ação comunicativa (Habermas) e a universidade: critérios da razão instrumental e da liberdade acadêmica; metodologia para avaliação dos planos estaduais de qualificação profissional: a experiência no Rio Grande do Sul. O perfil profissional do estudante graduado no curso de Química da UFMG (experiências). <u>Concepções de universidade e de avaliação institucional</u>: contraposição entre o Banco Mundial e a UNESCO.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>O retorno dos assinantes (renovando-as) e a expansão da Revista A centralidade da avaliação na comunidade universitária e nas reformas educacionais. A denúncia da universidade fragilizada pelas políticas de ajustes. Nem todas as Reformas proclamadas produziram a inovação sugerida. A sociedade em rede (Castells). Diferentes concepções de avaliação e universidade entre o BM e a UNESCO.</p>
<p>Contexto</p>	<p>Crítica social às inovações não realizadas, apesar das Reformas. A centralidade da avaliação A universidade fragilizada pelas políticas de ajustes Castells formula sua explicação para a sociedade atual: em rede</p>
<p>Questões Chaves</p>	<p>A Revista consolidando o campo teórico da avaliação institucional. Centralidade da avaliação ou usos da avaliação A Reforma e a questão da inovação Concepções de avaliação e universidade</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>A produção teórica em avaliação institucional. A centralidade da avaliação Diferentes concepções de avaliação e universidade.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
13ª edição – Setembro de 1999

Conteúdo do editorial	A <u>Revista Avaliação</u> como espaço de <u>produção da crítica e da pluralidade de idéias</u> . A <u>centralidade da avaliação nas reformas</u> com predominância econômica. As mudanças nas relações entre Estado e Universidades nos últimos trinta anos. <u>A emergência do Estado interventor, facilitador e avaliador</u> (Guy Neave). Nos artigos: GED e ENC como modelos de avaliação com centralidade nas reformas, a experiência em avaliação institucional da UESC-BA. <u>A universidade como “prometeu acorrentado”</u> , uma metáfora trabalhada por Neave e Van Vught retomada para referir-se à universidade acorrentada.
Motivadores possíveis	A expressão “Estado Avaliador” como sintetizadora A universidade acorrentada, presa aos ditames do Estado.
Contexto	GED e ENC como expressões da centralidade da avaliação nas Reformas.
Questões Chaves	Centralidade da avaliação Estado x Universidade Estado Avaliador
Projeção da linha editorial	A centralidade da avaliação nas reformas A Revista Avaliação como espaço para produção da crítica A Relação Estado x Universidade O Estado Avaliador

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
14ª edição – Dezembro de 1999

Conteúdo do editorial	<p><u>Balanço</u> genérico do ano e do milênio reafirmando o papel da educação superior na consolidação dos valores da justiça social, equidade, democracia, liberdade, paz, solidariedade, desenvolvimento econômico. A universidade foi criada para o benefício da sociedade, portanto a <u>avaliação deve ser no sentido de sua melhora</u>. Quanto aos Artigos: a avaliação com questões pedagógicas e epistemológicas, a qualidade da educação e sua avaliação, a auto-avaliação na prática pedagógica, a questão do departamento, a experiência em avaliação da UECE, UNISUL e UFOP.</p>
Motivadores	Fim de milênio e de século, reafirmação de valores. Reafirmação do papel da educação superior.
Contexto	Passagem de ano e aproximação de final do século e do Milênio.
Palavras chaves	Universidade para o Benefício da sociedade. Avaliação para a melhoria.
Projeção da linha editorial	Papel do ensino superior na consolidação de valores universitários. A avaliação com sentido da melhoria do ensino superior. Experiências em avaliação.

Análise do editorial da REVISTA AVALIAÇÃO
Nº15 – Dezembro de 1999

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>Breve <u>balanço</u> das publicações: <u>110 autores entre nacionais e internacionais</u>, mais de cem textos com autores latino americanos e europeus. As <u>armadilhas da avaliação</u> da educação e de políticas públicas: <u>discurso da eficácia, eficiência, qualidade e excelência, que ocultam o por quê e o para quê dos processos educativos</u>. Dos artigos destaca: <u>os diferentes conceitos e modelos de qualidade da educação superior</u>, também da UNESCO e do Banco Mundial, a educação profissional na sociedade globalizada, a experiência de avaliação institucional na <u>Argentina</u>, um modelo de avaliação da extensão na Argentina, metodologia de divulgação da ciência, <u>Resenha</u> do livro: “<u>Universidade em foco</u>”.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Balanço positivo da produção da Revista com artigos latino-americanos. A questão da qualidade da educação superior. A experiência em avaliação institucional da Universidade Argentina.</p>
<p>Contexto</p>	<p>Denúncia dos discursos da eficácia, eficiência, qualidade e excelência.</p>
<p>Questões Chaves</p>	<p>Qualidade Denúncia da falsa qualidade</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>Contra o discurso oficial da eficácia, eficiência, qualidade e excelência. O conceito de qualidade. E os artigos latino-americanos.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
16ª edição – Junho de 2000

Conteúdo do editorial	<u>Ampliação significativa do Conselho Editorial</u> , com intelectuais da <u>América Latina e Europa</u> . Exposição da biografia dos novos conselheiros. Dos artigos destaca: o desafio e a <u>perspectiva da educação superior no Brasil</u> . <u>Experiência em Avaliação Institucional na Venezuela</u> , experiência em avaliação institucional <u>estudos longitudinais</u> , evidências de diversidades nos instrumentos de avaliação da Comissão de Especialistas do MEC, <u>um modelo institucional de avaliação da extensão</u> . Publicação de uma errata.
Motivadores	Ampliação do Conselho Editorial (conselheiros internacionais)
Contexto	Contatos internacionais quanto ao Conselho Editorial As experiências da Venezuela
Questões chaves	Educação superior na América Latina
Projeção da linha editorial	Produção teórica da Revista também em nível de América Latina e Europa. A avaliação na América Latina e Europa. Avaliação da extensão.

Estudo do editorial da REVISTA AVALIAÇÃO
17ª edição – Setembro de 2000

Conteúdo do editorial	Referência aos 100 anos de Anísio Teixeira e sua luta pela escola pública e de qualidade. Artigos, destaca: <u>o sistema e a política de avaliação</u> da educação superior no Brasil, as difíceis relações entre o Estado venezuelano e a universidade, a relação entre educação, sociedade e Estado, a <u>experiência</u> em Avaliação Institucional da UFSC, UNESP, UNIOESTE. <u>Resenha do Livro: “Universidade Desconstruída”</u> . Indica a Revista eletrônica <u>comciencia: www.comciencia.br</u>
Motivadores possíveis	Cem anos de Anísio Teixeira e a representatividade de suas idéias para a educação pública. <u>As tensas relações</u> entre educação, sociedade e Estado.
Contexto	Debates e exposições das idéias de Anísio Teixeira, destaque para a luta pela escola pública, gratuita e de Qualidade. Tensões entre universidades e Estado.
Questões chaves	Escola pública e de qualidade Universidade, Sociedade e Estado
Projeção da linha editorial	Defesa da Universidade pública e de qualidade. Focar o sistema de avaliação do ensino superior e as tensões Estado x Universidades.

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
18ª edição – Dezembro de 2000

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>“<u>Balanco</u>” de <u>final</u> de século, milênio, ano, evocando princípios gerais. A importância de se <u>manter o sonho</u>, cita Eduardo Galeano. Dos artigos, destaca: a <u>presença do Estado brasileiro na Educação Superior</u>, o panorama do <u>sistema de avaliação brasileiro SAEB, ENEM e ENC</u>, sua lógica; a importância da <u>avaliação institucional para as universidades da América Latina</u>, <u>experiências em Avaliação Institucional da UNIJUI</u>, <u>os padrões para a avaliação de programas educacionais</u>, a prova do ENEM, <u>a experiência em Avaliação Institucional da FURB</u>. Anuncia a <u>ampliação do Conselho Editorial com mais dois</u> membros.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Final de ano, milênio, influencia a idéia de balanço. Cita texto otimista e idealista de Eduardo Galeano. Ampliação do Conselho Editorial.</p>
<p>Contexto</p>	<p>Virada de século e ano, motivando balanços. Ampliação de mais integrantes no Conselho Editorial. A avaliação para universidade da América Latina</p>
<p>Palavras chaves</p>	<p><u>Balanco geral</u> (retrospectiva). Reafirmação dos valores gerais humanos A avaliação e América Latina</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>A avaliação institucional na América Latina. Vínculos com pesquisadores internacionais, via Conselho Editorial Fortalecer os princípios democráticos para o novo milênio.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
19ª edição – Março de 2001

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>O que <u>não é</u> uma avaliação: <u>uma lista de resultados</u>. A avaliação como uma interrogação do por quê?, remetendo à análise objetiva das causas. Escreveu: “<i>avaliar não é simplesmente constatar ou fazer balanços, é sobretudo a compreensão das causas, compreender os processos</i>”. Na Europa, há um maior interesse pela <u>avaliação participativa</u>, pluralista. Até mesmo na Inglaterra, estão revendo a avaliação controladora, a <u>avaliação participativa apresenta maior validade</u>, pois considera a <u>pluralidade de análises</u> e conceitos dos participantes, tem valor ético e democrático e complementa-se com a abordagem científica da avaliação. Ex. PAIUB, ver documento do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras). Também dos artigos destaca: <u>os sentidos da formação profissional no ENC, o PAIUB no SUL e SUDESTE posterior a opção do MEC pelo ENC</u>, as políticas de inovação latino-americanas em C&T, o processo de transição para a <u>autonomia</u> da UNIOESTE.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Explicitar o que não é uma avaliação para contrapor às diversas listas de resultados propagados pela mídia, sobretudo quanto <u>aos resultados do Provão</u>. Reafirmação da avaliação como <u>compreensão de processos</u>, a avaliação participativa. Proposta do CRUB remete à avaliação participativa. Dissertação de Erivânio demonstrando os sentidos da formação profissional no ENC.</p>
<p>Contexto</p>	<p>Recondução do debate europeu sobre a avaliação controladora, a reafirmação das avaliações participativas.</p>
<p>Questões Chaves</p>	<p><u>O Por quê?</u> – Como uma das indagações fundamentais da avaliação. A avaliação como compreensão dos processos. A avaliação participativa</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>Promover a avaliação participativa, que procura compreender os processos. Explicitar o que não é avaliação: lista de resultados, etc. Preocupação com o enfoque no processo e não nos resultados.</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
20ª edição – Junho de 2001

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>Reafirmação da <u>avaliação como dimensão educativa</u> e não para o controle ou fiscalização. A avaliação como construção social e <u>intersubjetiva</u>. Dos artigos, destaca: a concepção filosófica e epistemológica dos processos avaliativos do MEC e sua incidência no processo ensino – aprendizagem e a profissionalidade; a <u>experiência</u> da avaliação institucional da UFAC; a constituição das universidades comunitárias; o pensamento liberal e as Universidades Federais; a epistemologia de saberes sobre a avaliação de disciplinas de Cálculo; análise da audiência pública na Comissão da Câmara dos Deputados e crítica ao “Provão”. Adesão de <u>mais um integrante ao Conselho Editorial</u> da Revista Avaliação. Publicação de errata.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Audiência na Câmara dos Deputados, sobre avaliação, a crítica. Adesão de mais um integrante da Comissão Editorial, Reafirmação da dimensão educativa, democrática e intersubjetiva da avaliação; Críticas estruturais, metodológicas epistemológicas aos modelos avaliativos do MEC.</p>
<p>Contexto</p>	<p>Audiência na Câmara dos Deputados. Mais um integrante na Comissão Editorial. A avaliação ganha centralidade no âmbito do Estado Avaliador, com finalidades voltadas para o controle e a fiscalização.</p>
<p>Questões chaves</p>	<p>Crítica os modelos oficiais Reafirmação da avaliação educativa, democrática e intersubjetiva Comissão Editorial</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>Reafirmação da avaliação educativa, democrática e intersubjetiva. Crítica aos modelos oficiais voltados para o controle e fiscalização pelo Estado Avaliador. Busca de relações políticas para construção da crítica à concepção de avaliação hegemônica (participação na Câmara dos Deputados, etc). Ampliação do Conselho Editorial</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
21ª edição – Setembro de 2001

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>Anos 90, período já considerado como da “<u>década da avaliação</u>”, no Brasil e em vários outros países, na América e na Europa. Desenvolveu-se em dois âmbitos fundamentais, <u>no do Estado (Avaliador)</u>, na perspectiva do controle e no âmbito das comunidades universitárias organizadas. Um balanço: A Revista vem promovendo a crítica e a <u>avaliação participativa, democrática</u>. Com 20 edições; cerca de 120 textos em português e 20 em espanhol, além dos 40 trabalhos na Separata CIPEDS. <u>Esta produção da Revista migrou para os livros, como : “Universidade em Ruínas na República dos Professores”, “Universidade em Foco”, “Universidade desconstruída” e “Avaliação da educação superior”²</u>. Reafirmação da avaliação com intencionalidade educativa. Dos artigos, destaca: a avaliação técnica e ética, o papel da educação superior no contexto da lógica profissionalista e privatizante do ENC, <u>a experiência internacional em avaliação de quatro instituições de ensino superior portuguesas</u>, o papel da Metodologia do Trabalho Científico, a mensuração e a avaliação da eficiência dos programas de pós-graduação de engenharia a partir da <u>Análise Envoltória dos Dados na COPPE-UFRJ</u>, o “Provão” aplicado aos Cursos de Pedagogia, o novo governo no México e o paradoxo da modernização conservadora da universidade. <u>Resenha do livro: “Pós-modernidade, ética e educação”</u>. Apresenta <u>mais um integrante do Conselho Editorial</u> da Revista.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Mais um integrante para o Conselho Editorial Balanço das 20 edições da Revista : mais de 180 textos em Português e Espanhol. Anos 90, como o período da década da avaliação. Os livros lançados a partir da produção da Revista. Reafirmação da avaliação com intencionalidade educativa.</p>
<p>Contexto</p>	<p>Mais um integrante do Conselho Editorial (demandando relações e novas perspectivas incorporadas). Os livros editados a partir da produção da Revista.</p>
<p>Questões chaves</p>	<p>A produção da Revista em suas 20 edições. Os livros em Avaliação, motivados pela produção da Revista. Ética em avaliação e educação.</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>A produção teórica da Revista Avaliação em Revistas e Livros. A avaliação com intencionalidade educativa. Ampliação do Conselho Editorial representativo da Avaliação Institucional em nível nacional e internacional.</p>

² No ano 2002 houve a edição do livro AVALIAÇÃO DEMOCRÁTICA, com as mesmas características - uma coletânea de artigos já editados na Revista e reunificados numa determinada temática.

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
22ª edição – Dezembro de 2001

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>Balanco genérico do ano com referências, aos significados dos acontecimentos de 11 de setembro nos EUA – o ataque terrorista ao WTC - às duas Torres Gêmeas e às pessoas em seus interiores, com centenas de mortos e feridos – e referências à crise da universidade brasileira. Escreveu o editor: “<i>Quando a universidade pública é constrangida, a nação esmaece e o futuro se encurta</i>”. O editor destaca títulos recentes de livros sobre a universidade brasileira, estabelecendo relações com a conjuntura social e econômica em crise. Nesta relação destaca a hegemonia dos valores mercadológicos e reafirma os princípios e valores da democracia, da cooperação, solidariedade, cidadania, etc. Destaca os novos sentidos da Autonomia, avaliação e qualidade nesta conjuntura. Dos artigos, destaca: a questão da política de avaliação como controle do Estado sobre a educação superior, o caráter político da avaliação, os papéis da avaliação no Estado Avaliador, análise comparativa das políticas avaliativas da educação superior brasileira e portuguesa, a avaliação da docência universitária, o significado de ser docente universitário hoje, a avaliação e o papel do enfermeiro na unidade de trabalho, a avaliação e a construção da proposta pedagógica da escola. Campanha para novas assinaturas recebendo gratuitamente o livro – coletânea de artigos da Revista: AVALIAÇÃO DEMOCRÁTICA, Agradecimento especial a Nilton Santos – Secretário da Revista Avaliação.</p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>O terrorismo como expressão da face desumana da humanidade. O ataque de 11/9 como vergonhoso para a história da humanidade, um “golpe no processo civilizatório”. A crise social e da universidade também como vergonhosa, pois ataca o que poderia motivar um projeto e um futuro para a nação. A “coincidência” dos títulos dos livros sobre a universidade brasileira com a conjuntura em crise. A hegemonia dos valores mercadológicos, produzindo novos sentidos à autonomia, avaliação e a qualidade. A publicação do livro “Avaliação Democrática”</p>
<p>Contexto</p>	<p>Ataque terrorista do dia 11/9 nos EUA. Passagem de ano (motivando balanços e perspectivas).</p>
<p>Questões Chaves</p>	<p>Crise econômica e de valores humanos. Violência. A autonomia, avaliação e Qualidade ressignificadas pelo mercado.</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>Explicitação do contexto ou conjuntura em que situa-se a avaliação, a denúncia dos contra – valores que desumanizam o ser humano, como o terror, a violência, etc. A universidade pública como um valor a ser recuperado. O livro “Avaliação Democrática” como diálogo ou interlocução aos livros anteriores (propositivo).</p>

Estudo do editorial da **REVISTA AVALIAÇÃO**
23ª edição – Março de 2002

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p><u>Formato novo da Revista. Balanço da contribuição: mais de duas centenas de artigos em Português e espanhol, dirigidos à pós-graduação e professores interessados sob a ótica de uma sociedade democrática e uma universidade cidadã socialmente relevante. Conceito de avaliação institucional: visão compreensiva e crítica sobre o conjunto articulado de dimensões, estruturas e relações que constituem a totalidade da instituição educativa. O objetivo da RAIES e da Revista Avaliação em contribuir para o adensamento dos debates e a consolidação da área de avaliação institucional. A Revista Avaliação promoveu com a assinatura anual (renovação ou adesão), o recebimento gratuito do livro AVALIAÇÃO DEMOCRÁTICA: para uma universidade cidadã. Segundo o editorial, o livro insere-se nos estudos críticos das políticas educacionais, isto é, nas disputas de um ou outro tipo de mundo e de sociedade. A educação superior que se refere trata da formação em suas dimensões epistemológica, política e ética. A ética como tendo primazia sobre a técnica, e o professor contribuindo para a formação e conscientização dos seus alunos. Dos artigos da Revista, destaca: tendências e tensões na educação superior: o quase mercado, a quase educação e a quase Qualidade na nova lógica da privatização; as implicações da pós- modernidade para a universidade; a questão da evasão no ensino superior noturno; o conceito de qualidade para a CONEAU (estudos comparados); as políticas venezuelanas para a educação superior: o Programa de Promoção do Investigador – PPI - e o Benefício Acadêmico – CONABA (estudos comparados); as implicações éticas na avaliação docente; a auto-avaliação institucional e a formação docente.</u></p>
<p>Motivadores possíveis</p>	<p>Novo formato da Revista. Mais de 200 artigos publicados em Português e Espanhol, os objetivos da RAIES e da Revista para o adensamento dos debates e a consolidação da área de Avaliação Institucional. O livro gratuito para os assinantes : AVALIAÇÃO DEMOCRÁTICA. A linha de estudos críticos e a reafirmação da formação como objetivo das IES</p>
<p>Contexto</p>	<p>Formato novo da Revista.</p>
<p>Questões Chaves</p>	<p>Contribuições teóricas da Revista A universidade socialmente relevante O adensamento dos debates e a consolidação da área. Formação. Tendências e tensões da Avaliação do Ensino Superior As implicações éticas da avaliação e da formação.</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>Contribuições teóricas da Revista para o adensamento dos debates e a consolidação da área. A defesa da universidade socialmente relevante A Formação como finalidade das IES. Estudos comparados. Explicitar as tendências e tensões da Avaliação no Ensino Superior As implicações éticas da avaliação e da formação.</p>

Estudo do editorial da REVISTA AVALIAÇÃO
24ª edição – Junho de 2002

<p>Conteúdo do editorial</p>	<p>Reafirmação da <u>educação como bem público, independente de quem as provê</u>, devendo-nos discutir <u>os sentidos desta formação</u>. <u>A avaliação como bem público</u>, com características da política, penetrada de contradições. A comunidade não pode abrir mão da <u>titularidade da avaliação</u>, pois constrói sua dimensão pública, política. Esta concepção <u>contradiz a concepção hegemônica</u> de avaliação para o controle, que se orienta pela ideologia da eficiência. Dos artigos destaca: um panorama das principais <u>tendências em avaliação na América Latina</u>, a avaliação institucional na América Latina: <u>a perspectiva do controle e da comunidade universitária</u>, o ENEM como forma alternativa ou complementar aos Exames Vestibulares, avaliação: <u>que realidade é essa ? as políticas de educação superior na Argentina e no Brasil</u>, a formação de professores universitários na UNICAMP, a experiência em avaliação da faculdade de engenharia da UNICAMP.</p>
<p>Motivações possíveis</p>	<p>A educação e a avaliação como bem público. As principais tendências em avaliação na América Latina: a perspectiva do controle por parte do Estado e da autonomia, da comunidade universitária. Reafirmação da titularidade da avaliação por parte da comunidade. As políticas de educação superior na Argentina e no Brasil</p>
<p>Contexto</p>	<p>Dada a conjuntura de eleições gerais, reafirmar uma educação superior, pública, democrática e de qualidade.</p>
<p>Questões Chaves</p>	<p>Formação, educação como bem público, tendências em avaliação, controle e autonomia, titularidade da avaliação, avaliação na América Latina.</p>
<p>Projeção da linha editorial</p>	<p>Educação e avaliação como bem público. Explicitar as tendências em avaliação, entre elas, aquelas ligadas ao Estado e portanto para o controle e aquelas voltadas para a participação da comunidade. Afirmar a titularidade da avaliação para a comunidade da IES.</p>

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE